



*Universidade Federal da Paraíba  
Comissão Própria de Avaliação*



*Relatório de Autoavaliação Institucional  
da Universidade Federal da Paraíba*

**Ano 2019**

**MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ**  
**REITORA**

**BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA**  
**VICE-REITOR**

**PRESIDENTE COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**  
**MÔNICA DIAS PALITOT**

**VICE-PRESIDENTE CPA**  
**JOSÉ MANCINELLI LÊDO DO NASCIMENTO**

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**ALUÍSIO MÁRIO LINS SOUTO**

**PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PROMOÇÃO ESTUDANTIL**  
**JOÃO WANDENBERG GONÇALVES MACIEL**

**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**  
**FRANCISCO RAMALHO DE ALBUQUERQUE**

**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO**  
**ELIZETE VENTURA DO MONTE**

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**  
**ARIANE NORMA MENEZES DE SÁ**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA**  
**ISAC ALMEIDA DE MEDEIROS**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MARIA LUÍZA PEREIRA ALENCAR M. FEITOSA**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**  
**ORLANDO DE CAVALCANTI VILLAR**

**SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**HERMES PESSOA FILHO**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**GABINETE DA REITORA**  
**PORTARIA R/GR/Nº 171/20149**  
**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA**

Mônica Dias Palitot (Presidente)  
José Mancinelli Lêdo do nascimento (Vice-Presidente)  
Francivaldo dos Santos Nascimento (Representante Docente)  
Janine Marta Coelho Rodrigues (Representante Docente)  
Márcia Glebyane Maciel Quirino (Representante Docente)  
Ana Lúcia Basilio Carneiro (Representante Docente)  
Caroline Rangel Travasso Burity (Representante Técnico-administrativo)  
José Nilson Gregório (Representante técnico-administrativo)  
Ana Júlia Pepeu Gomes (representante discente)  
Anne Kelly Barbosa da Silva (representante discente)  
Inara da Silva Vilar (representante discente)  
Ingrid Souto Vita Barros (representante discente)  
Lívia Quirino Fernandes Da Silva (representante discente)  
Nícolas Gabriel da Costa Simões (representante discente)  
Francisco de Assis Toscano de Brito (Membro Externo)  
Eduardo Lucas Sousa Éneas (Suplente Membro Externo)

João Pessoa / PB

Março / 2020

## **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL 2019**

Mônica Dias Palitot  
José Mancinelli Lêdo do Nascimento  
Francivaldo dos Santos Nascimento  
Janine Marta Coelho Rodrigues  
Márcia Glebyane Maciel Quirino  
Ana Lúcia Basilio Carneiro  
José Nilson Gregório  
Caroline Rangel Travassos Burity  
Anne Kelly Barbosa da Silva  
Ingrid Souto Vita Barros  
Lívia Quirino Fernandes Da Silva  
Nícolas Gabriel da Costa Simões  
Diana de Oliveira Santos  
Daniel Kennedy Santana Lustosa  
Israel Dias da Silva Filho  
Priscila Barbosa Lins Falcão  
Ruth Lima da Silva

João Pessoa / PB

Março / 2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2020**

Relatório de Autoavaliação  
Institucional da Universidade Federal  
da Paraíba – UFPB – 2019 aprovado  
pela CPA na sua Primeira Reunião  
Ordinária de 2020.

João Pessoa / PB

Março / 2020

## SUMÁRIO

<b>I - INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>MÉTODO DE SELEÇÃO DO NÚCLEO DE PROJETOS .....</b>	<b>14</b>
<b>AÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UFPB .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I – AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DA UFPB - RESULTADOS DA AVALIAÇÃO APLICADA PELA CPA/UFPB NOVEMBRO DE 2019 .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 - POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE.....</b>	<b>23</b>
<b>1.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>26</b>
<b>1.4 - GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>30</b>
<b>1.5 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....</b>	<b>36</b>
<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO II – RELATÓRIOS DO NÚCLEO DE PROJETOS DA CPA/UFPB ANO DE 2019.....</b>	<b>45</b>
<b>2.1 PROJETO I – ANÁLISE DAS POLÍTICAS ACADÊMICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES E SUAS CONTRIBUIÇÕES NOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPB - eixo 3 –.....</b>	<b>45</b>
<b>1 Introdução.....</b>	<b>45</b>
<b>2 Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>47</b>
<b>3 Análises de Dados: Resultados e Discussão .....</b>	<b>49</b>
<b>4 Considerações Finais.....</b>	<b>74</b>
<b>2.2 PROJETO II – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NA UFPB E A COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE ACADÊMICA .....</b>	<b>76</b>
<b>1 Introdução.....</b>	<b>76</b>
<b>2. Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>78</b>
<b>3 Análise dos Resultados.....</b>	<b>83</b>
<b>4 Considerações .....</b>	<b>101</b>
<b>2.3 PROJETO III - ENSINO JURÍDICO NA UFPB .....</b>	<b>102</b>
<b>1 Introdução.....</b>	<b>102</b>
<b>2 Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>104</b>
<b>3 Análise dos Dados, Resultados e Discussão .....</b>	<b>105</b>
<b>4 Considerações Finais.....</b>	<b>107</b>
<b>2.4 PROJETO IV – PERFIL E ESTADO DE SAÚDE DOS ACADÊMICOS D CCS-UFPB .....</b>	<b>109</b>
<b>1 Introdução.....</b>	<b>109</b>

<b>2 Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>110</b>
<b>3 Resultados e Discussões .....</b>	<b>111</b>
<b>4 Conclusão .....</b>	<b>120</b>
<b>2.5 PROJETO V – AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/UEPB: Uma observação das práticas formativas .....</b>	<b>121</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>121</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>122</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>124</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>124</b>
<b>5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: .....</b>	<b>141</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>146</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>152</b>

## TABELA DE SIGLAS

<b>SIGLAS</b>	
<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas
<b>CBIOTEC</b>	Centro de Biotecnologia
<b>CCA</b>	Centro de Ciências Agrárias
<b>CCHLA</b>	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
<b>CCHSA</b>	Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias
<b>CCM</b>	Centro de Ciências Médicas
<b>CCS</b>	Centro de Ciências da Saúde
<b>CCSA</b>	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
<b>CHA</b>	Conhecimento, Habilidade e Atitude
<b>CGACGIES</b>	Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior
<b>CONADE</b>	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
<b>CPA</b>	Comissão Própria de Avaliação
<b>CT</b>	Centro de Tecnologia
<b>DAES</b>	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
<b>EAD</b>	Educação a Distância
<b>EMAG</b>	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>IFE</b>	Instituição Federal de Educação
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>N.A.E</b>	Núcleo de Assistência Estudantil
<b>PNDP</b>	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
<b>SIGAA</b>	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
<b>SINAES</b>	Sistema Nacional de Ensino Superior
<b>UFPB</b>	Universidade Federal da Paraíba

## TABELA DE GRÁFICOS

Nº	GRÁFICOS	PÁGINA
01	Modalidades de vínculo em que os alunos estão matriculados	22
02	Referente à política de capacitação docente e formação continuada e estímulo a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais	22
03	Referente à política de capacitação docente e formação continuada e estímulo a participação em cursos de capacitação e desenvolvimento pessoal	23
04	Referente à política de capacitação docente e formação continuada e estímulo a participação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.	24
05	Referente à política de capacitação docente e formação continuada e estímulo a participação em qualificação acadêmica em programas de pós-doutorado	24
06	Referente à política de capacitação docente e formação continuada e estímulo a internacionalização	25
07	Referente à política de capacitação dos servidores técnicos-administrativos e formação continuada e estímulo a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais.	26
08	Referente à política de capacitação dos servidores técnicos-administrativos e formação continuada e estímulo a participação em cursos de capacitação e desenvolvimento pessoal	27
09	Referente à política de capacitação dos servidores técnicos-administrativos e formação continuada e estímulo a participação em qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado	28
10	Referente à política de capacitação dos servidores técnicos-administrativos e formação continuada e estímulo a participação em qualificação acadêmica em programas de pós-doutorado	28
11	Referente à política de capacitação dos servidores técnicos-administrativos e formação continuada e estímulo a internacionalização	29
12	Referente aos processos de gestão institucional e consideração a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, discentes e da sociedade civil organizada	30
13	Referente aos processos de gestão institucional e regulamentação do mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados	31
14	Referente aos processos de gestão institucional e sistematização e divulgação das decisões dos órgãos colegiados superiores	32
15	Referente aos processos de gestão institucional e sistematização e divulgação das decisões do órgão colegiado de Centro	33
16	Referente aos processos de gestão institucional e sistematização e divulgação das decisões do órgão colegiado do Departamento	34

17	Referente aos processos de gestão institucional e sistematização e divulgação das decisões do órgão colegiado do curso	35
18	Referente ao plano de desenvolvimento institucional (PDI) e a previsão de uma gestão orçamentária e financeira participativa e eficiente	36
19	Referente ao orçamento e políticas de ensino, pesquisa e extensão na instituição	38
20	Referente ao orçamento e previsão de ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos	39
21	Referente á instituição e estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos por meio de indicadores de desempenho institucionalizados	40
22	Referente à instituição e análises do relatório de Avaliação interna e disposição de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, orientando a tomada de decisões internas	41
23	Referente à evolução, por ano, dos auxílios estudantis na UFPB	54
24	Referente à evolução, por ano, dos auxílios estudantis na UFPB	55
25	Referente ao gênero dos respondentes	68
26	Referente a faixa etária dos respondentes	68
27	Referente ao campus dos respondentes	69
28	Referente as bolsas auxílio	69
29	Referente a constância das ações de autoavaliação institucional na UFPB	87
30	Referente a constância das ações de autoavaliação institucional nos Centros	88
31	Referente a constância das ações de autoavaliação institucional nos cursos	88
32	Referente a articulação e coordenação da avaliação institucional interna da instituição	89
33	Referente a avaliação institucional	90
34	Referente a adequação dos procedimentos do Programa de Avaliação Institucional quando necessário, às recomendações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES)	90
35	Referente a elaboração dos relatórios para prestar as informações solicitadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) ao INEP	91
36	Referente a divulgação dos relatórios e demais documentos relativos à avaliação institucional e ao SINAES em seus meios de comunicação	92

37	Referente a constituição dos comitês especiais temporários, integrados por membros da comissão e especialistas, para realizarem estudos de interesse da CPA	93
38	Referente ao acesso ao portal da UFPB	93
39	Referente ao acesso da página da CPA no portal da UFPB	94
40	Referente ao acesso das outras mídias institucionais da UFPB	95
41	Referente ao acesso das outras mídias institucionais do Centro	95
42	Referente ao acesso das outras mídias institucionais do Curso	96
43	Referente a existência do Núcleo de Projetos da CPA	97
44	Referente a oportunidade de submeter projetos referentes aos eixos avaliativos junto a CPA	97
45	Referente ao acesso às informações sobre os eventos realizados pela CPA	98
46	Referente a contribuição das atividades desenvolvidas pela CPA, para melhoria da qualidade de ensino na UFPB	99

**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO ANO 2019**  
**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA**  
**PARAÍBA**

## **I - INTRODUÇÃO**

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES foi criado pela lei 10.861/2004, visando avaliar o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações no que tange a avaliação das instituições, dos cursos e o desempenho dos estudantes. Para tanto, o SINAES faz uso de diversos instrumentos, quais sejam: autoavaliação, avaliação externa, Enade, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação como o censo e o cadastro. Os resultados obtidos nessas avaliações objetivam alcançar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior nacionais.

A base do SINAES, então, está nas avaliações institucionais dos cursos e estudantes. As avaliações institucionais internas e externas consideram dez dimensões: I - Missão e PDI; II - Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; III - Responsabilidade social da IES; IV - Comunicação com a sociedade; V - As políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo; VI - Organização de gestão da IES; VII - Infraestrutura física; VIII - Planejamento de avaliação; IX - Políticas de atendimento aos estudantes; e, por fim, a X - Sustentabilidade financeira. Essas dez dimensões estão distribuídas em cinco eixos, quais sejam: I – Planejamento e Avaliação Institucional; II – Desenvolvimento institucional; III – Políticas acadêmicas; IV – Políticas de gestão; e, para concluir, V – Infraestrutura física. Por sua vez, as avaliações dos cursos estão respaldadas em três dimensões, que são: Organização didático-pedagógica; Perfil do corpo docente; e as Instalações físicas.

Nesse sentido, as avaliações institucionais propostas pelo SINAES ocorrem através de quatro instrumentos: Autoavaliação – conduzida pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, Avaliação externa – elaborada por avaliadores externos enviados pelo Ministério da Educação – MEC, Censo da Educação Superior e o Cadastro de cursos e instituições.

Considerando a responsabilidade da CPA em conduzir a autoavaliação nas instituições de ensino superior, como uma forma de cumprir com esta atribuição, a Comissão

Própria de Avaliação da Universidade Federal da Paraíba (CPA/UFPB), no segundo semestre de 2015, a Professora Doutora Mônica Dias Palitot, tendo assumido a Presidência CPA/UFPB criou o Núcleo de Projetos da CPA/UFPB, no qual é fornecida, via edital, aos professores da instituição, a oportunidade de encaminharem projetos relacionados aos cinco eixos supracitados do SINAES para pesquisa no decorrer de um ano.

Assim, os projetos aprovados na seleção adquirem uma ou duas bolsas de estágio para que os seus docentes idealizadores possam selecionar estudantes bolsistas para constituir a sua equipe de estudo, havendo, igualmente, a possibilidade de escolha de alunos voluntários para inclusão em seu respectivo projeto. O objetivo do Núcleo de Projetos da CPA/UFPB, portanto, é ampliar a participação da comunidade acadêmica nas autoavaliações para otimizar e majorar o sistema de avaliação interno, tendo em vista a magnitude da UFPB, que é composta por quatro campi, sendo três deles localizados no interior do estado, ao mesmo tempo em que fomenta a pesquisa em nossa instituição.

Dado o sucesso das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Projetos nos anos anteriores, em 2018 foi efetuada uma nova chamada pública para seleção dos projetos a serem desenvolvidos no transcorrer do ano de 2019, dentro do eixo 3 do SINAES, na qual foram aprovados:

<b>Projetos</b>	<b>Coordenador</b>	<b>Nº de bolsa(s)</b>
A institucionalização da Comissão Própria de Avaliação na UFPB e Comunicação com a Comunidade Acadêmica - eixo 3	Profº. Dr. José Mancinelli	1
Análise das Políticas Acadêmicas de atendimento aos discentes e suas contribuições nos indicadores de avaliação dos cursos de graduação da UFPB - eixo 3	Profº Francivaldo dos Santos	1
Ensino Jurídico na UFPB - eixo 3	Profª Dra. Márcia Glebyane Maciel Quirino	1
Avaliação das Políticas Acadêmicas da Universidade Federal da Paraíba: uma observação das práticas formativas - eixo 3	Profª Janine Rodrigues	1
Perfil, estado de saúde e preferências didáticas entre acadêmicos das disciplinas de anatomia e neuroanatomia - eixo 3	Profª Dra. Ana Lúcia Basilio Carneiro	1

## MÉTODO DE SELEÇÃO DO NÚCLEO DE PROJETOS

Os projetos propostos na seleção do Núcleo de Projetos em 2018 para desenvolvimento em 2019 deveriam abarcar uma das cinco temáticas dos seguintes blocos:

**Bloco 1. Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES:** considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES. Descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA do período que constituiu o objeto de avaliação. Assim, o almejado no presente bloco é a descrição e a identificação, por intermédio do documento Relato Institucional, dos principais elementos do processo avaliativo da UFPB em relação ao seu PDI, aos relatórios elaborados pela CPA e aos demais documentos institucionais avaliativos do período que constituiu o objeto de avaliação.

**Bloco 2. Desenvolvimento Institucional:** contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES. Tendo seu foco no PDI, consistente na averiguação da coerência existente entre o planejamento e as execuções das ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, estágio e gestão. Pretende, igualmente, verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela UFPB no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI. Dessa forma, o Eixo Desenvolvimento Institucional assume o papel de induzir maior comprometimento da UFPB na construção de seu PDI, priorizando sua coerência e evolução.

**Bloco 3. Políticas acadêmicas:** abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES. São analisados os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se também a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente.

**Bloco 4. Políticas de Gestão:** compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES. Esta temática visa constatar o desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da IES para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável.

**Bloco 5. Infraestrutura física:** corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES. Aqui há a verificação das condições em que a UFPB apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, estágio e gestão. Compromissos na oferta da educação superior.

Por fim, a temática escolhida para ser explanada no projeto deveria conter as seguintes abordagens:

- Relevância acadêmica;
- Articulação com o ensino (conteúdos de disciplinas, procedimentos metodológicos) e a pesquisa (produção e difusão de dados da realidade, subsídio dos dados para a intervenção);
- Sistematização e divulgação dos trabalhos a serem produzidos (relatórios, recursos didáticos, artigos, eventos e outros);
- Clareza metodológica;
- Articulação do projeto com demandas provenientes da Instituição;
- Público alvo;
- Definição das etapas de execução e avaliação propostas.

## **AÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UFPB**

Além do desenvolvimento das atividades do Núcleo de Projetos, a Comissão Própria de Avaliação da UFPB realizou outras atividades, como o desenvolvimento do projeto “CPA em Movimento”, que tem como objetivo preparar os discentes, docentes e técnicos administrativos para as avaliações do Ministério da Educação, além de reuniões com demais setores da UFPB, como a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pró-reitoria de Planejamento, e promoção de eventos, como os Seminários sobre autoavaliação e avaliação institucional nos centros. Dessa forma, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), no ano de 2019, desenvolveu atividades relacionadas a autoavaliação institucional, a autoavaliação de cursos e a avaliação externa do MEC, conforme dispõe a lei 10.861/2004 (SINAES).

No que concerne a autoavaliação institucional, a CPA elaborou o relatório anual de autoavaliação institucional e enviou para o MEC em março de 2020 contendo os resultados do eixo 3 do SINAES (Políticas Acadêmicas) que foram coletados por meio do instrumento elaborado pela CPA e aplicado em outubro de 2019 a todos os docentes e discentes da UFPB através do *sigadmin*.

Ao longo do ano de 2019, a CPA manteve bolsas do Núcleo de Projetos que desenvolveram pesquisa dentro do eixo 3 (Políticas Acadêmicas), eixo este previsto pelo PDI para ser analisado no ano em tela.

Ainda dentro da Autoavaliação Institucional, a CPA criou o instrumento do eixo 4 do SINAES (Políticas de Gestão) e disponibilizou para todos os docentes, discentes e técnicos-administrativos responderem através do *sigadmin* no período de 06 de novembro a 06 de dezembro de 2019. Os dados coletados nesse instrumento fazem parte do Relatório de Autoavaliação Institucional de 2020.

No que tange a autoavaliação de cursos, a CPA disponibiliza em sua página oficial, três instrumentos de autoavaliação, um para cada segmento (docente, discente e técnico) para que os coordenadores utilizem nos cursos de graduação. Os resultados desses instrumentos são utilizados pela CPA para elaborar relatórios de autoavaliação de curso a pedido dos coordenadores.

No ano de 2019, foram elaborados os seguintes relatórios de autoavaliação de curso: Teatro, Dança, Biblioteconomia, Tecnologia de alimentos, Pedagogia (Campus IV), Arquivologia, Matemática Computacional, Psicopedagogia, Letras-Francês.

Ainda dentro da meta do PDI “Implantar projeto de autoavaliação em 100% dos cursos da UFPB”, a CPA concluiu, em setembro, a elaboração do instrumento único que será disponibilizado aos cursos da UFPB a partir de 2020, conforme atividade prevista para o ano. O referido instrumento servirá de base para a implantação da autoavaliação e do planejamento estratégico dos cursos da UFPB a partir de 2020 através do Módulo de Avaliação Institucional do SIGAA.

Também foi realizado o Seminário de Autoavaliação Institucional do Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ/Santa Rita) para divulgação da autoavaliação institucional e de curso. Os demais seminários previstos para este ano, CCJ e CCAE, foram adiados para 2020 devido a licença gestante da coordenadora de Direito e o calendário diferenciado do Campus IV. No entanto, embora não tenha sido previsto como meta para 2019, a CPA realizou Seminário no CTDR no mês de novembro.

No que tange a Avaliação Externa dos cursos da UFPB, a CPA fez a preparação prévia à visita de avaliação externa do MEC junto aos coordenadores, professores e alunos dos cursos avaliados em 2019: Teatro (bacharelado e licenciatura), Ciências Atuariais

(CCSA), Dança (CCTA), Biblioteconomia (CCSA), Hotelaria (CCTA), Agroecologia (CCHSA) e Tecnologia de Alimentos (CTDR).

Ao longo de todo ano, a CPA seguiu fazendo o trabalho de divulgação e implantação de rotinas de avaliação e controle através da publicização do trabalho da CPA através da página da CPA na internet e mídias sociais.

Foi organizado também pela CPA/UFPB um e-book a ser publicado pela Editora da UFPB, com artigos a respeito da avaliação institucional, tendo por título: **Avaliação do Ensino Superior: reflexões e práticas.**

No segundo semestre de 2019 foi criada uma Comissão em conjunto com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação com o objetivo de institucionalizar a autoavaliação dos cursos de pós-graduação, recomendação da CAPES para todas as instituições. O instrumento a ser aplicado, inicialmente, com os discentes foi elaborado e discutido pela comissão e a perspectiva é que o mesmo seja aplicado no início de 2020.

Tabela 1 – Atividades realizadas em 2019 pela Coordenação Geral da CPA/UFPB

<b>Relatório de atividades realizadas em 2019</b>			
<b>Nº</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>DEMANDA</b>	<b>DATA</b>
<b>1</b>	Reunião Ordinária	Elaboração do plano de trabalho para o ano de 2019.	04/02/2019
<b>2</b>	Reunião Extraordinária	Discussão sobre o novo instrumento de renovação dos cursos	06/02/2019
<b>3</b>	Reunião com a Reitoria da UFPB	Planejamento das ações para o ano de 2019.	20/02/2019
<b>4</b>	CPA em Movimento – Curso de Teatro (Bacharelado e Licenciatura)	Reunião com a coordenação de curso.	25/02/2019
<b>5</b>	CPA em Movimento – Curso de Teatro (Bacharelado)	Visita <i>in loco</i> ao curso e realização de reunião com os coordenadores, docentes e discentes.	11/03/2019
<b>6</b>	CPA em Movimento – Curso de Ciências Atuariais	Visita <i>in loco</i> ao curso e realização de reunião com os coordenadores, docentes e discentes.	12/03/2019
<b>7</b>	CPA em Movimento – Curso de Dança	Reunião com a coordenação do curso.	29/03/2019
<b>8</b>	CPA em Movimento: Areia – Campus III	Reunião dos membros do núcleo de Projetos da CPA com os discentes dos ingressantes do curso de	10/04/2019

		Ciências Agrárias – CCA, em Areia.	
9	CPA em Movimento – Curso de Teatro (Licenciatura)	Visita <i>in loco</i> ao curso e realização de reunião com os coordenadores, docentes e discentes.	11/04/2019
10	CPA em Movimento – Curso de Dança	Visita <i>in loco</i> ao curso e realização de reunião com os coordenadores, docentes e discentes.	12/04/2019
11	CPA em Movimento – Curso de Biblioteconomia	Visita <i>in loco</i> ao curso e realização de reunião com os coordenadores, docentes e discentes.	13/06/2019
12	Reunião com a Comissão Executiva de Avaliação Institucional (CEAI)	Planejamento dos Seminários de Autoavaliação Institucional a serem realizados nos Centros.	08/07/2019
13	Reunião com a PRPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação	Planejamento da Autoavaliação da Pós-Graduação na UFPB.	29/07/2019
14	CPA em Movimento – Curso de Hotelaria	Reunião com a coordenação do curso.	07/08/2019
15	CPA em Movimento – Curso de Hotelaria	Reunião com o Departamento de Hotelaria e Turismo no CCTA.	27/08/2019
16	Reunião com a PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento	Reunião de implantação do novo PDI da instituição.	29/08/2019
17	Reunião Ordinária	Elaboração dos instrumentos de autoavaliação de curso para o próximo semestre letivo.	16/09/2019
18	Reunião com a PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento	Reunião com os coordenadores e servidores da PROPLAN para discussão sobre a elaboração do instrumento de avaliação institucional do eixo 4: Políticas de Gestão.	30/10/2019
19	CPA em Movimento: Seminário no DCJ – Departamento de Ciências Jurídicas	Realização do Seminário sobre o SINAES: Avaliação Institucional, Avaliação de Curso e Autoavaliação.	06/11/2019
20	II Simpósio sobre Avaliação Institucional	Participação da CPA/UFPB, através da servidora técnica-administrativa Caroline Burity, no II Simpósio sobre Autoavaliação Institucional,	21/11/2019

		com o tema “A autoavaliação na ordem do dia: graduação e pós-graduação”, na UFRPE, Recife/PE.	
21	CPA em Movimento – Curso de Agroecologia	Visita <i>in loco</i> ao curso e realização de reunião com os coordenadores, docentes e discentes.	22/11/2019
22	CPA em Movimento: Seminário no CTDR em Mangabeira	Realização do Seminário de Autoavaliação no CTDR/Mangabeira.	25/11/2019
23	CPA em Movimento – Curso de Tecnologia de Alimentos	Reunião com a coordenação do curso.	25/11/2019
24	Reunião com a PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.	Discussão sobre os dados do Relatório de Gestão.	27/11/2019
25	CPA em Movimento – Curso de Tecnologia de Alimentos	Visita <i>in loco</i> ao curso e realização de reunião com os coordenadores, docentes e discentes.	02/12/2019

Explanados todos esses elementos, nos tópicos a seguir do presente relatório constarão, inicialmente, os resultados do instrumento aplicado pela Comissão Própria de Avaliação da UFPB através do sistema *Sigadmin*, no mês de novembro de 2019, sendo não obrigatória a participação uma vez que o questionário embora fosse apresentado para todos os docentes, discentes e técnicos-administrativos ativos que acessassem o sistema, este poderia ser transposto.

A avaliação institucional aplicada pela CPA através do *sigadmin*, foi coordenada pela Professora Mônica Dias Palitot, com a participação dos servidores técnicos-administrativos Caroline Rangel Travasso Burity e José Nilson Gregório e dos estagiários Anne Kelly Barbosa da Silva, Inara da Silva Vilar, Ingrid Souto Vita Barros, Lívia Quirino Fernandes da Silva e Nicolas Gabriel da Costa Simões.

O instrumento foi aplicado a todos os docentes, discentes e servidores técnico-administrativos ativos na instituição e teve por objetivo obter informações referentes ao eixo 4, que aborda as Políticas de Gestão da UFPB, no que tange às Políticas de Capacitação docente e técnico-administrativa; Gestão e Organização Institucional e Sustentabilidade Financeira.

Um total de 5088 discentes, 955 docentes e 880 servidores técnicos-administrativos responderam voluntariamente aos questionários, correspondendo, portanto,

a aproximadamente 14% dos estudantes, 32,52% dos docentes e 25,12% dos técnicos-administrativos da UFPB. Esse resultado demonstra uma melhora constante na percepção e compreensão da comunidade acadêmica sobre a importância da participação na avaliação institucional. Os resultados desta avaliação serão apresentados no Capítulo I deste Relatório.

O presente relatório também apresentará, no Capítulo 2, informações coletadas pelos projetos que participaram do Núcleo de Pesquisa da CPA em 2019, nas quais estarão expostos os resultados obtidos durante o período de pesquisa.

## **CAPÍTULO I – AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DA UFPB - RESULTADOS DA AVALIAÇÃO APLICADA PELA CPA/UFPB NOVEMBRO DE 2019**

O presente capítulo apresentará os resultados relativos aos instrumentos aplicados para avaliar o Eixo 4 do instrumento de avaliação do INEP/MEC que aborda as políticas de gestão. O instrumento de autoavaliação das políticas de gestão da UFPB foi aplicado através do *SIGADMIN/UFPB* no mês de novembro e teve como público alvo os docentes, discentes e servidores técnico-administrativos ativos da UFPB.

O instrumento de avaliação de credenciamento e reconhecimento aplicado pelo MEC foi reformulado em 2017 e contempla no Eixo 4, ora avaliado, os seguintes indicadores: Política de capacitação docente e formação continuada; Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo; Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância; Processos de gestão institucional; Sistema de controle de produção e distribuição de material didático; Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional; e, por fim, Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.

Segundo GOMES et al (2020), foi possível observar através dos indicativos, que o novo instrumento de credenciamento e reconhecimento elaborado em 2017, enfatiza a capacitação, a gestão institucional e sustentabilidade, ou seja, manteve e aprofundou estes indicadores. Observa-se também que a sustentabilidade financeira, que em 2015 era avaliada apenas sob um prisma, passou a ser analisada sob dois vieses: a relação de desenvolvimento institucional e a participação com a comunidade interna. É possível perceber que houve a especificação dos indicadores a fim de alcançar uma melhor avaliação no sentido qualitativo das informações.

Assim sendo, este instrumento de pesquisa, formulado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), objetivou obter informações referentes ao Eixo 4, que aborda as Políticas de Gestão, conforme Nota Técnica Nº 14/2014 – CGACG/DAES/INEP/MEC, bem como identificar junto à comunidade o grau de conhecimento sobre a política de gestão da UFPB. Diante disso, foi solicitado a contribuição da comunidade acadêmica da UFPB, ativa no *Sigadmin*, para responder ao questionário utilizando a escala abaixo:

Em cada questão é atribuído conceitos de 1 a 5 de acordo com as seguintes legendas:

Conceito 5 – Alto Conhecimento

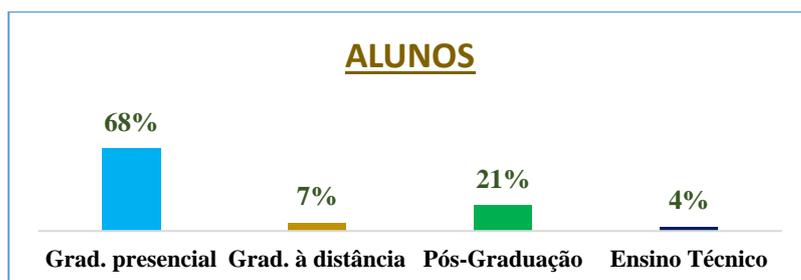
Conceito 4 – Médio Conhecimento  
Conceito 3 – Baixo Conhecimento  
Conceito 2 – Ouvi Falar  
Conceito 1 – Desconheço

Responderam ao instrumento: 5.088 discentes de graduação presencial, 955 docentes e 880 técnicos-administrativos. A comunidade Acadêmica atualmente conta com um Total de **36.473 alunos** matriculados assim distribuídos: 24.977 na graduação presencial, 2.453 na graduação à distância e 7.734 na Pós-graduação e 1309 alunos no ensino técnico. O corpo docente é formado por **2.849 professores** sendo 2597 ativos permanentes, 4 ativos permanentes (HU), 54 visitantes, 8 provisórios e 23 cedidos, 4 excedentes de lotação, 1 CLT, 1 requisitado p/força de trabalho, 1 colaborador no PCCTAE e 156 substitutos. Já o corpo técnico-administrativo possui um total de **3.503 servidores** sendo 2.738 ativos permanentes, 665 ativos permanentes (HU), 28 requisitados, 47, cedidos, 8 provisórios, 6 temporários, 3 em cargos de comissão, 1 excedente de lotação, 1 descentralizado, 1 não informado, 1 colaborador do PCCTAE, 4 requisitados por força de trabalho (UFPB, STI, 2020).

Um total de 5.088 discentes responderam ao questionário, sendo, portanto, uma aproximação de 14% dos estudantes. Dos 2.849 docentes, 955 responderam ao questionário, ou seja, 33,52% do total.

Já os Técnicos administrativos 880 responderam o questionário, dando um valor percentual médio de 25,12%. O número amostral de participantes de ambos os grupos revela um aumento na compreensão da comunidade acadêmica da importância de participar da avaliação Institucional, ressaltando-se a não obrigatoriedade da mesma, pois esta será fonte de informações essenciais para o desenvolvimento e melhoria dos serviços prestados pela Instituição e das ações realizadas em todos os âmbitos da UFPB seja de ensino, pesquisa, extensão, bem como a necessidade de se avaliar a comunicação da Instituição tanto internamente quanto com a sociedade.

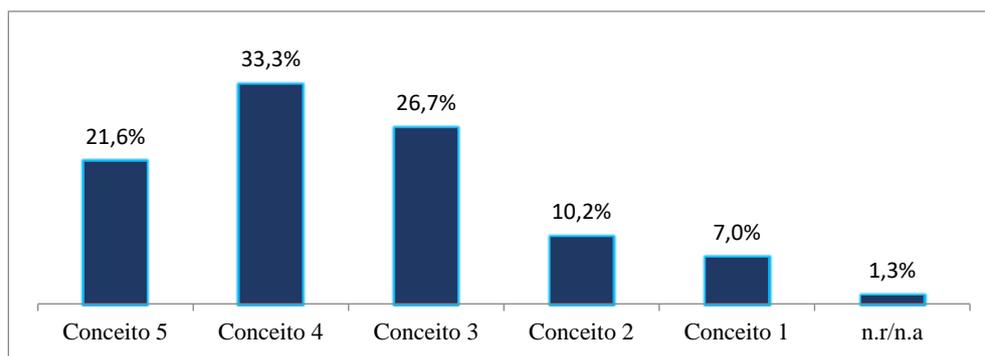
Ainda com relação a alunos, a distribuição nas diversas modalidades é mostrada abaixo:



## 1.2 - POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

**Pergunta 1 – A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais.**

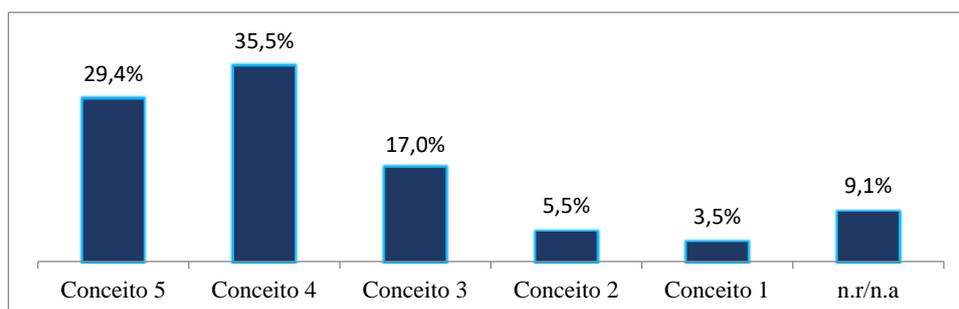
A UFPB possui uma política de capacitação docente que fica a cargo da Comissão Permanente de Pessoal (CPPD) que é responsável por prestar assessoramento à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, bem como à Comissão de Reconhecimento de Saberes e Competências. Nesta capacitação é levado em conta a necessidade de capacitação para a UFPB e também o interesse do próprio docente. Sobre esta temática, os professores responderam ao instrumento eletrônico indicando qual o grau de conhecimento do segmento sobre a capacitação da UFPB estimular a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais. Os resultados são mostrados na análise e no gráfico abaixo:



Fonte CPA/UFPB

Nota-se que mais de 70% dos docentes dão notas somadas de 5, 4 ou 3, com predominância de nota 4, o que significa que eles têm conhecimento da política de capacitação para participação em eventos científicos oferecida pela UFPB para a classe docente.

**Pergunta 2 – A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em cursos de capacitação e desenvolvimento pessoal.**



Fonte CPA/UFPB

É considerada meta prioritária da UFPB a capacitação de seu pessoal docente no âmbito de uma Política Institucional que enfatize a qualificação e a atualização sistemática dos recursos humanos da UFPB para o exercício pleno e eficiente de suas atividades. Por isso, estando o plano de capacitação da UFPB regulamentado institucionalmente e disponível, os docentes estão sempre buscando o aprimoramento profissional. Levando-se em conta os valores mostrados no gráfico acima, verifica-se que a maioria dos docentes tem ciência da política de capacitação desenvolvida pela UFPB que favorece o aprimoramento pessoal. Aproximadamente 65% dos docentes têm alto conhecimento ou médio conhecimento sobre a política de capacitação docente e a formação continuada da Instituição. Apenas 9,1% abstiveram de responder. Este plano de capacitação consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

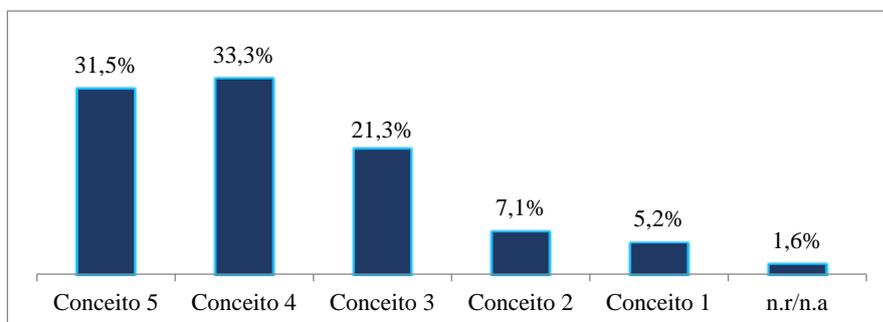
**Pergunta 3 – A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior estabelece os parâmetros de titulação que as Instituições de Ensino Superior e o corpo docente tem de alcançar. Os docentes, com o apoio da UFPB tem buscado esta titulação cujos números constam no PDI, reproduzidos no quadro abaixo.

**Quadro 24- Evolução do quantitativo de Docentes Permanentes por Titulação.**

Ano	Médio/Técnico	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
2014	4	29	101	652	1.649	2.435
2015	2	81	64	600	1.747	2.494
2016	2	70	56	573	1.859	2.560
2017	2	70	49	534	1.938	2.593
2018	1	67	45	480	2.036	2.629

Fonte: UFPB. PDI, p.82



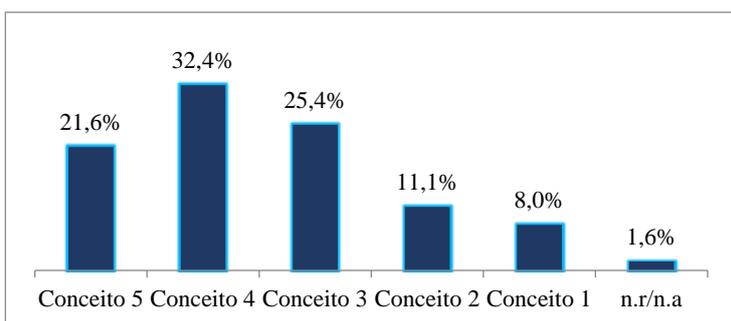
Fonte: CPA/UFPB

Ao dar notas 5, 4 para esta questão, como mostra o gráfico, os professores reconhecem a ação, participação e estímulos decorrentes desta política de qualificação. Aproximadamente,

65% dos docentes têm alto conhecimento ou médio conhecimento sobre a política de capacitação docente e a formação continuada da Instituição no que tange a qualificação em programas de mestrado e doutorado.

**Pergunta 4 – A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de pós-doutorado.**

A UFPB, à medida que disponibiliza um plano de qualificação das carreiras do seu magistério superior, traz como consequência um incentivo a classe docente para procurar tais titulações no âmbito dos cursos de pós-doutorado.

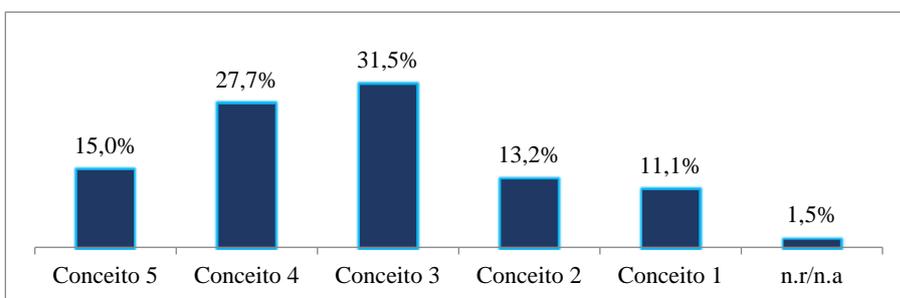


Fonte:CPA/UFPB

Sobre este tema abordado observa-se que há uma predominância de nota 4, numa escala de 1 a 5. Sobre esta afirmação 21,6% têm alto conhecimento com a política de capacitação incentivada pela UFPB e 32,4% têm médio conhecimento. Ainda temos 25,4% que têm baixo conhecimento da referida qualificação.

**Pergunta 5 – A política de capacitação docente e formação continuada estimula a internacionalização.**

Neste item os professores avaliam o estímulo da universidade para que tenham acesso à participação em modalidades de cursos ou eventos no exterior ou atuem como professor visitante em universidades estrangeiras.



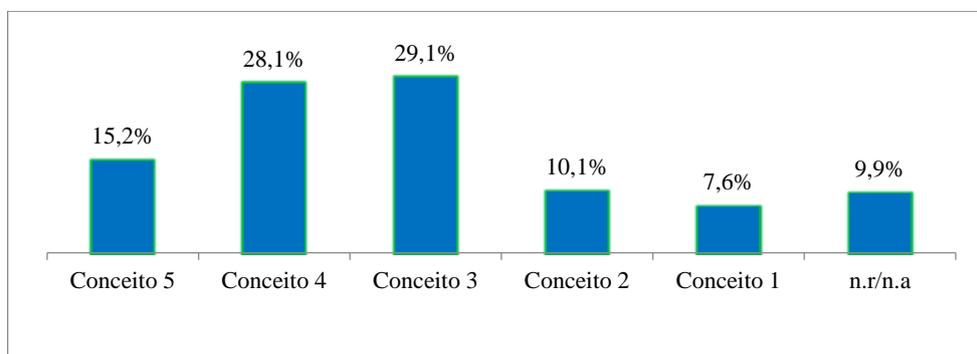
Fonte:CPA/UFPB

Vemos pelos resultados mostrados no gráfico relativo a esta questão abordada que a maioria possui um baixo conhecimento (conceito 3) sobre as ações de internacionalização da Política de Capacitação docente. Também vemos que 15% têm alto conhecimento e 27,7% têm baixo conhecimento com tal política de capacitação profissional levada a cabo pela Instituição.

### 1.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

**Pergunta 6 – A política de capacitação dos servidores Técnicos-Administrativos e formação continuada estimula a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais.**

Os servidores da UFPB estão submetidos ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PPCTAE) organizados em 5 (cinco) níveis de classificação (A, B, C, D e E). O PPCTAE prevê duas formas de progressão funcional. A progressão horizontal dividida em quatro níveis (I, II, III e IV) composta por Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento a cada dezoito meses e a progressão vertical, dividida em dezesseis níveis através de Programas de Avaliação de Desempenho. Na UFPB, os programas de capacitação e aperfeiçoamento ficam a cargo da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).



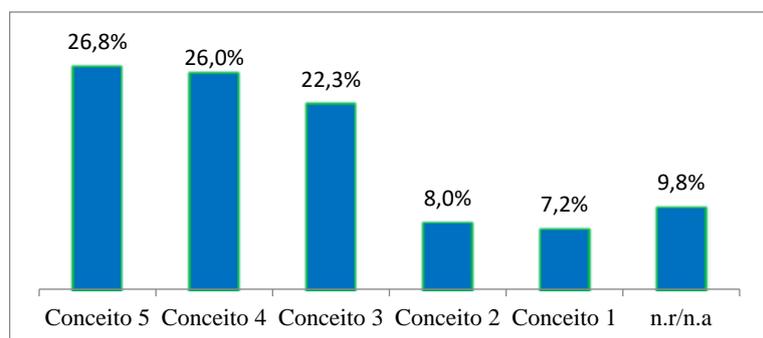
Fonte: CPA/UFPB

De acordo com o quesito em questão, podemos constatar que 29,1% dos técnicos-administrativos optaram pelo conceito 3 (baixo conhecimento), este tendo uma maior porcentagem em relação aos demais. Além disso, conceito 1 (não conheço) com 7,6%, sendo a menor alternativa de escolha, seguida por 10,1% do conceito 2 (ouvi falar), 28,1% do conceito 4 (médio conhecimento) e por fim 15,2% optaram pelo conceito 5 (alto conhecimento). Demonstrando assim, que os técnicos obtiveram um posicionamento mais imparcial e favorável em relação ao estímulo de participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais.

### **Pergunta 7 – A política de capacitações e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a participação em cursos de capacitação e desenvolvimento pessoal**

O corpo técnico-administrativo da UFPB é regido pelo Plano de Carreira dos cargos Técnico Administrativo em Educação (PCCTAE), Lei 11.091, de 12 de Janeiro de 2005, possibilitando o direito à progressão por mérito profissional e capacitação, incentivo à qualificação, entre outros. No âmbito da UFPB, é adotada a política de planejamento e execução do plano bianual de capacitação e qualificação dos servidores sendo, para tanto, realizado o Levantamento de Necessidades de Capacitação e, através deste, ofertadas ações de acordo com a realidade e a necessidade dos Centros e unidades administrativas desta Instituição. As ações são, preferencialmente, ministradas pelos próprios servidores selecionados por meio processo seletivo.

Sobre a abordagem acima, os servidores responderam o questionário eletrônico, e os resultados estão expostos no gráfico abaixo:

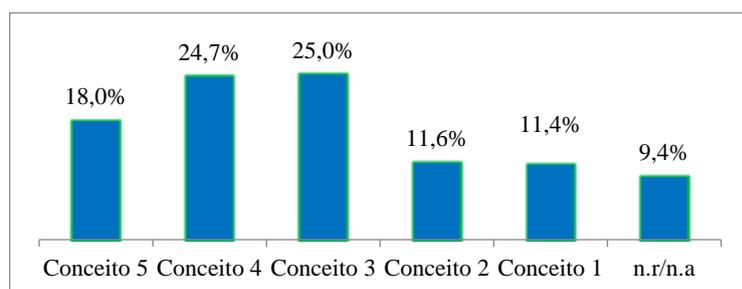


Fonte: CPA/UFPB

De acordo com o quesito em questão, podemos concluir que 26,8% dos técnicos administrativos optaram pelo conceito 5 (alto conhecimento), esse sendo a maior porcentagem em relação aos demais, seguido por 26,0% de pessoas que optaram pelo conceito 4 (médio conhecimento), 22,3% escolheram o conceito 3 (baixo conhecimento). Já aqueles que obtiveram as menores porcentagens foi o conceito 2 (ouvi falar) com 8,0% e o conceito 1 (não conheço) com 7,2%. Ou seja, podemos concluir que os técnicos, por sua maioria reconhece, o estímulo à participação em cursos de capacitações e desenvolvimento pessoal, evidenciando assim as grandes porcentagens nas escalas do conceito 4 e 5.

**Pergunta 8 – A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado**

O Plano de Carreira dos cargos Técnico Administrativo em Educação (PCCTAE) prevê a instituição do Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento. Assim, a política de qualificação da PROGEP têm estimulado a criação de mestrados e doutorados profissionais com processo seletivo aberto aos servidores, à exemplo do mestrado em Políticas públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV). A reserva de vagas para docentes e técnico-administrativos nos Programas de Pós-Graduação da UFPB é um investimento realizado pela PROGEP em parceria com a PRPG através do Plano de Qualificação Institucional - PQI que tem como objetivo a qualificação contínua do quadro de servidores da instituição.

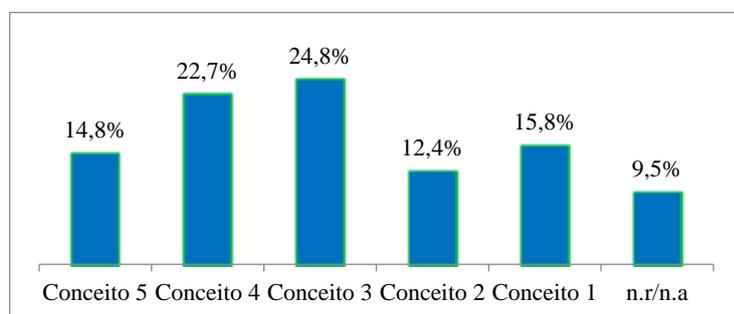


Fonte: CPA/UFPB

De acordo com o tópico em questão, e com embasamento das respostas obtidas, podemos constatar que: 25% dos técnicos administrativos optaram pelo conceito 3 (baixo conhecimento) esse sendo o maior porcentagem de escolha dentro das demais alternativas, sendo seguida pelo conceito 4 (médio conhecimento) com 24,7% dos respondentes e conceito 5 (alto conhecimento) com 18,0%, evidenciando, assim, que boa partes dos técnicos tem o conhecimento a respeito desses programas, porém por possuir uma grande porcentagem na escala de conceito 3 e uma porcentagem de quase 25% nas escalas 2 e 1, podemos concluir que uma boa partes desses não veem uma boa efetividade nesse programa ou até mesmo não possui a informação sobre.

**Pergunta 9 – A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de pós-doutorado**

Em preenchimento ao questionário eletrônico, o corpo Técnico-Administrativo respondeu sobre a política da UFPB concernente ao oferecimento e oportunidades para fazer algum curso de nível de pós-doutorado. Os resultados das suas respostas são mostrados no gráfico abaixo:



Fonte: CPA/UFPB

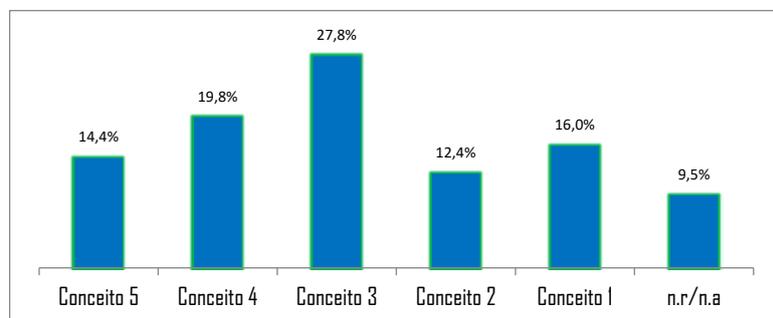
De acordo com o tópico em questão, e com embasamento das respostas obtidas, podemos constatar que: 24,8% dos técnicos administrativos optaram pelo conceito 3 (baixo conhecimento) esse sendo o maior porcentagem de escolha dentro das demais alternativas, sendo seguida pelo conceito 4 (médio conhecimento) com 22,7% dos respondentes e conceito 5 (alto conhecimento) com 14,8%. Aqueles que obtiveram menor porcentagens foi o conceito 1 (não conheço) com 15,8% e o conceito 2 (ouvi falar) com 12,4%. Além disso, tendo 9,3% de não respostas. Evidenciou-se que boa parte dos técnicos tem o conhecimento a respeito do estímulo a participação em qualificação acadêmica e em programas de pós-doutorado. Porém, por possuir uma grande porcentagem na escala de conceito 3 e uma porcentagem de quase 30% nas escalas 2 e 1 podemos concluir que parte desses servidores não veem uma boa efetividade nesse programa.

#### **Pergunta 10 – A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a internacionalização**

Aqui o servidor, no ato do preenchimento online, manifesta os seus conhecimentos sobre a política de capacitação que a Instituição proporciona aos técnicos para que eles tenham acesso à participação em modalidades de cursos ou eventos no exterior. (Gráfico abaixo)

De acordo com o tópico em questão, e com embasamento das respostas obtidas, podemos constatar que: 27,8% dos técnicos administrativos optaram pelo conceito 3 (baixo conhecimento) esse sendo o maior porcentagem de escolha dentro das demais alternativas, sendo seguida pelo conceito 4 (médio conhecimento) com 19,8% dos respondentes e conceito

5 (alto conhecimento) com 14,4%. Aqueles que obtiveram menor porcentagens foi o conceito 1 (não conheço) com 16,0% e o conceito 2 (ouvi falar) com 12,4%. Além disso, tendo 9,5% de não respostas.



Fonte: CPA/UFPB

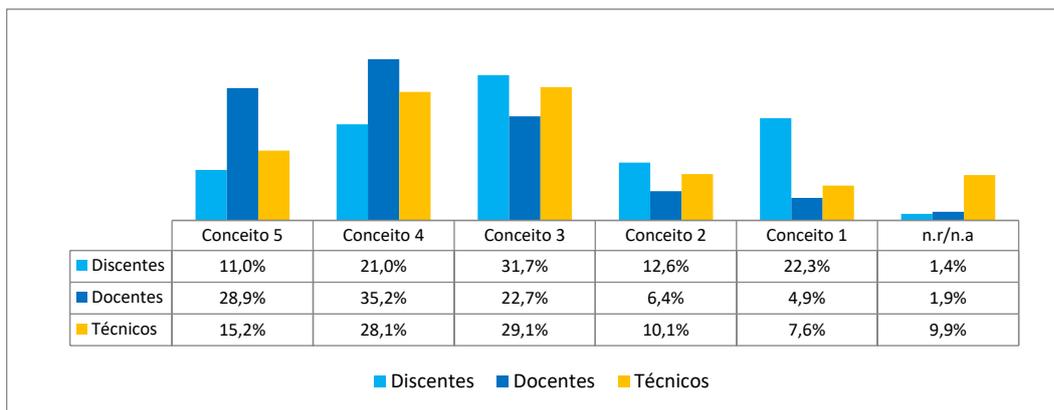
#### 1.4 - GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

**Pergunta 11 – Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada (quando exigido)**

As políticas de gestão da UFPB, para o período 2019-2023, deverão ser orientadas para a excelência na prestação de serviços e na qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, com inovação e responsabilidade social, baseando-se na conformidade dos procedimentos, na integridade, na ética e na boa governança. O conjunto de princípios, objetivos e diretrizes das políticas de gestão visa a melhoria contínua de processos, pessoas, tecnologias e serviços, inserido em um ambiente colaborativo de criação, coprodução e interoperabilidade.

Para tanto, é preciso que todas as unidades e setores da UFPB estejam alinhados com a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos do PDI 2019-2023. No planejamento deverá ser uma ferramenta de gestão fundamental para organizar as demandas e as necessidades que darão o suporte necessário à tomada de decisão por parte dos gestores. Critérios de priorização com base na gestão de riscos e na impessoalidade contribuirão para resolver muitos problemas e melhorar o desempenho e a boa governança institucional, assim como a utilização de novas tecnologias, além de capacitação, treinamento e inovação.

Sobre esta temática alunos, professores e técnicos-administrativos, responderam ao questionário online para verificar o quanto estes segmentos sabem a respeito da gestão e organização institucional presente no PDI da UFPB. Observe o gráfico abaixo;

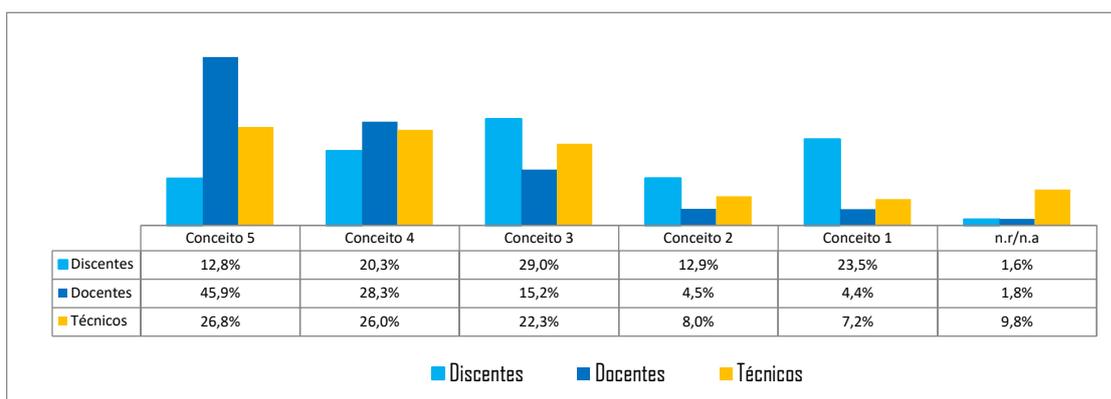


Fonte: CPA/UFPB

Observa-se que quase 70% dos docentes ficaram distribuídos com seus maiores percentuais na seguinte escala: médio conhecimento (35,2%) e alto conhecimento (28,9%). Ou seja, demonstrando um bom grau de conhecimento a respeito dos processos de gestão institucional. Além disso, verifica-se os discentes com suas maiores porcentagens nos quesitos: baixo conhecimento (31,7%), ouvi falar (22,3%) e médio conhecimento (21,0%). Outrossim, os técnicos ficaram mais distribuídos nas seguintes escalas: baixo conhecimento (29,1%), médio conhecimento (28,1%) e alto conhecimento (15,2%). Ou seja, demonstrando um bom conhecimento dos técnicos a respeito dos processos. Vale salientar que 1,4% dos discentes, 1,9% dos docentes e 9,9% dos técnicos não responderam a nenhuma das as alternativas.

**Pergunta 12 – Os processos de gestão institucional regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados.**

A divulgação dos mandatos dos membros colegiados ocorre de forma sistemática e obtém uma grande importância no intermédio acadêmico. Pois, são órgãos colegiados que debatem, acompanham e deliberam sobre questões, político-pedagógicas, administrativas e financeiras da universidade. Sendo assim, alunos, professores e técnicos-administrativo demonstraram seu conhecimento a respeito do quesito abordado. Observe o gráfico abaixo;



Fonte: CPA/UFPB

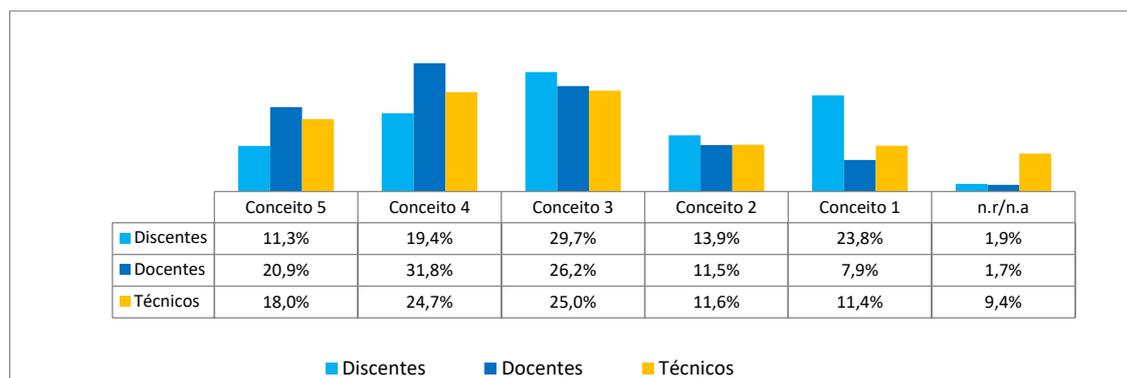
Pode-se constatar que quase 90% dos docentes ficaram alocados com seus maiores índices percentuais nas seguintes escalas: alto conhecimento (45,9%), médio conhecimento (28,3%) e baixo conhecimento com (15,2%) e outros quase 15% ficaram alocados nas demais escalas. Constatando assim que a maior parte dos docentes demonstraram um ótimo grau de conhecimento a respeito dos mandatos dos membros que compõem os órgãos colegiados. Paralelamente, podemos observar os discentes, que obtiveram uma distribuição mais bem distribuídas em relação as classes. Obtendo, assim, sua maior porcentagem na escala baixo conhecimento com (29,0%), médio conhecimento com (20,3%), não conhece (23,5%), ouviu falar (12,9%), alto conhecimento com (12,8%), ou seja, deixando a conclusão de que uma boa parte dos discentes não tem o conhecimento dos mandatos dos membros que compõem os órgãos colegiados. Por outro lado, os técnicos ficaram mais distribuídos e com seus maiores percentuais nas seguintes escalas: baixo conhecimento (29,0%), médio conhecimento (20,3%) e alto conhecimento (12,8%). Ou seja, demonstrando um nível de respostas mais imparcial e favorável em relação ao quesito. Saliente-se ainda que, tiveram (9,8%) de não respostas.

**Pergunta 13 – Os processos de gestão institucional sistematizam e divulgam as decisões dos órgãos colegiados superiores (CONSEPE, CONSUNI e CONSELHO CURADOR)**

Os órgãos colegiados superiores são de extrema importância para o desenvolvimento e administração da UFPB, pois esses desenvolvem as funções normativas e deliberativas da instituição. Em outros termos, cabe aos conselhos estabelecer normas, julgar o cumprimento destas e deliberar sobre atos de administração universitária, em todos os níveis. Tornando

assim, de fundamental importância a divulgação das decisões dos órgãos colegiados superiores.

Posto isso, os representantes e servidores responderam com base no seu nível de conhecimento se a gestão institucional sistematiza e divulga as decisões dos órgãos colegiados citados anteriormente, observe o gráfico de coluna abaixo para as demais informações:

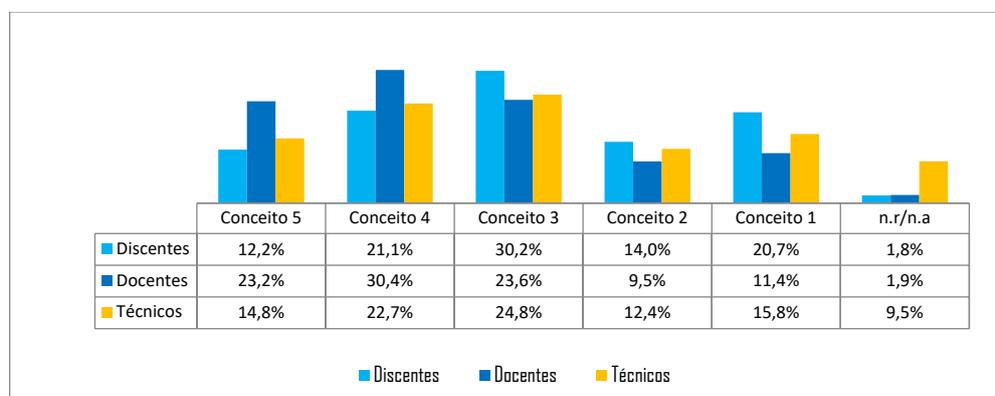


Fonte: CPA/UFPB

Constata-se que quase 50% dos docentes ficaram distribuídos com seus maiores percentuais na seguinte escala: médio conhecimento (31,8%) e alto conhecimento (20,9%). Ou seja, demonstrando um bom grau de conhecimento a respeito das divulgações dos órgãos colegiados superiores. Além disso, vemos os discentes com suas maiores porcentagens nos quesitos: baixo conhecimento (29,7%), não conhece (23,8%) e médio conhecimento (19,4%). Demonstrando assim uma maior imparcialidade dos respondentes, e uma grande porcentagem daqueles que não conhecem o quesito. Outrossim, os técnicos ficaram mais distribuídos nas seguintes escalas: baixo conhecimento (25,0%), médio conhecimento (24,7%) e alto conhecimento (18,0%). Ou seja, mostrando um grande grau de conhecimento e imparcialidade a respeito dos processos de gestão institucional. Vale salientar que 1,9% dos discentes, 1,7% dos docentes e 9,4% dos técnicos não responderam a nenhuma das alternativas. Em suma, podemos interpretar que na maior parte dos docentes e técnicos ambos foram a favor na sua maior parte que ocorre a divulgação das decisões dos órgãos colegiados superiores. Entretanto, pelos alunos, vemos uma maior prevalência em relação aos demais de respostas que não conhecem a sistematização e divulgação das decisões dos órgãos colegiados.

**Pergunta 14 – Os processos de gestão institucional sistematizam e divulgam as decisões do órgão colegiado do Centro (Conselho de Centro)**

O conselho de centro, órgão deliberativo máximo do centro em matéria administrativa e didática-científica, tem como principais funções elaborar, emendar e reformar o Regimento do Centro, submetendo-o ao CONSEPE e ao Conselho Universitário, aprovar o Regimento dos Diretórios Acadêmicos e por fim eleger, por escrutínio secreto, uninominal, os componentes das listas sêxtuplas para escolha e nomeação do Diretor e Vice-Diretor, na forma da legislação vigente. Sendo assim, esse quesito tem como objetivo analisar se os processos de gestão institucional sistematizam e divulgam as decisões do conselho de centro, nos demais grupos levados em conta na pesquisa. Observe o gráfico abaixo para as demais conclusões;

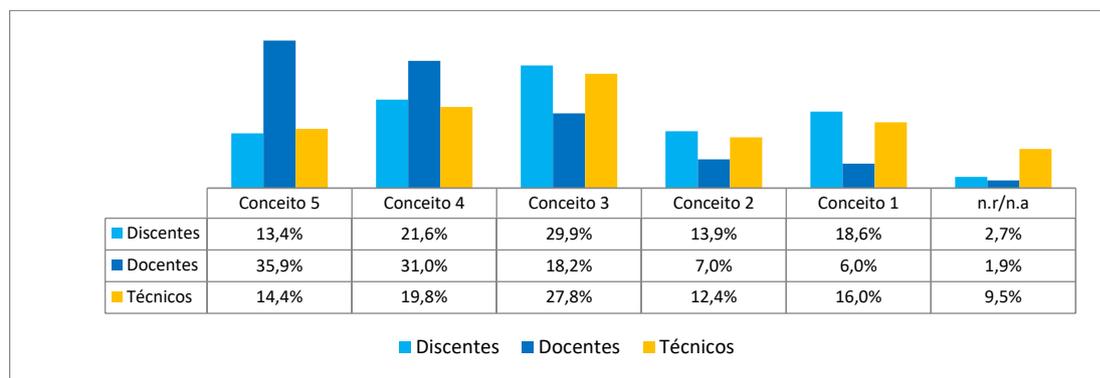


Fonte: CPA/UFPB

Pode-se concluir que quase 80% dos docentes ficaram alocados com seus maiores índices percentuais nas seguintes escalas: alto conhecimento (23,2%), médio conhecimento (30,4%) e baixo conhecimento com (23,6%). Constatando assim que a maior parte dos docentes demonstraram um ótimo grau de conhecimento a respeito do quesito, e outros quase 20% ficaram alocados nas demais escalas. Paralelamente, podemos observar os discentes, que obtiveram uma distribuição mais bem distribuídas em relação as classes. Obtendo assim sua maior porcentagem nas escalas: baixo conhecimento com (30,2%), médio conhecimento com (21,1%), não conhece (20,7%), ouviu falar (14,0%), alto conhecimento com (12,2%) e o restante distribuído nas demais respostas. Por outro lado, os técnicos ficaram mais distribuídos e com seus maiores percentuais nas seguintes escalas: baixo conhecimento (24,8%), médio conhecimento (22,7%) e alto conhecimento (14,8%). Ou seja, demonstrando um nível de respostas mais imparcial e favorável em relação ao quesito. Saliente-se ainda que, tiveram (9,5%) de não respostas.

**Pergunta 15 – Os processos de gestão institucional sistematizam e divulgam as decisões do órgão colegiado do Departamento (Reuniões Departamentais)**

Segundo o Estatuto da Universidade Federal da Paraíba, o comparecimento às reuniões departamentais é obrigatório para os membros constituintes, cumprindo ao Chefe do Departamento, na qualidade de presidente do colegiado, fazer a devida comunicação de faltas ocorrida, e suas demais sistematização e divulgação. A respeito desse tema, podemos constatar que, observe o gráfico abaixo;

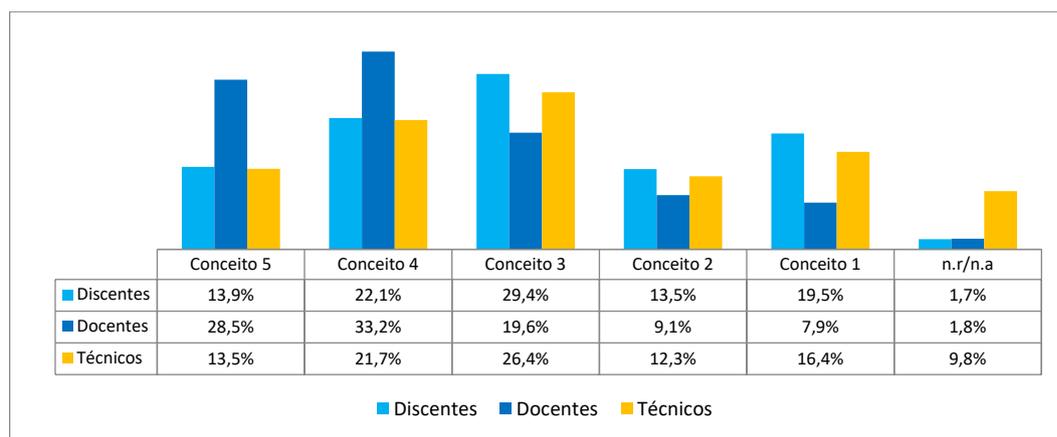


Fonte: CPA/UFPB

Quase 85% dos docentes ficaram alocados com seus maiores índices percentuais nas seguintes escalas: alto conhecimento (35,9%), médio conhecimento (31,4%) e baixo conhecimento com (18,2%). Constatando assim que a maior parte dos docentes demonstraram um ótimo grau de conhecimento a respeito do quesito, e outros quase 15% ficaram alocados nas demais escalas. Paralelamente, podemos observar os discentes, que obtiveram uma distribuição maior nas menores escalas. Obtendo assim sua maior porcentagem nas escalas: baixo conhecimento com (29,9%), médio conhecimento com (21,6%), não conhece (18,6%), ouviu falar (13,9%), alto conhecimento com (13,4%). Ou seja, obtendo uma distribuição de suas respostas em um nível ruim em relação aos demais. Por outro lado, os técnicos ficaram mais distribuídos e com seus maiores percentuais nas seguintes escalas: baixo conhecimento (27,8%), médio conhecimento (19,8%) e não conhece (16,0%). Além disso, obtiveram menos índices nas seguintes escalas: alto conhecimento com (14,4%) e ouviu falar com (12,4%). Saliente-se ainda que, tiveram (9,5%) de não respostas.

**Pergunta 16 – Os processos de gestão institucional sistematizam e divulgam as decisões do órgão colegiado do curso (Colegiado do Curso)**

De acordo com o estatuto da UFPB, em seu artigo 59, f, os colegiados do curso exercem funções deliberativas, para coordenação didática dos cursos de graduação e pós-graduação da instituição. Isto posto, esse quesito tem como objetivo tomar conhecimento sobre os níveis de satisfação dos discentes, docentes e técnicos administrativos a respeito das divulgações das decisões dos órgãos colegiados dos cursos. Observe o gráfico de colunas abaixo para as demais informações;



Fonte: CPA/UFPB

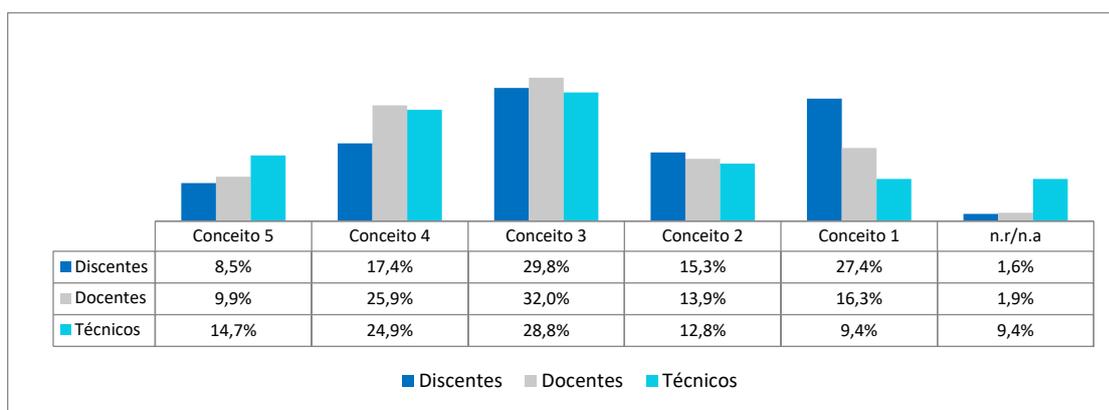
Sendo assim, observa-se que quase 75% dos docentes ficaram distribuídos com seus maiores percentuais na seguinte escala: médio conhecimento (33,2%) e alto conhecimento (28,5%). Ou seja, demonstrando um bom grau de conhecimento a respeito dos processos de gestão institucional no qual divulgam as decisões do órgão colegiado. Além disso, vemos os discentes com suas maiores porcentagens nos quesitos: baixo conhecimento (29,4%), não conhece (19,5%) e médio conhecimento (22,1%). Demonstrando assim uma maior imparcialidade dos respondentes, e uma grande porcentagem daqueles que não conhecem o quesito. Outrossim, os técnicos ficaram mais distribuídos nas seguintes escalas: baixo conhecimento (26,4%), médio conhecimento (21,7%) e não conhece (16,4%). Vale salientar que 1,4% dos discentes, 1,9% dos docentes e 9,9% dos técnicos não responderam a nenhuma das alternativas.

## 1.5 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

**Pergunta 17 – O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) prevê uma gestão Orçamentária e Financeira participativa e eficiente**

De acordo com a legislação federal vigente que trata do ensino superior brasileiro, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o principal instrumento de gestão das Instituições de Ensino Superior, pois integra e norteia o sistema de planejamento institucional, orientando a realização das ações propostas para a Universidade. Este documento baliza as diversas ações a serem realizadas, em especial, torna-se a referência para os processos de reconhecimento de curso da Universidade.

A UFPB dispõe deste instrumento de planejamento. A base de construção do mapa estratégico da UFPB é o Orçamento. Para esse item foram elencados dois objetivos estratégicos, três indicadores de acompanhamento e suas respectivas metas.



Fonte: CPA/UFPB

Como mostrado acima observa-se que os grupos Alunos, Docentes e Técnicos-administrativos dão respectivamente conceitos 4 e 3 em 46%, 57% e 52% dessas notas somadas o que indica que a questão foi bem avaliada pelos três segmentos. Temos apenas a ressalva de Alunos ter dado conceito 1 em 27% dos casos avaliados.

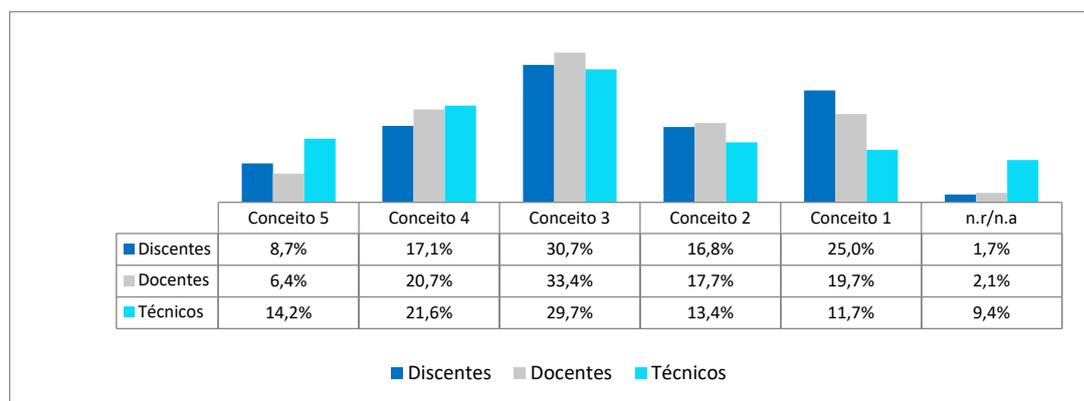
Sendo assim, verifica-se que quase 70% dos docentes ficaram distribuídos com seus maiores percentuais nas escalas de tendência centrais: baixo conhecimento (32,0%) e médio conhecimento (25,9%) e ouvi falar (13,9%). Ou seja, demonstrando um razoável conhecimento a respeito do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de sua gestão orçamentária e financeira. Além disso, vemos os discentes com suas maiores porcentagens nos quesitos: baixo conhecimento (29,8%), não conhece (27,4%) e médio conhecimento (17,4%). Demonstrando assim uma maior equanimidade dos respondentes, e uma grande porcentagem daqueles que não conhecem o quesito, ou seja, demonstraram ter um conhecimento mais superficial em relação ao quesito. Outrossim, os técnicos ficaram mais distribuídos nas seguintes escalas: baixo conhecimento (28,7%), médio conhecimento (24,9%) e alto conhecimento (14,7%). Constatando ter um bom conhecimento a respeito do

questo. Vale salientar que 1,6% dos discentes, 1,9% dos docentes e 9,4% dos técnicos não responderam a nenhuma das as alternativas. Mostrando uma porcentagem significativa de não respondentes dos técnicos.

**Pergunta 18 – O Orçamento está de acordo com as políticas de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.**

As ações da UFPB para cumprir o preceito constitucional da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão é contemplada no PDI da UFPB no capítulo sobre o planejamento estratégico da gestão acadêmica.

A gestão acadêmica, para as atividades finalísticas do ensino, da pesquisa e da extensão e ainda para a assistência estudantil possui 5 (cinco) objetivos estratégicos que serão avaliados por 26 (vinte e seis) indicadores e 39 metas, conforme dispõe o Plano de Desenvolvimento Institucional. Este Planejamento também baseia-se no que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.



Fonte: CPA/UFPB

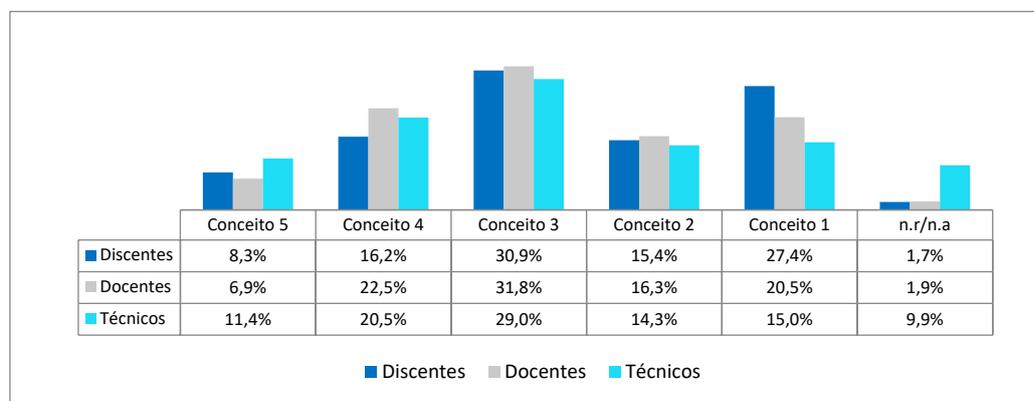
Constata-se no gráfico acima que quase 85% dos docentes ficaram alocados com seus maiores índices percentuais nas seguintes escalas: baixo conhecimento (33,4%), médio conhecimento (20,7%), desconheço (19,7%) e ouvir falar (17,7%). Constatando assim que a maior parte dos docentes demonstraram um razoável grau de conhecimento a respeito do quesito, e outros quase 10% ficaram alocados nas escalas de alto conhecimento e não resposta. Paralelamente, podemos observar os discentes, que obtiveram uma distribuição mais distribuídas em relação às classes. Obtendo assim sua maior porcentagem nas escalas: baixo conhecimento com (30,7%), desconhece com (25,0%), médio conhecimento com (17,1%) e ouviu falar (16,8%) Ou seja, obtendo uma distribuição de suas respostas em um

nível imparcial em relação aos demais. Por outro lado, os técnicos ficaram com seus maiores percentuais nas seguintes escalas: baixo conhecimento (29,7%), médio conhecimento (21,6%) e alto conhecimento (14,2%), mostrando assim um conhecimento satisfatório dos técnicos a respeito do quesito. Além disso, obtiveram menores índices nas seguintes escalas: ouvi falar com (13,4%) e desconheço com (11,7%). Saliente-se ainda que, tiveram (9,5%) de não respostas.

**Pergunta 19 – O Orçamento prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos**

No Plano de Desenvolvimento Institucional há previsão do que vai ser implantado em termos de Ações vinculadas ao Orçamento. Isto consta na forma de:

- a) Indicadores - Número de projetos, parcerias, convênios e instrumento congêneres com Instituições Nacionais e Internacionais que geram recursos.
- b) Metas - Ampliar em 50% as parcerias externas Nacionais e Internacionais que gerem recursos orçamentários, visando a ampliação de receitas para a execução atividades administrativas, projetos acadêmicos e melhoria de infraestrutura.



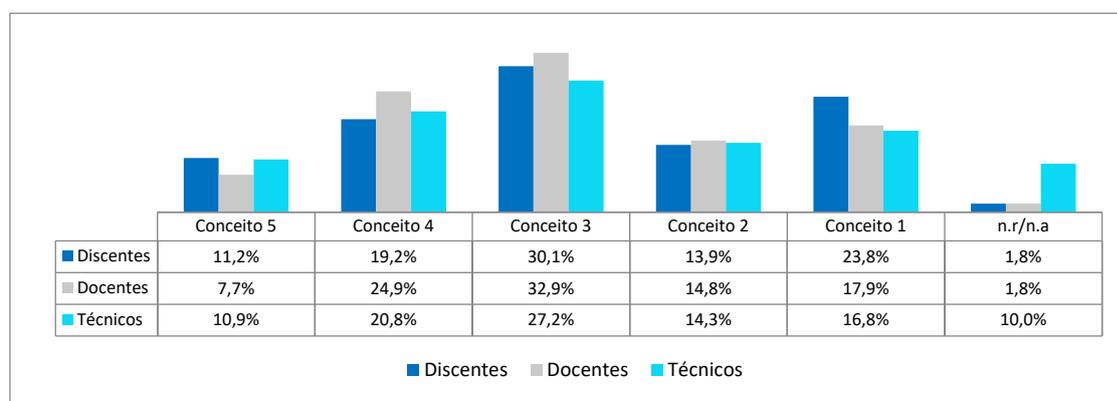
Fonte: CPA/UFPB

No gráfico acima, conclui-se que, o conceito 3 foi o que obteve maior porcentagem de respostas de todas as escalas, com os docentes apresentando uma porcentagem de (31,8%), discentes com (30,9%) e técnicos com (29,0%). Por outro lado, o conceito que obteve menores índices de respostas foi o conceito 5. Mostrando assim, em um panorama geral que; maior parte dos respondentes tem baixo conhecimento a respeito do quesito.

**Pergunta 20 – A Instituição apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores**

## de desempenho institucionalizados.

Estas propostas de estudos constam no PDI e a Proplan é a responsável pelo monitoramento, controle e revisão de algum desvio que poderia ocorrer no período de vigência do PDI. É feito através do Sistema de Gestão, Planejamento e Projetos (SIGPP), do Relatório de Gestão que é submetido anualmente ao TCU. Os segmentos da UFPB (alunos, professores e técnicos-administrativos) são convidados a responder, em questionário online, se eles estão a par do que se encontram no Plano de Desenvolvimento Institucional. Os resultados são mostrados no gráfico abaixo:



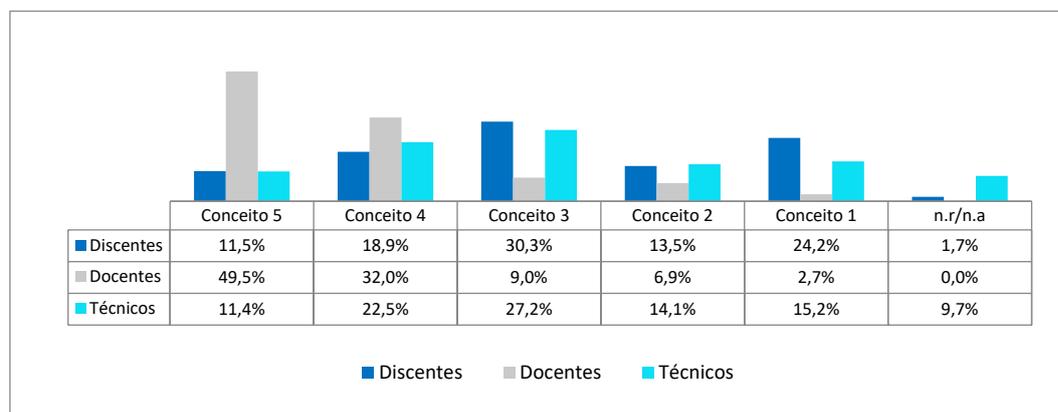
Fonte: CPA/UFPB

Pode-se observar que quase 70% dos docentes se distribuíram nas escalas do conceito 3, conceito 4 e conceito 5. Mostrando um bom posicionamento e conhecimento a respeito aos estudos para o monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos. Por outro lado, os discentes apresentaram uma opinião mais imparcial em relação ao quesito, apresentando suas 2 maiores porcentagens no conceito 3 (30,1%) e conceito 1 (23,8%). Outrossim, os técnicos que tiveram suas maiores porcentagens nos conceitos 3 com (27,2%) e conceito 4 com (20,8%). Ou seja, mostrando um razoável conhecimento a respeito do tema.

**Pergunta 21 – A Instituição considera as análises do Relatório de Avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das Instâncias gestoras e acadêmicas, orientando a tomada de decisões internas.**

A UFPB leva em conta consideração os Relatórios de Autoavaliação Institucional como está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB, seguindo o cronograma da Comissão Própria de Avaliação, o qual contempla os cinco eixos estabelecidos no Instrumento de Avaliação Externa do SINAES. O Relatório de

Autoavaliação Institucional possibilita uma reflexão permanente acerca das ações realizadas nas várias áreas de atuação da UFPB, se configurando como um instrumento tanto para a realização de diagnósticos necessários a elaboração do planejamento estratégico, quanto para a produção que contribuem também para o acompanhamento dos Planos Setoriais em execução.



Fonte: CPA/UFPB

Observa-se no gráfico acima, que quase 90% dos docentes ficaram alocados com seus maiores índices percentuais nas seguintes escalas: alto conhecimento (49,5%), médio conhecimento (32,0%) e baixo conhecimento com (9,0%) e outros quase 10% ficaram alocados nas demais escalas. Constatando assim que a maior parte dos docentes demonstraram um ótimo grau de conhecimento a respeito da indagação. Paralelamente, podemos observar os discentes, que obtiveram uma distribuição mais bem distribuídas em relação as classes. Obtendo, assim, sua maior porcentagem na escala baixo conhecimento com (30,3%), médio conhecimento com (18,9%) e não conhece (24,2%), ou seja, deixando a conclusão de que uma boa parte dos discentes não tem o conhecimento a respeito do tema. Por outro lado, os técnicos ficaram mais distribuídos e com seus maiores percentuais nas seguintes escalas: baixo conhecimento (27,2%), médio conhecimento (22,5%) e desconhece (15,2%). Ou seja, demonstrando um nível de respostas mais imparcial em relação ao quesito. Saliente-se ainda que, tiveram (9,7%) de não respostas.

## CONSIDERAÇÕES

A Comissão Própria de Avaliação da UFPB, trabalhou no ano de 2019 a avaliação do Eixo 4 através do sistema acadêmico da instituição, o *sigadmin*. Neste sentido, a CPA/UFPB elaborou um questionário abrangendo especificamente o Eixo 4 presente no

Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O Eixo 4, ora avaliado, está proposto na Nota Técnica N° 14/2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC. Nesta Nota o Eixo Políticas de Gestão abrange: Política de capacitação docente e formação continuada; Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo; Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância; Processos de gestão institucional; Sistema de controle de produção e distribuição de material didático; Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional; e, por fim, Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.

Como foi possível observar nos resultados apresentados no instrumento proposto através do SIGAA para: **AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO NA UFPB: políticas de pessoal; organização e gestão da instituição e sustentabilidade financeira**, tivemos uma satisfatória participação da comunidade acadêmica, uma vez que contamos com a participação de 14% dos estudantes, 33,52% dos docentes e 25,12% dos técnicos-administrativos da UFPB, o que demonstra um engajamento crescente da comunidade no processo avaliativo e, portanto, o desenvolvimento paulatino de uma cultura de avaliação na UFPB.

O primeiro grupo de perguntas – 1 a 5 – refere-se a política de capacitação docente. Estas possuem o objetivo de apurar se a política de capacitação docente e formação continuada na UFPB é estimulante em áreas como: a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais; a participação em cursos de capacitação e desenvolvimento pessoal; a participação em qualificação acadêmica em programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado; e, se há estímulo a internacionalização. O segundo grupo de perguntas – 6 a 10 – são aquelas direcionadas aos servidores técnicos-administrativos com o objetivo de apurar se a política de capacitação e formação continuada dos técnicos-administrativos é estimulante nas mesmas áreas citadas anteriormente nas perguntas concernentes aos docentes.

Os resultados servem para demonstrar o grau de conhecimento que tanto docentes quanto servidores técnico-administrativos possuem acerca das políticas de capacitação para suas classes e se concordam que estas estimulam as suas participações na maioria das categorias apresentadas. As respostas da área docente encontram-se concentradas, em sua maioria, no conceito 4 – médio conhecimento –, demonstrando que estes possuem certo conhecimento das políticas e que estas de fato estimulam a participação em grande parte das

políticas apresentadas. No caso dos técnicos-administrativos, boa parte das respostas concentra-se no conceito 3 – baixo conhecimento –, porém, superados pela soma dos resultados em conceito 5 – alto conhecimento – e 4 – médio conhecimento –, demonstrando, portanto, que os técnicos-administrativos também conhecem e reconhecem os estímulos proporcionados pela política de capacitação e formação continuada.

Em relação a gestão e organização institucional – perguntas 11 a 16 –, as perguntas foram as mesmas aplicadas para docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos. A primeira pergunta vem com o propósito de avaliar se os respondentes conhecem a respeito dos processos de gestão institucional e se estes consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada. Dos três setores, os docentes foram os que mais demonstraram conhecimento com 70% deles entre médio e alto conhecimento, enquanto os discentes demonstraram o contrário com 31,7% de baixo conhecimento.

Ainda sobre gestão e organização institucional, as perguntas 13 a 16 basearam-se em apurar os conhecimentos sobre os órgãos colegiados superiores (CONSEPE, CONSUNI e CONSELHO CURADOR), os Conselhos de Centro, os Departamentos e os Colegiados dos Cursos a respeito da sistematização e divulgação de decisões tomadas por esses órgãos. Os resultados demonstraram mais uma vez que os docentes são os que mais possuem conhecimento sobre tais decisões, mantendo-se, em sua maioria, concentrados no conceito 5 – alto conhecimento –.

Quanto ao aspecto de sustentabilidade – perguntas 17 a 21 –, docentes, discentes e técnicos avaliaram como conceito 3, baixo conhecimento, boa parte dos questionamentos, o que evidencia um déficit de informação no que trata desse âmbito da Instituição. Assim, os três grupos não possuem conhecimento suficiente para afirmar sobre a eficiência e participação da gestão prevista pelo PDI, ou se o orçamento está em conformidade com as políticas de ensino, pesquisa e extensão e nem sobre a previsão de ampliação e fortalecimento de fontes de recursos.

Há uma variação quando é perguntado se a Instituição considera as análises do Relatório de Avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das Instâncias gestoras e acadêmicas, para a orientação da tomada de decisões internas. Nessa pergunta, os docentes (49%) dispararam no conceito 5, alto conhecimento, enquanto a maioria dos discentes e técnicos se mantém no conceito 3 com baixo conhecimento.

Os resultados acima descritos demonstram a existência significativa de conhecimentos a respeito de características gerais das políticas de gestão da UFPB, mas

também ressalta que algumas áreas precisam de uma melhor divulgação para que a comunidade possa ter uma compreensão maior de como determinadas variáveis influenciam direta ou indiretamente as ações da UFPB.

## **CAPÍTULO II – RELATÓRIOS DO NÚCLEO DE PROJETOS DA CPA/UFPB ANO DE 2019**

### **2.1 PROJETO I – ANÁLISE DAS POLÍTICAS ACADÊMICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES E SUAS CONTRIBUIÇÕES NOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPB - eixo 3 –**

**Coordenador:** Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Francivaldo dos Santos Nascimento

**Bolsista:** Diana de Oliveira Santos

#### **1 Introdução**

As políticas acadêmicas são ações que partem a fim de atender as demandas sociais de maneira comum, dando assim subsídios que garantam a estabilidade dos estudantes no ensino superior. Sendo assim, “... a política de assistência estudantil revelou-se, ao longo do tempo, como uma maneira de garantir tal permanência no ensino superior” (ASSIS et al. 2013, p. 3). Portanto, para consolidar-se frente às demandas da sociedade brasileira, e particularmente da Paraíba, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) precisa ser efetiva na implementação das suas políticas acadêmicas, sobretudo aquelas voltadas aos discentes. O desafio de atender aos anseios dos estudantes para que os mesmos comecem os cursos na UFPB, desenvolvam o seu potencial acadêmico, utilize programas e ações direcionadas para os mesmos de forma que perceba a sua centralidade, e assim possa permanecer no curso, concluí-lo, e inserir-se no mercado de trabalho, constituem os principais motivos dos esforços de uma universidade.

Dessa forma, a fim de preparar os indivíduos para a inserção no ramo de atividades trabalhistas diante os requisitos da sociedade em que este está inserido, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e mais especificamente a UFPB, que é o campo de destaque da pesquisa, buscam firmar o que está claro na Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo 205, quando esta diz que a educação é um direito de todos. E sendo assim, as políticas de acesso e permanência tem como objetivo a garantia deste direito. De acordo com Imperatori (2017), é notório que as políticas de atendimento aos discentes são identificadas como estratégias para minimizar os efeitos das desigualdades sociais. E neste sentido é de interesse identificar, mapear e verificar a eficácia das políticas acadêmicas na UFPB, bem como ao fazer esse levantamento, propor ações que possam vir a melhorar os pontos vulneráveis de tais políticas nos dois campi do brejo paraibano.

Sabe-se que as políticas acadêmicas são ações que visam o bem comum e pretendem melhorar de forma responsável as condições de permanência do público ao qual se destina (ASSIS, 2013); assim a figura do estudante tem relevância dentro da comunidade universitária e, portanto as ações efetivamente executadas no atendimento a demanda destes discentes é de valia para o desenvolvimento da academia. Dessa maneira, a “assistência estudantil deve ser compreendida como um direito e seus recursos aplicados como investimentos...” (SILVEIRA, 2012, p. 49). Pois são meios de garantir assistência àqueles que possuem vulnerabilidade econômica e, por conseguinte para a permanência do aluno na instituição de maneira adequada por desempenhar o seu potencial acadêmico. Sendo assim, esse tema é relevante ao ser abordado, pelo fato de se identificar quais as políticas acadêmicas de atendimento aos discentes dos cursos de graduação, listando-as e verificando a eficácia das mesmas nos cursos de graduação existentes nos campi do Brejo Paraibano, que neste caso, conforme já citado, são Bananeiras (130km de João Pessoa) e Areia (129km de João Pessoa); campi estes que possuem em relação à sede da UFPB em João Pessoa um número bem menor de cursos ofertados em vista da própria estrutura física que têm. E em geral os alunos apresentam nível menor de renda e educacional dos familiares, pois no interior as condições de acesso à educação e atividades culturais é mais escasso em comparação a capital, que possui uma maior diversidade de oportunidades. Portanto, é comum no interior os discentes se deslocarem de suas cidades em busca de cursar uma faculdade nos municípios que dispõem dessas instituições.

Por isso, o objetivo principal desta pesquisa é analisar as políticas acadêmicas de atendimento aos discentes dos campi do brejo paraibano, situados em Areia (campus II) e Bananeiras (campus III) a fim de compreender a eficácia delas nos cursos de graduação da UFPB.

E para fundamentar as colocações e informações trazidas neste relatório utilizou-se autores que abordam as questões sobre assistência estudantil e aspectos da importância da gestão no administrar dessas ações de assistência, assim também como esses procedimentos contribuem nos indicadores de avaliação dos cursos de graduação; assim, fez-se uso das observações e análise dos autores: Assis et al (2013); Bonisenha e D' Angelo (2018); Dutra (2017); Garrido (2012); Imperatori (2017); Lima e Ferreira (2016); Meneses Sá et al (2018); Santos (2016); Silveira (2012) e Soares (2019).

Para tanto, esse relatório está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, a seção seguinte traz os procedimentos metodológicos e em seguida há os resultados e

discussão a respeito dos dados analisados; como também as considerações finais e referências bibliográficas acerca do tema.

## **2 Procedimentos Metodológicos**

Nesta Seção são apresentados no primeiro tópico informações estruturais de cursos da UFPB. E no segundo tópico são apresentados os aspectos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

### **2.1 Sobre a Universidade Federal da Paraíba<sup>1</sup>**

A UFPB é uma instituição autárquica de regime especial, dedicada ao ensino, pesquisa e extensão que está atualmente estruturada da seguinte forma: “Campus I, na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA; Centro de Comunicação, Turismo e Artes - CCTA, Centro de Ciências da Saúde - CCS; Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA; Centro de Educação - CE; Centro de Tecnologia - CT e Centro de Ciências Jurídicas - CCJ; Centro de Biotecnologia - CBIotec; Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - CTDR; Centro de Ciências Médicas - CCM; Centro de Informática - CI; Centro de Informática - CI e Centro de Energias Alternativas Renováveis - CEAR e o Campus II, na cidade de Areia, compreende o Centro de Ciências Agrárias - CCA e o Campus III, na cidade de Bananeiras, abrange o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias - CCHSA e o Campus IV, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE”. Portanto, compreende vários cursos de forma presencial e a distância e assim atende também um número abrangente de alunos, comprometendo-se com a formação de cidadãos, sendo assim, um espaço de produção de conhecimento.

### **2.2 Aspectos dos procedimentos metodológicos**

A presente pesquisa combinou alguns procedimentos e técnicas de investigação; então

---

<sup>1</sup> Para esta seção os dados utilizados são Adaptados de “UFPB: Implicações Políticas e Sociais de sua História”, Maria das Dores Limeira e Zeluíza da Silva Formiga, Textos UFPB-NDIHR, nº 11, João Pessoa, abril de 1986; Resolução nº 12/73 do CONSUNI, Estatuto da UFPB, Lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002, Resolução nº 06/2006 do CONSUNI. <https://www.ufpb.br/content/ufpb>).

o estudo foi provido por pesquisas bibliográficas a fim de conhecer o tema para poder compreendê-lo melhor. Sendo assim, em busca no portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES realizada em fevereiro de 2019, foram encontrados 47 resultados para a expressão “políticas acadêmicas”, no entanto, apenas dois artigos são do interesse da pesquisa; nenhum (0) resultado para a expressão “atendimento aos discentes”; nenhum (0) resultado para a expressão “políticas acadêmicas nas instituições federais de ensino superior”.

E em pesquisa no Google Acadêmico apenas cinco textos, em relação à pesquisa “políticas acadêmicas nos IFES” e “políticas acadêmicas de atendimento aos discentes na UFPB” correspondem o estudo em questão. Não há em número abrangente textos científicos a respeito do tema em questão, mas há um número médio de periódicos que analisam políticas específicas nas IES brasileiras; assim, também como artigos que tratam da relação entre políticas de atendimento aos discentes e suas contribuições nos indicadores de avaliação nas instituições de ensino superior.

Para discutir as ações de assistência estudantil foi necessário coletar dados do sítio da instituição pesquisada- UFPB, assim como para obtenção de informações precisas a respeito dessas políticas o acesso foi através do portal da PRAPE (Pró-reitora de Assistência e Promoção ao Estudante), em que estão destacados os principais programas de benefícios aos estudantes da referente instituição.

A obtenção de dados de número de estudantes por curso foi adquirido em contato com a secretaria de cada Campus: a SIAG (Secretaria Integrada de Atendimento à Graduação) do CCA, campus II, e a Assessoria Acadêmica do CCHSA, campus III no mês de julho de 2019. E as informações sobre os auxílios destinados aos campi da pesquisa foram através dos editais disponibilizados no site da UFPB e quanto à quantidade desses auxílios desde 2015 a 2019 foram coletados do SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), na aba acadêmico – situação dos alunos assistidos pela PRAPE.

Além da pesquisa de cunho qualitativo “que em seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana” (STAKE, 2011, p. 21), na qual se aproveitou da observação e análise dos materiais encontrados. Também utilizou-se do método quantitativo através da coleta e análise de dados numéricos e aplicação de um questionário a fim de destacar a percepção dos estudantes acerca da assistência que recebem da UFPB através das bolsas auxílios. Assim, o instrumento utilizado para a coleta desses dados foi um questionário estruturado com 6 questões e dividido em três seções: o primeiro bloco de perguntas abordou dados demográficos e funcionais (gênero, faixa etária, campus

em que estuda e auxílio estudantil que recebe); a segunda e terceira seção contemplaram itens/afirmativas relacionadas a opinião dos discentes sobre a eficácia que os auxílios têm em sua vida acadêmica. E nesse processo conseguiu-se coletar dados de 88 pesquisados, durante o período de 07 de outubro a 12 de novembro de 2019. Conseguindo então uma amostra de 26,19% daqueles que recebem alguma bolsa auxílio, ou seja, ao juntar o número de atendidos dos dois campi no ano de 2019 (total de 336) obteve-se dessa quantidade 88 respondentes.

Para obtenção dos dados foi formulado um questionário com variáveis categóricas e descritivas no Google Forms e depois de pronto, e verificado as questões, o formulário foi distribuído de maneira online através das redes sociais. Não obtendo um número considerável de respondentes do campus de Bananeiras e nenhum do campus de Areia foi necessário ir a campo pra coleta; entretanto no Campus de Areia conseguiu-se apenas 38 amostras em vista de a pesquisa ser restrita a alunos que recebem alguma bolsa auxílio da UFPB; dessa maneira obteve-se 50 respondentes do campus III e 38 do campus II, em que todos os questionários obtidos puderam ser aproveitados. E assim, por meio desses procedimentos de coleta de dados pôde-se destacar os resultados a seguir.

### **3 Análises de Dados: Resultados e Discussão**

#### **3.1 Aspectos gerais das políticas acadêmicas**

Durante os últimos anos o ensino superior teve um crescimento considerável no Brasil. Apesar da expansão e implantação de instituições fora dos grandes centros, muitos jovens ainda precisam sair de suas casas, de seus locais de origem e vão morar em outras cidades para ter acesso ao ensino superior. E sabe-se que o Brasil foi o último país da América latina a desenvolver um sistema de educação superior. A primeira universidade foi a USP, 1934. Ao longo de toda década de 70 foram criados cerca de 800 novos cursos de mestrado e doutorado e no início dos anos 90, o número de cursos já atingia pouco mais que mil, abrangendo todas as áreas do conhecimento (Ipea, 2006).

Observa-se na tabela 01 a demonstração da expansão da educação superior, destacando o crescimento das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) no Brasil por região no intervalo de 2002 a 2014.

**Tabela 01** – Expansão da Educação Superior nas Universidades Federais – por Região

REGIÃO	IFES			CAMPUS		
	2002	2014	% de crescimento	2002	2014	% de crescimento
Norte	8	10	25%	24	56	133%
Nordeste	12	18	50%	30	90	200%
Sul	6	11	83%	29	63	117%
Sudeste	15	19	27%	46	81	76%
Centro-oeste	4	5	25%	19	31	63%

Fonte: Simec/MEC

Percebe-se então que a região Sul (83% de crescimento) e Nordeste (50% de crescimento) foram as que mais se expandiram dentro desse período. Inclusive no crescimento de Campus, destacando as regiões que obtiveram uma porcentagem maior. O Nordeste apresentou um aumento de 200%, de 30 em 2002 para 90 Campus em 2014. Seguida da região Norte com crescimento de 133%, de 24 Campus em 2002 para 5 em 2014; e região Sul com aumento de 117%, 29 em 2002 para 63 em 2014.

**Tabela 02** – Número de Instituições de Educação Superior

Ano	Instituições de Educação Superior			
	Privadas	Públicas		
		296		
2017	2.152	Federais	Estaduais	Municipais
		36,8%	41,9%	21,3%

Fonte: Simec/MEC

Destaca-se na tabela 02 que no ano de 2017 o Brasil tinha o equivalente a 2.152 Instituições de Educação Superior (IES) privadas e 296 instituições públicas. Das instituições públicas 36,8% são instituições federais, as estaduais ficam com 41,9% e as municipais totalizam 21,3% dessas instituições. Os dados apresentados são do Censo da Educação Superior 2017, que teve seus resultados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em setembro.

Assim, destacando essa expansão das IES é notável que buscam preparar cidadãos para a vida em comunidade e, também para inserção no mercado de trabalho, frente às

exigências locais, regionais e globais; e como atualmente essas instituições apresentam um público cada vez mais diverso (Garrido, 2012) precisam criar meios de apoiá-los, visto que a permanência desse estudante na universidade é um dos desafios das IES. Conforme, notadamente, o perfil do estudante tem se alterado, de acordo com Garrido, “tais mudanças representam desafios que as instituições precisam enfrentar e a assistência estudantil é uma das possibilidades de lidar com essas mudanças” (GARRIDO, 2012, p. 2).

Portanto, cada instituição deve adotar um conjunto de medidas conforme a demanda existente para que o alunado seja assistido e possa garantir sua trajetória acadêmica. E como destaca Imperatori (2017, p. 285) “da mesma forma que o direito a educação não é recente, as ações de assistência ao estudante remetem aos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária”. Sendo assim, em meio ao perfil do estudante acadêmico que ao longo dos anos foi se democratizando e tendo acesso ao ensino superior, necessitando de políticas que possam atender as necessidades básicas a fim de que possam permanecer estudando; e “dentro desse contexto, a assistência estudantil vem ganhando relevo nas discussões promovidas pela comunidade acadêmica, além de ganhar espaço na agenda do governo federal, que a elevou recentemente ao status de política pública, através do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes” (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 156-157).

Portanto, pontua-se a importância que têm essas políticas utilizadas como estratégias de combate as desigualdades sociais e regionais, dando assim suporte aos discentes menos favorecidos. E segundo Imperatori (2017, p. 291), “a assistência estudantil tem grande relevância no contexto brasileiro devido às suas altas taxas de desigualdade social”. Assim, além de um ensino de qualidade as IES devem associar a isso uma política efetiva de assistência. E essas ações estão destacadas no art. 3º do Pnaes que em seu parágrafo primeiro pontua que compreendem-se como meios de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: “I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – assistência à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX – apoio pedagógico; e X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.” (PNAES, 2010).

Dessa maneira, tendo a assistência estudantil como estratégia de combate as desigualdades no contexto da educação, dando condições de acesso e permanência do discente no ensino superior público federal, o Pnaes “define como público-alvo prioritário de política os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio...” (DUTRA e SANTOS, 2017, p.164).

### 3.2 Políticas de Assistência na Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Tendo o PNAES como um programa que tem a finalidade de ampliar as condições de permanência do discente na educação superior federal e dar os direcionamentos para que as universidades se norteiem quanto as suas políticas de assistência aos estudantes. Gerenciando os recursos do PNAES, a Universidade Federal da Paraíba, através da PRAPE, tem ações visando ampliar as condições de permanência dos estudantes que se encontram dentro dos critérios de vulnerabilidade econômica e social na educação superior. E o objetivo é justamente viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para o desenvolvimento do desempenho acadêmico, aplicando medidas que combatam as situações de repetência e evasão dos discentes; afinal “a manutenção dos discentes durante a graduação vincula-se à implementação das políticas públicas que proporcionem a continuação até sua saída” (LIMA e FERREIRA, 2017, p.3).

Portanto, esses dois documentos (o PNAES e o Programa da PRAPE) deram suporte para identificar na Universidade Federal da Paraíba quais as políticas de atendimento aos discentes que existem e estão em pleno funcionamento e como estas tem contribuído para os indicadores de avaliação na instituição pesquisada. De acordo com o documento informativo “UFPB em números: 2012-2018” publicado em 2019, a UFPB

mantém uma política de assistência estudantil que beneficia cerca de nove mil alunos. Os discentes recebem auxílios estudantis voltados para as áreas de alimentação, creche, moradia, transporte, residência e restaurante universitário. Em média, a UFPB investe cerca de R\$ 32 milhões em sua política estudantil, de acordo com o professor João Wandemberg, da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (Prape). Segundo o gestor, estes auxílios são destinados a estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação e fazem parte do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), do Ministério da Educação (MEC).

Dessa maneira, como já abordado, a PRAPE tem a principal função de planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando à permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba. Portanto, oferece dentro de suas instâncias alguns programas que dão apoio aos alunos da instituição, que se submetem a um processo de seleção afim de, conforme os requisitos e exigências dos editais, conseguirem obter tal programa. Logo abaixo estão as principais políticas que, até então, conforme o decorrer da pesquisa foram atinadas e algumas informações sobre elas:

- ✓ Residência universitária;

- ✓ Restaurante universitário;
- ✓ Auxílio moradia;
- ✓ Auxílio transporte;
- ✓ Auxílio alimentação;
- ✓ Auxílio creche;
- ✓ Auxílio Desporto, Artístico e Inclusão Digital (DAID);
- ✓ Auxílio financeiro PROMISAES (SESu/MEC);
- ✓ Aluno apoiador (CIA);
- ✓ Programa Bolsa Permanência (PBP);
- ✓ Bolsa PROEJA.

Para os **auxílios moradia, transporte, alimentação, restaurante universitário e residência universitária** o objetivo é atender alunos provenientes de rede pública de educação básica ou com renda familiar de até um salário mínimo. Além desses requisitos são exigidas algumas documentações específicas conforme perfil socioeconômico do estudante.

Sendo assim, o **auxílio creche** é destinado a estudantes que possuam filhos na faixa etária de seis meses a três anos, onze meses e vinte nove dias de nascimento.

O processo de seleção para o **auxílio Desporto, Artístico e Inclusão Digital (DAID)** é destinado aos estudantes de cursos presenciais de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, com o objetivo de propiciar condições financeiras para sua permanência e desempenho acadêmico satisfatório. Esse auxílio tem por principal objetivo estimular por meio de manifestações artísticas, desportivas e de inclusão digital a integração ao meio acadêmico dos alunos de graduação da UFPB. As vagas são destinadas aos alunos dos campi I, II e IV. Ele é cumulativo em relação aos outros auxílios, porém não o é para alunos com bolsa remunerada do PIBIC, monitoria, PIBID e projetos de extensão.

A seleção para **auxílio financeiro PROMISAES (SESu/MEC)**, que é o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior e destina-se a alunos do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) da UFPB. O PEC-G é um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso. Assim, o PROMISAES é a oferta de auxílio financeiro em moeda corrente brasileira para alunos estrangeiros, regularmente matriculados em cursos de graduação das IFES, participantes do PEC-G.

O **auxílio aluno apoiador (CIA- Comitê de Inclusão e Acessibilidade)** é um programa de apoio ao estudante com deficiência, desenvolvendo-se por meio da atuação de estudantes que dão assistência, assumindo atividades junto aos estudantes com deficiência na instituição.

O **Programa Bolsa Permanência (PBP)** visa ajudar aos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica durante o tempo que durar o curso na instituição. E para isto o estudante se inscreverá por meio do sistema do MEC, pois sua gestão é compartilhada entre o Ministério da Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e as Instituições Federais de Ensino Superior.

A **Bolsa PROEJA** é um programa de assistência aos estudantes regularmente matriculados no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) que visa proporcionar ao educando, com matrícula e frequência regular, um apoio financeiro para permanência na Instituição e conclusão com êxito de seus estudos, sob a forma de complementação das despesas para o atendimento prioritário das necessidades estudantis dos discentes. Essa bolsa é exclusiva do campus de João pessoa.

Para terem acesso a essas políticas acadêmicas, os estudantes passam por um processo de seleção com certas exigências conforme publicado em edital, que apresenta objetivos e procedimentos legais para análise de ingresso e permanência do estudante referente ao auxílio que foi solicitado. Assim, os alunos são selecionados conforme as bases legais do Decreto nº 7.234/10 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES/MEC.

Dessa maneira, a inscrição é feita exclusivamente por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), com exceção do Programa Bolsa Permanência que é pelo site do MEC; e os documentos solicitados são avaliados por uma equipe de serviço social da própria comunidade acadêmica. E para que haja o ingresso do aluno é necessário estar regularmente matriculado nas disciplinas dos cursos de graduação presencial, e conforme matrícula ter carga horária mínima exigida pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), estar cursando a primeira graduação e possuir renda familiar bruta de até 1,5 salário mínimo. Esses itens são as exigências primeiras para estar apto a concorrer pelas vagas disponibilizadas anualmente ou conforme processos seletivos disponíveis.

Percebe-se então que o público alvo dos auxílios e programas na UFPB são alunos com perfil socioeconômico específico, ou seja, de baixa renda; mostrando então que esse perfil vem se alterando ao longo dos anos e “essas mudanças representam desafios que as

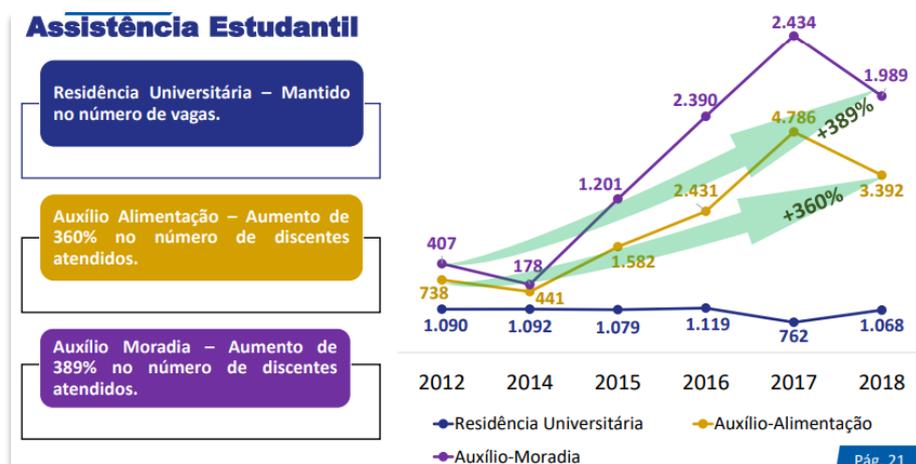
instituições precisam enfrentar e a assistência estudantil é uma das possibilidades de lidar com essas mudanças” (GARRIDO, 2012, p. 2).

Conforme Garrido (2012) a população das Instituições de Ensino Superior apresenta-se de forma cada vez mais diversa. E é importante que cada instituição adote um conjunto de medidas conforme a demanda existente. E se a demanda tem perfil de vulnerabilidade socioeconômica faz-se necessário haver iniciativas de assistência a esse grupo e que essas ações estejam pautadas no princípio da equidade, voltando-se prioritariamente para estudantes que estejam em condições mais vulneráveis. Assim, a UFPB tem buscado ao longo dos anos dar o apoio devido a esses estudantes e, desde 2012, de acordo com o portal de notícias da UFPB (2019).

O número de bolsas concedidas só cresce. O auxílio-alimentação, por exemplo, beneficiava 738 alunos naquele ano. Em 2017, esse número subiu para 4.786 e estabilizou em 2018, com 3.392 assistidos. Um crescimento de 360% em um período de seis anos, conforme levantamento feito pela Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan). O auxílio-moradia também registra um crescimento de 389%. O número de atendidos pelo benefício cresceu de 407 em 2012 para 1.989 no ano passado.

Portanto, pode-se visualizar esse crescimento desses benefícios aos estudantes através dos dados disponibilizados no documento informativo “UFPB em números: 2012-2018” (2019, p. 21).

**Gráfico 1** – Evolução, por ano, dos auxílios estudantis na UFPB.



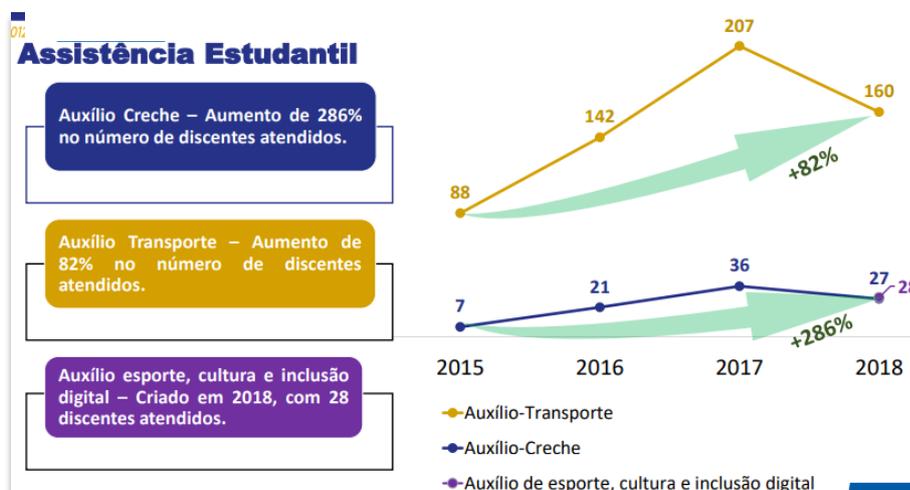
Fonte: Informativo UFPB em números, 2019, p. 21.

Observa-se no gráfico 1, que nos anos de 2012 a 2018 manteve uma estabilidade no número de vagas quanto ao auxílio residência universitária, com exceção do ano de 2017, em que teve uma relativa baixa. No entanto, os auxílios alimentação e moradia tiveram no decorrer dos citados anos um crescimento exuberante de número de vagas; o auxílio alimentação com 360% no número de atendidos, e o auxílio moradia com 389% no número de discentes atendidos. Havendo uma baixa desses dois auxílios apenas entre 2012 e 2014, mas que depois só cresceu. Conforme o portal de notícias da UFPB (2019):

O professor João Wandenberg informou também que o benefício do Restaurante Universitário continua sendo gratuito na UFPB. “Para manter a gratuidade, a Prape define que apenas estudantes que atestarem a situação de vulnerabilidade social, por meio de documentação, podem ter acesso totalmente gratuito ao restaurante”, relata.

Ele informou ainda que discentes do campus de Mamanguape/Rio Tinto, campus 4, e das unidades de Mangabeira e Santa Rita, no campus I, recebem o auxílio-alimentação diretamente em espécie, já que as unidades não têm restaurante universitário.

**Gráfico 2 – Evolução, por ano, dos auxílios estudantis na UFPB**



Fonte: Informativo UFPB em números, 2019, p. 22.

Observa-se no gráfico 2, que entre os anos de 2015 e 2018 o auxílio transporte teve crescimento de 82%, com uma queda de 47 alunos assistidos de 2017 para 2018. O auxílio creche teve um aumento de 286% no número de alunos atendidos. O auxílio de esporte, cultura e inclusão digital foi somente criado em 2018 contemplando 28 alunos.

Assim, ainda informado no portal de notícias da UFPB (2019) “além dos benefícios ofertados pela pasta, o MEC também destina à UFPB a Bolsa-Permanência, para o apoio a estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação”.

Portanto, conhecendo a existência dessas políticas na UFPB e a quem elas estão sendo destinadas é importante destacar a divisão por campus, a fim de perceber a necessidade delas para os alunos e qual tem sido a eficácia dessas políticas no meio acadêmico e sua principal relação com a avaliação dos cursos de graduação. E nesse caso escolheu-se trazer essas informações quanto aos campi de Areia e Bananeiras. Para tanto, fez-se necessário um levantamento desses dados através do órgão que coordena essas ações na UFPB, que é a Pró-reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (Prape), onde será relatado na seção seguinte.

### **3.3 Políticas de Assistência da UFPB nos Campi II e III<sup>2</sup>**

O enfoque dessa pesquisa estando nos cursos de graduação existentes nos dois centros, o CCA e o CCHSA, far-se-á um panorama geral sobre o objetivo dos mesmos. Portanto, através do site da UFPB referente aos centros de Areia e Bananeiras obteve-se as informações de que o destinado ao CCA (Centro de Ciências Agrárias) composto no Campus II, situado em Areia foi inaugurado desde 1936, reconhecido federalmente em 1940 e integrado à UFPB em 1968, passando ao longo desses anos por processos de mudanças; e atualmente cinco cursos de graduação são ministrados no CCA: Agronomia, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Química e Zootecnia.

O curso de Agronomia foi criado em 1936 e é destacado como o mais antigo de toda UFPB. Há setenta e cinco anos este curso vem contribuindo para o desenvolvimento da Agropecuária no Brasil com tradição, competência e credibilidade. Os cursos de Ciências Biológicas, tanto Licenciatura quanto ao Bacharelado foram criados em 2006. E o currículo é integralizado em 3.135 horas equivalentes a 209 créditos para Bacharelado com habilitação em Ecologia e 3.180 horas equivalente a 212 créditos para Licenciatura. O curso de Medicina Veterinária implantado através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais tem o objetivo de formar profissionais aptos para o exercício no âmbito de seus campos específicos de atuação. O curso de Química oferece dois graus acadêmicos distintos de formação: licenciatura e bacharelado com ênfase em Ambiental que são ofertados desde 2012. Grande parte das disciplinas contam com práticas e experimentos laboratoriais que possibilitam uma expressiva interação com a parte teórica ministrada. E o curso de Zootecnia criado em 1976 é baseado na necessidade do mercado de um profissional devidamente preparado para tratar do desenvolvimento da pecuária regional.

---

<sup>2</sup> Para esta seção foram utilizados dados e informações de: [www.ufpb.com.br](http://www.ufpb.com.br), 2019.

Quanto ao Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA) referente ao Campus III, situado entre os municípios de Bananeiras e Solânea, é uma instituição educacional multi-campi, comprometida com o desenvolvimento regional e local. Após passar por fases e conseqüentemente por mudanças, teve seu início em 1913 e atualmente o centro oferece os cursos de Graduação (Bacharelado) em Administração, Agroecologia, Agroindústria e Licenciatura em Ciências Agrárias e Pedagogia. Além de outras modalidades técnicas presenciais e a distância (Ead). Assim, o CCHSA é uma unidade voltada para o ensino médio, a educação profissional, os ensinos de graduação e pós-graduação voltados prioritariamente para as áreas de agricultura, pecuária agroindústria, gestão e educação. No entanto, o enfoque será nos cursos de graduação existentes. Para tanto, será feito um apanhado sobre os mesmos.

O curso de Administração tem por objetivo formar bacharéis com formação humanística, visão estratégica e sistêmica, capazes de interagir em organizações como agente de mudança com respeito aos princípios da justiça e da ética. O curso de Agroecologia foi fruto de um diálogo com a comunidade universitária a partir da REUNI e principalmente com a sociedade civil, destacando-se a participação das ONGs, AS-PTA, ARRIBAÇÃ, ONGIFA movimentos sociais e agricultores. E tem por objetivo atender às demandas da sociedade formando profissionais com habilidades para promoção do desenvolvimento rural sustentável. O curso de Agroindústria tem por objetivo formar profissionais com conhecimento sólido em tecnologia, planejamento e gestão agroindustrial. O Curso foi avaliado para fins de reconhecimento pelo Sistema de Avaliação da Educação Superior do Ministério da Educação e obteve nota 4 (a nota máxima é 5), com conceito BOM. Desta forma, o Curso teve seu reconhecimento através da Portaria nº 55, de 22 de janeiro de 2009, da Secretaria de Educação Superior. Já o curso de Ciências Agrárias objetiva-se em formar profissionais de educação nessa área, com formação técnica pedagógica e preparo humanístico necessário para o pleno exercício da profissão. E o curso de Pedagogia destina-se a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. E traduz em sua estrutura curricular a necessidade de adequar as iniciativas do meio acadêmico às necessidades e características do meio social no qual está inserido.

Após observar essas informações primeiras sobre os campi e cursos existentes em cada um, nota-se que “a universidade constitui uma das instâncias sociais que contribui para os processos de formação e escolarização, sendo um dos espaços de produção de conhecimento para a transformação da sociedade” (FURB, 2016). Assim, a universidade está

para preparar cidadãos para o campo de trabalho, frente às exigências locais e regionais. E dentro dessas colocações é notável que para formar profissionais capacitados a UFPB deva estar totalmente comprometida nos processos que integram ensino, pesquisa e extensão incluindo de maneira responsável seus discentes e dando suporte necessário para que este estudante permaneça no ensino superior e conclua com êxito o curso que escolheu para profissionalizar-se. Assim, as políticas de assistência são de suprema importância para que esse processo se torne eficiente àqueles que necessitam mais de ações que favoreçam a manutenção desse estudante que precisa dessas políticas. Portanto, “a política de assistência ao discente de graduação, nas condições estabelecidas, também proporciona a manutenção de facilidades durante a vida acadêmica, complementando de tal modo as dez áreas estratégicas definidas pelo PNAES” (LIMA e FERREIRA, 2016, p.2).

Sabendo que a UFPB incluindo e mantendo uma assistência estudantil, que de acordo com os últimos dados divulgados no documento UFPB em números: 2012-2018 publicado em 30 de abril de 2019 beneficia cerca de nove mil alunos e desde 2012 o número de bolsas auxílios concedidas só cresce e, portanto também a quantidade de alunos beneficiados; dessa maneira, na sequência do trabalho serão elencadas quais políticas os campi de Areia e Bananeiras possuem a fim de assistir seus discentes, como também à quantidade de alunos assistidos e como os centros gerenciam e acompanham esse grupo.

### **3.3.1 Campus II - (Areia) e suas respectivas políticas de assistência estudantil**

Destacar-se-á nessa seção o número atual de alunos, conforme cada curso como também quais auxílios são destinados a esses campi, no qual foi elencado o número de bolsistas encontrados e o número de bolsas deferidas e contempladas desde os processos seletivos de 2015 até 2019 (2/2015, 1/2016, 2/2016, 3/2016, 4/2016, 5/2016, 6/2016, 1/2017, 2/2017, 3/2017, 4/2017, 5/2017, 7/2017, 8/2017, 1/2018, 3/2018, 4/2018, 5/2018, 10/2018, 11/2018, 21/2018, 22/2018, 25/2018, 26/2018, 27/2018, 1/2019, 2/2019, 3/2019, 4/2019, 5/2019, 6/2019, 7/2019, 8/2019); sendo que nesses processos foram encontrados, de acordo com o tipo de processo seletivo, bolsas canceladas, deferidas, deferidas e contempladas, em fase de deferimento, em fase de homologação, indeferidas, em análise, fila de espera e inscrições não homologadas. Entretanto, destaca-se nas tabelas, elaboradas de maneira cronológica, apenas o número de bolsas deferidas e contempladas, pois entende-se que são aquelas que de fato foram ou estão sendo utilizadas pelos discentes.

Com os dados coletados através da Secretaria Integrada de Atendimento à Graduação (SIAG) destaca-se a quantidade de alunos ativos por curso no campus de Areia até julho de 2019.

**Tabela 3 - Número atual de alunos por curso – campus II - Areia**

<b>Curso</b>	<b>Quantidade de alunos ativos</b>	<b>%</b>
Agronomia (Bacharelado)	371	28
Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura)	213	16
Medicina Veterinária (Bacharelado)	406	31
Química (Bacharelado e Licenciatura)	158	12
Zootecnia (Bacharelado)	167	13
<b>Total</b>	<b>1.315</b>	<b>100%</b>

Fonte: Disponibilizado pela Secretaria Integrada de Atendimento à Graduação (SIAG). SIGAA/UFPB em julho de 2019.

Observa-se na tabela 3 que o campus de Areia possui, até a data pesquisada, 1.315 alunos, em que destes 31% são de curso de bacharelado em Medicina Veterinária; 28% são do bacharelado em Agronomia; 16% do bacharelado e licenciatura em Ciências Biológicas; 13% são do bacharelado em Zootecnia e 12% são do bacharelado e licenciatura em Química. E para assistir esses alunos, ou pelo menos boa parte deles, é destinado ao campus as seguintes 7 políticas de auxílio estudantis: moradia, residência, restaurante, transporte, creche, desporto/artístico/e inclusão digital e, aluno apoiador. Aos quais estão descritos, por curso, nas tabelas seguintes, como também antes das tabelas estão descritos os conceitos dos cursos, ou seja, o CPC (Conceito Preliminar de Curso) que é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação.

Assim, conforme divulgação do MEC (2018), o curso de Agronomia obteve nota 4 quanto ao Conceito Preliminar de Curso (a nota máxima é 5), um conceito BOM.

**Tabela 4- Auxílios no Curso de Agronomia**

<b>Agronomia</b>										
<b>Auxílios</b>	<b>Nº de bolsistas encontrados</b>					<b>Nº de bolsas deferidas e contempladas</b>				
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Moradia	49	88	1	38	40	-	4	0	22	17

Residência	14	7	95	130	56	-	-	33	53	35
Restaurante	37	66	43	165	88	-	-	7	27	13
Transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche	1	1	3	10		-	-	-	-	
Desporto, Artístico e Inclusão Digital	-	-	-	-	21	-	-	-	-	4
Aluno Apoiador	-	-	-	5	1	-	-	-	2	-
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>162</b>	<b>142</b>	<b>348</b>	<b>206</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>40</b>	<b>104</b>	<b>69</b>

Fonte: SIGAA acadêmico, 2019.

Percebe-se na tabela 4, com relação ao número de alunos que foram contemplados, houve uma quantidade elevada no ano de 2018, com 104 bolsas deferidas e contempladas e em maior destaque o número de auxílio residência com 53 contemplados. No entanto não houve nesses anos inscritos para o auxílio transporte.

O curso de Ciências Biológicas na modalidade Licenciatura obteve CPC de nota 4 e na modalidade Bacharelado nota 3, portanto atendem plenamente aos critérios de qualidade para funcionarem.

**Tabela 5-** Auxílios no Curso de Ciências Biológicas

Ciências Biológicas										
Auxílios	Nº de bolsistas encontrados					Nº de bolsas deferidas e contempladas				
	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
Moradia	13	23	-	17	21	-	-	-	4	6
Residência	4	74	35	70	22	-	-	-	32	14
Restaurante	10	23	23	44	35	-	-	-	9	7
Transporte	-	-	-		13	-	-	-	-	-
Creche	-	-	2	2		-	-	-	-	-
Desporto, Artístico e Inclusão Digital	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-
Aluno Apoiador	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>120</b>	<b>60</b>	<b>135</b>	<b>98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>45</b>	<b>27</b>

Fonte: SIGAA acadêmico, 2019.

Observa-se na tabela 5 que com relação ao auxílio transporte há 13 bolsistas encontrados no ano de 2019, no entanto nenhum discente até o momento da pesquisa foi

contemplado, havendo 3 em fase de deferimento ainda. E destaca-se também que nos processos de 2018 houve 45 contemplados, ressaltando-se como maior número dos auxílios os destinados a residência, com 32 contemplados.

O curso de Medicina Veterinária apresenta CPC de nota 4, ou seja, dentro da escala obteve conceito BOM.

**Tabela 6-** Auxílios no Curso de Medicina Veterinária

<b>Medicina veterinária</b>										
<b>Auxílios</b>	<b>Nº de bolsistas encontrados</b>					<b>Nº de bolsas deferidas e contempladas</b>				
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Moradia	61	88	3	51	61	-	2	0	33	31
Residência	11	66	54	74	17	-	-	19	26	7
Restaurante	52	65	34	176	69	-	-	8	54	14
Transporte	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-
Creche	-	-	4	5		-	-	-	-	-
Desporto, Artístico e Inclusão Digital	-	-	-	-	20	-	-	-	-	6
Aluno Apoiador	-	-	-	8		-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>219</b>	<b>95</b>	<b>314</b>	<b>180</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>27</b>	<b>113</b>	<b>58</b>

Fonte: SIGAA acadêmico, 2019.

Destaca-se na tabela 6 que, conforme o número de bolsas deferidas e contempladas, o ano de 2018 obteve-se um número maior de alunos contemplados com 113 no total; enfatizando que o auxílio restaurante foi o de número mais elevado nos processos, contemplando 54 estudantes. E o auxílio transporte não teve até então contemplação de alguma bolsa, no entanto há 5 em fase de deferimento. De acordo com MEC (2018), o curso de Química tanto na modalidade Licenciatura quanto no Bacharelado obtiveram CPC de nota 3.

**Tabela 7-** Auxílios no Curso de Química

<b>Química</b>										
<b>Auxílios</b>	<b>Nº de bolsistas encontrados</b>					<b>Nº de bolsas deferidas e contempladas</b>				
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>

Moradia	10	9	-	10	20	-	-	-	4	9
Residência	8	17	13	20	10	-	-	6	13	9
Restaurante	9	6	8	12	18	-	-	3	2	3
Transporte	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-
Creche	-	-	5	3	3	-	-	0	2	-
Desporto, Artístico e Inclusão Digital	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-
Aluno Apoiador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>32</b>	<b>26</b>	<b>45</b>	<b>50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>21</b>	<b>21</b>

Fonte: SIGAA acadêmico, 2019.

Observa-se na tabela 7 que quanto ao curso de Química há um número pequeno de contemplados ao longo desses anos em destaque; contemplando 9 alunos em 2017, 21 em 2018 e até então 21 em 2019.

O curso de Zootecnia possui CPC de nota 4, atendendo então os critérios de qualidade para funcionar.

**Tabela 8-** Auxílios no Curso de Zootecnia

<b>Zootecnia</b>										
<b>Auxílios</b>	<b>Nº de bolsistas encontrados</b>					<b>Nº de bolsas deferidas e contempladas</b>				
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Moradia	31	33	-	18	34	0	0	-	9	14
Residência	12	54	55	48	18	0	0	15	17	9
Restaurante	28	25	36	45	44	0	0	7	10	8
Transporte	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-
Creche	-	-	3	1		-	-	-	-	-
Desporto, Artístico e Inclusão Digital	-	-	-	-	6	-	-	-	-	4
Aluno Apoiador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>112</b>	<b>94</b>	<b>112</b>	<b>111</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>36</b>	<b>35</b>

Fonte: SIGAA acadêmico, 2019.

Na tabela 8 observa-se que houve um crescente no número de contemplados entre 2017 e 2019. No entanto, em 2018 foi o maior número, com 36 alunos contemplados, não havendo até então contemplados no auxílio transporte, mas com 3 em fase de deferimento.

Destaca-se no geral que nessa cronologia de 2015 a 2019 no Campus II houve um número crescente de alunos contemplados com as bolsas auxílios, sendo que não houve auxílio no ano de 2015. 6 em 2016, destinados a auxílio moradia. 107 em 2017, em que 79 são de auxílio residência e 28 de auxílio restaurante. 319 em 2018, em que 72 são de auxílio moradia, 141 de auxílio residência, 102 de auxílio restaurante, 2 de aluno apoiador e 2 de auxílio creche. E 210 em 2019, em que 77 são de auxílio moradia, 74 de auxílio residência, 45 de auxílio restaurante e 14 de auxílio desporto, artístico e inclusão digital. Ressaltando que estão contabilizados apenas o número de bolsas auxílios na situação de deferidos e contemplados. Observa-se que os auxílios apresentados de maneira mais numerosa são o de residência, seguido do de moradia e restaurante.

### 3.3.2 Campus III - (Bananeiras) e suas respectivas políticas de assistência estudantil

Seguindo a mesma lógica de dados do campus de Areia passa-se a destacar os dados referentes ao campus de Bananeiras, no qual foram fornecidos pela Assessoria Acadêmica e através do SIGAA.

**Tabela 9 - Número atual de alunos por curso – campus III - Bananeiras**

<b>Número atual de alunos por curso – campus III- Bananeiras</b>		
<b>Curso</b>	<b>Quantidade de alunos ativos</b>	<b>%</b>
Administração (Bacharelado)	208	26
Agroecologia (Bacharelado)	125	16
Agroindústria (Bacharelado)	121	15
Ciências Agrárias (Licenciatura)	148	18
Pedagogia (Licenciatura)	199	25
<b>Total</b>	<b>801</b>	<b>100%</b>

Fonte: Assessoria Acadêmica /UFPB/campus III em julho de 2019.

Observa-se na tabela 9 que o campus III apresenta o seguinte percentual de número de alunos: em sua maioria, ou seja, 26% são do curso de bacharelado em Administração; seguido de 25% que são do curso de licenciatura em Pedagogia; 18% são do curso de

licenciatura em Ciências Agrárias; 16% são do bacharelado em Agroecologia e 15% são do bacharelado em Agroindústria. Totalizando 801 alunos ativos nos cursos de graduação do Campus de Bananeiras até a data de 31 de outubro de 2019. Assim, de acordo com esse número de discentes e suas respectivas necessidades para cursarem a graduação há os auxílios destinados ao campus; dentre eles estão: moradia, residência, restaurante, transporte, creche, PROMISAES e o aluno apoiador. Assim, conforme já mencionado no início desta seção, a seguir estão as tabelas com o número de bolsistas encontrados e o número de bolsas deferidas e contempladas dos anos de 2015 a 2019. Como também estará em destaque antes de cada tabela a nota referente ao Conceito Preliminar de Curso.

O curso de Administração obteve CPC de nota 4, resultado que indica o atendimento bom dos critérios de qualidade.

**Tabela 10-** Auxílios no Curso de Administração

<b>Administração</b>										
<b>Auxílios</b>	<b>Nº de bolsistas encontrados</b>					<b>Nº de bolsas deferidas e contempladas</b>				
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Moradia	106	174	-	135	56	-	-	-	44	6
Residência	5	35	16	21	4	-	-	-	12	2
Restaurante	-	-	18	115	30	-	-	-	43	-
Transporte	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-
Creche	1	3	1	3	-	-	-	-	2	-
PROMISAES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluno Apoiador	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>212</b>	<b>35</b>	<b>275</b>	<b>102</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>101</b>	<b>8</b>

Fonte: SIGAA acadêmico, 2019.

Observa-se na tabela 10 que no curso de Administração em meio ao número de bolsistas encontrados nos anos de 2015-2019 apenas no ano de 2018 é que se obteve bolsas deferidas e contempladas totalizando 101 e no ano de 2019 foram 8 discentes com bolsas deferidas e contempladas. Entretanto nos anos de 2015, 2016 e 2017 não foram encontrados bolsas em situação deferida e contempladas.

O curso de Agroecologia, de acordo com o MEC (2018) possui CPC de nota 5, ou seja, considerado curso de excelência, pois obteve nota máxima na última avaliação realizada.

**Tabela 11-** Auxílios no Curso de Agroecologia

Agroecologia										
Auxílios	Nº de bolsistas encontrados					Nº de bolsas deferidas e contempladas				
	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
Moradia	48	64	-	67	38	-	-	-	24	5
Residência	9	38	19	35	5	-	-	5	13	-
Restaurante	35	24	19	64	31	-	-	1	22	-
Transporte	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Creche	2	4	3	5	-	-	-	-	-	-
PROMISAES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluno Apoiador	-	-	-	5	1	-	-	-	1	-
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>130</b>	<b>41</b>	<b>176</b>	<b>77</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>60</b>	<b>5</b>

Fonte: SIGAA acadêmico, 2019.

Destaca-se na tabela 11 que quanto aos auxílios no curso de Agroecologia em 2015 e 2016 não houve alunos com bolsas deferidas e contempladas, mas em 2016 foram 6, 2017 houve um salto de 60 contemplados e 2019 até então foram 5 deferidos e contemplados no total.

Conforme CPC, o curso de Agroindústria, obteve nota 4 e assim atende aos critérios de qualidade para funcionar.

**Tabela 12-** Auxílios no Curso de Agroindústria

Agroindústria										
Auxílios	Nº de bolsistas encontrados					Nº de bolsas deferidas e contempladas				
	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
Moradia	98	145	-	109	59	-	-	-	37	19
Residência	15	75	48	50	7	-	-	17	22	5
Restaurante	60	67	-	94	33	-	-	-	42	13
Transporte	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Creche	3	1	6	5	-	-	-	-	3	-
PROMISAES	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-
Aluno Apoiador	-	-	-	1	3	-	-	-	1	2

<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>289</b>	<b>54</b>	<b>260</b>	<b>104</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>106</b>	<b>39</b>
--------------	------------	------------	-----------	------------	------------	----------	----------	-----------	------------	-----------

Fonte: SIGAA acadêmico, 2019.

De acordo com a tabela 12, observa-se que em meio ao número de bolsistas encontrados em 2015 e 2016 não houve bolsas deferidas e contempladas, em 2017 foram 17, 2018 foram 106 e, 2019 com 39 deferidos e contemplados.

**Tabela 13-** Auxílios no Curso de Ciências Agrárias

<b>Ciências Agrárias</b>										
<b>Auxílios</b>	<b>Nº de bolsistas encontrados</b>					<b>Nº de bolsas deferidas e contempladas</b>				
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Moradia	18	50	-	53	29	-	-	-	19	7
Residência	13	31	26	52	13	-	-	7	16	11
Restaurante	33	32	19	57	35	-	-	1	26	3
Transporte	-	1	-	-	9	-	-	-	-	-
Creche	3	5	-	2	-	-	-	-	-	-
PROMISAES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluno Apoiador	-	-	-	3	1	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>87</b>	<b>45</b>	<b>167</b>	<b>87</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>61</b>	<b>22</b>

Fonte: SIGAA acadêmico, 2019.

Observa-se na tabela 13, referente aos auxílios no curso de Ciências Agrárias, em 2015 e 2016 não houve alunos com bolsas deferidas e contempladas. No ano de 2017 foram 8, em 2018 foram 61 e em 2019 teve até então 22 bolsas deferidas e contempladas.

O curso de Pedagogia possui CPC de nota 3, ou seja, atende aos critérios de qualidade, mas ainda baixo comparado com os demais cursos do Campus III.

**Tabela 14-** Auxílios no Curso de Pedagogia

<b>Pedagogia</b>										
<b>Auxílios</b>	<b>Nº de bolsistas encontrados</b>					<b>Nº de bolsas deferidas e contempladas</b>				
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Moradia	59	40		80	59	-	-	-	25	31
Residência	6	23	16	20	8	-	-	7	7	4

Restaurante	51	15	22	51	39	-	-	8	18	17
Transporte	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-
Creche	-	2	1	1	8	-	-	-	-	-
PROMISAES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluno Apoiador	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>79</b>	<b>39</b>	<b>154</b>	<b>121</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>51</b>	<b>52</b>

Fonte: SIGAA acadêmico, 2019.

Destaca-se na tabela 14 que no curso de Pedagogia em 2015 e 2016 não houve bolsas deferidas e contempladas, em 2017 foram 15, 2018 foram 51 e em 2019 foram 52 deferidos e contemplados no total.

De modo geral, observando-se todos os cursos de graduação do campus III, pontua-se que nos anos de 2015 e 2016 não houve registro de bolsas deferidas e contempladas, em sua maioria nesses dois anos em questão foram bolsas em situação de cancelamento e indeferidas, de acordo com os dados coletados no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades acadêmicas). E no ano de 2017, no total foram 46 bolsas deferidas e contempladas, em que 36 destas são de auxílio residência e 10 são do auxílio restaurante. Em 2018 foram 379 bolsas deferidas e contempladas, em que 149 são de auxílio moradia, 70 de auxílio residência, 5 de auxílio creche, 3 de aluno apoiador e 1 do PROMISAES. E em 2019 foram 126, em que 68 são de auxílio moradia, 22 auxílios residência, 33 auxílios restaurante e 3 aluno apoiador. Ressalta-se então, que os auxílios de maior número são o de moradia, seguido do restaurante e residência.

### **3.4 Análises das variáveis acerca da percepção dos discentes assistidos por políticas acadêmicas nos campi I e II**

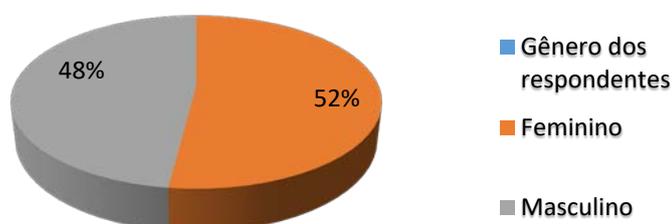
Então para obtenção dos dados aqui necessários utilizou-se da elaboração de um questionário com perguntas categóricas e descritivas a fim de captar informações para a análise quantitativa da pesquisa. Pois de acordo com Costa “a análise quantitativa de dados é uma atividade associada ao processo de geração, organização e apresentação de dados...” (COSTA, 2015, p.10). E o detalhamento das variações dependerá do interesse da pesquisa, assim, neste caso utilizou-se de variáveis categóricas que são aquelas “em que sua variação é indicada por meio de categorias que representam as características que a variável deve assumir, sem referência a quantidades” (COSTA, 2015, p.18). Portanto, organizou-se o questionário com categóricas nominais (gênero, campus e tipo de auxílio) e ordinal (idade). E também houve a utilização das variáveis descritivas que permitem a utilização das escalas,

onde se pode observar uma mensuração de percepções e, neste caso afirmativas relacionadas à percepção dos discentes em relação a eficácia dos auxílios através de escalas de classificação gráfica.

### 3.4.1 Dados demográficos e funcionais

Em análise das variáveis categóricas, dos dados demográficos, apontados pelos respondentes da pesquisa, tem-se que 52% (45 pesquisados) são do gênero feminino e 48% (43 pesquisados) são do gênero masculino, conforme apresentado no Gráfico 3 a seguir.

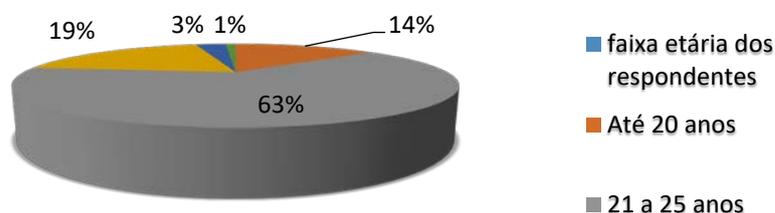
**Gráfico 03 – Gênero**



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em relação a faixa etária dos discentes, os dados apontaram que houve a predominância na faixa entre 21 e 25 anos com 63% da amostra, seguido pelas faixas entre 26 e 30 anos (19%), até 20 anos obteve 14%, entre 31 e 35 anos (3%) e mais de 30 anos (1%). Conforme destacado no gráfico 4.

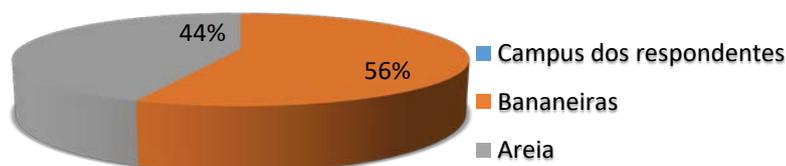
**Gráfico 04 – Faixa etária**



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Concernente aos discentes do campus da pesquisa, 56% (50 pesquisados) foram de Bananeiras (Campus III) e 44% (38 pesquisados) foram de Areia (Campus II). No gráfico 5 estão ilustrados as informações referentes ao Campus que os pesquisados pertencem.

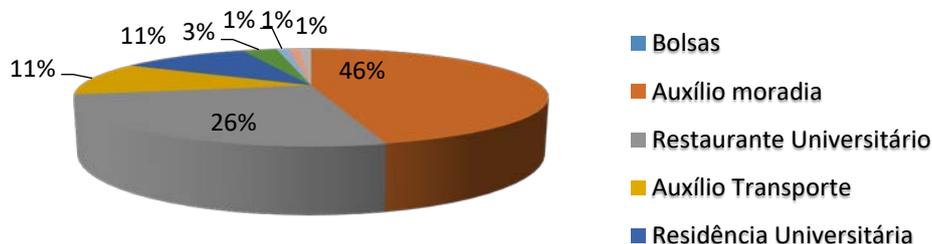
**Gráfico 05 – Campus**



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ao destacar os auxílios destinados aos campi da pesquisa os dados apontam que a predominância dos respondentes recebem auxílio moradia (46%), seguido do restaurante universitário (26%), auxílio transporte (11%), residência universitária (11%), Aluno apoiador (3%), auxílio Desporto, Artístico e Inclusão Digital (1%), creche (1%) e Bolsa permanência (1%). Conforme destaca-se no gráfico 6.

**Gráfico 06 – Bolsas Auxílio**



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em síntese infere-se a partir dos dados que a maioria dos respondentes foram do gênero feminino, discentes entre 21 e 25 anos de idade, sendo que a maioria dos pesquisados foram de Bananeiras e conforme os dados os auxílios predominantes são: moradia, restaurante, residência e transporte.

### **3.4.2 Análise da percepção e opinião dos discentes em relação aos auxílios que recebem**

A seguir têm-se a partir de cada variável as tabelas de análises quantitativas de acordo com as medidas de posição e dispersão, na quais se analisa os valores da média, e o desvio

padrão. E conforme os valores em destaque, de acordo com Hair (2005) quanto às medidas de posição, em relação à média, os valores entre 1-3 (baixa concordância), valores entre 4-6 (concordância moderada) e valores entre 7-10 (concordância elevada). E quanto às medidas de dispersão, com relação ao desvio padrão, valores menores que 2 (baixa dispersão), entre 2-3 (dispersão moderada) e maiores que 3 (dispersão elevada).

**Tabela 15** - Percepção dos discentes quanto à eficácia dos auxílios

<b>Percepção dos discentes quanto à eficácia dos auxílios</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Eu considero que os auxílios são importantes para os discentes	9,36	1,20
Eu considero que os auxílios contribuem para melhorar o desempenho dos discentes	9,39	1,49
Eu considero muito burocrático o processo para receber algum auxílio	8,77	1,72
Eu considero que os auxílios me apoiam no desenvolvimento acadêmico	9,56	0,98
Eu me sinto satisfeito com o auxílio que recebo	9,22	1,31
Eu considero que os auxílios contribuem para minha permanência no curso	9,63	1,30

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se na tabela que de acordo com as médias das variáveis destacadas, os discentes assistidos pelos auxílios possuem concordância elevada quanto à percepção de que tais auxílios desempenham papel importante na permanência e desempenho na graduação, pois as médias oscilaram entre 9,22 e 9,56 com desvio padrão abaixo de 2, mostrando uma baixa dispersão nos resultados. E também é destacado que consideram muito burocrático o processo para receber algum auxílio (média 8,77).

**Tabela 16** – Opinião dos discentes sobre o processo de seleção para ser contemplado com algum auxílio estudantil.

<b>Opinião dos discentes sobre o processo de seleção para ser contemplado com algum auxílio estudantil.</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
O processo de seleção para ser contemplado com algum auxílio estudantil é lento	8,57	1,58
O processo de seleção é insatisfatório	3,22	2,88
O processo de seleção atende todos os alunos que necessitam	5,18	2,76

O processo de seleção poderia melhorar	7,60	2,18
O processo de seleção não é bem divulgado	7,18	2,22
O processo para saber se foi selecionado é muito demorado	7,93	1,92

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Destaca-se na tabela, quanto à opinião dos alunos sobre o processo de seleção para os auxílios, que consideram tal processo lento (média 8,57 e desvio 1,58 baixa dispersão), poderia ser melhor (média 7,60 e desvio 2,18 com uma dispersão moderada), não é bem divulgado (média 7,18 e desvio 2,22 com uma dispersão moderada) e é muito demorado (média 7,93 e desvio 1,92 baixa dispersão). No entanto, na variável sobre o processo de seleção ser insatisfatório obteve média 3,22 e desvio 2,88 havendo então uma baixa concordância entre os entrevistados. E na variável o processo de seleção atende todos os discentes que necessitam os pesquisados apresentaram concordância moderada (média 5,18 e desvio 2,76).

### 3.5 Discussão

Através desses dados é perceptível que boa parte dos discentes dos campi II e III provém de outros municípios e para que possam cursar a graduação que se destinaram precisam de um apoio e como destaca Silveira (2012, p.11) “a política de assistência estudantil deve contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais através da criação de mecanismos que viabilizem a permanência de estudantes empobrecidos, em cursos de nível superior, permitindo que cheguem ao término da trajetória acadêmica de forma satisfatória”. Assim, esses auxílios são de importantes para que esses estudantes possam dar continuidade ao percurso acadêmico. E como destacado, “de acordo com o Plano Nacional de Assistência Estudantil, para garantir a permanência é necessário que sejam ofertadas ações de moradia, alimentação, transporte, creche, ações de promoção de saúde física e mental dos acadêmicos e condições adequadas para o atendimento das pessoas com deficiência” (SILVEIRA, 2012, p. 9). Portanto, na UFPB nos campi do brejo paraibano pode-se perceber que essas ações estão sendo aplicadas através dos auxílios moradia, restaurante, residência, transporte, creche, o DAID, PROMISAES e CIA.

E a UFPB destina os seguintes valores para cada aluno que atender aos critérios e os procedimentos dos editais que são lançados anualmente: auxílio moradia (570,00); residência universitária (260,00); auxílio transporte (faixa 1=90,00; faixa 2=175,00; faixa 3=360,00);

auxílio DAID (400,00); PROMISAES (622,00); auxílio creche (200,00); aluno apoiador (não cadastrado no SIGAA); restaurante (não há uma remuneração, é gratuito, no entanto, o aluno precisa passar pelos procedimentos para ser contemplado) conforme dados do SIGAA acadêmico (2019).

No entanto, de nada adianta apenas “a inclusão de alunos de baixa renda, se não houver a paralela garantia de que eles possam participar ativamente da vida universitária e concluir com sucesso tanto os cursos de graduação como os de pós-graduação” (SILVEIRA, 2012, P.13). Então, além de incluir dando assistência a esses discentes, considerados em situação de vulnerabilidade, é de suprema importância acompanhar a trajetória de desempenho acadêmico deles, portanto, a fiscalização e acompanhamento por intermédio do serviço social faz-se necessária. Afinal como é destacado nos editais o auxílio pode ser cancelado se o estudante não apresentar um Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) igual ou maior que cinco ou reprovação em mais de 50% das disciplinas matriculadas; e é de total responsabilidade do aluno as informações prestadas para ter acesso e permanência na assistência estudantil da PRAPE/COAPE. Entretanto, esses serviços oferecidos devem ser acompanhados e avaliados periodicamente, a fim de que a instituição possa ter um feedback das ações que promove, além de divulgar essas ações para que todos os alunos tenham acesso a tais informações (Assis et al, 2013).

Esses processos de seleção, devido grande demanda acabam sendo de análise demorada para sair o resultado, podendo ocorrer de estudantes serem acometidos por situações que comprometem seu rendimento acadêmico, visto que são alunos que necessitam dessas bolsas para suprir as necessidades básicas nos campi. Também destaca-se que apesar de ser um processo bem burocrático e que passa por procedimentos de requisitos para estar apto a receber de fato uma bolsa auxílio, a fiscalização ainda pode ser melhorada, pois há conhecimento de alunos que com as informações repassadas, conforme edital, conseguem o auxílio, principalmente o moradia, mas acabam não firmando contrato de aluguel na cidade do campus ao qual estudam como é acordado no edital, tirando assim a vaga de um possível discente que realmente necessita desse auxílio para custear sua estadia no município do campi de Areia ou Bananeiras. Assim, há má fé de alguns alunos em burlar algumas informações e a falta de meios de fiscalizar de forma mais assertiva e que venham a excluir esses impasses.

Contanto, é notável que os auxílios destinados aos campi de Areia e Bananeiras contribuem para que haja o melhoramento do desempenho dos alunos, ajudando-os também a permanecer no curso sendo um apoio em seu desenvolvimento acadêmico. Dessa maneira, essas políticas são fundamentais para garantir não só a permanência, mas promover uma

formação plena e de qualidade aos discentes (DUTRA e SANTOS, 2017). E a instituição garantindo esse suporte a seus discentes tende a atingir êxito nos indicadores de avaliação dos cursos, pois o fator satisfação do estudante, desempenho acadêmico, desenvolvimento da carreira e pessoal do estudante (Bonisenha e D'angelo, 2018) são alguns dos itens que contribuem para a efetividade de uma IES. Assim, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que pauta-se nos eixos: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, através da avaliação dos discentes das instituições mostra como está o andamento dos cursos de graduação. Dessa maneira, através da implementação e gestão das políticas de atendimento aos discentes na UFPB – Campus II e Campus III há a influência e contribuição nos indicadores de avaliação dos cursos ofertados.

#### **4 Considerações Finais**

Este projeto teve como objetivo de analisar as políticas acadêmicas de atendimento aos discentes da UFPB no brejo paraibano, dos Campi II e III. Por meio dos dados coletados e analisados pôde-se, por meio do cumprimento do cronograma de execução das atividades elencadas, identificar as políticas acadêmicas que atendem aos discentes dos cursos de graduação da UFPB, assim também como mapear as principais políticas no CCA e CCHSA, verificando a eficácia das mesmas, pois além de os discentes serem público alvo dessas políticas, precisam ser sujeitos ativos e participativos a fim de darem um *feedback* e juntamente as pró-reitorias proporem novas alternativas em assistência estudantil (DUTRA e SANTOS, 2017). Ainda destacou-se pontos que podem ser passíveis de melhoria na aplicação e fiscalização dos processos seletivos dos auxílios.

Verificou-se então, através da pesquisa, que para o campus II (Areia), com um total de 1.315 alunos da graduação ativos, e para o Campus III (Bananeiras), com um total de 801 alunos ativos, são disponibilizados os auxílios moradia, restaurante, residência, transporte, creche e aluno apoiador. No entanto, ainda em Areia há alunos atendidos com o auxílio desporto, cultura e inclusão digital (DAID); e em Bananeiras alunos que são atendidos com o PROMISAES. Nos anos verificados no sistema SIGAA acadêmico, ou seja, entre 2015 a 2019 percebe-se que o ano de 2015 não se obteve nos dois campi alunos com bolsas deferidas e contempladas, conforme verificação de listagem e situação dos alunos assistidos pela PRAPE através do SIGAA. Entretanto, no ano de 2016, o Campus II apresentou 6 bolsas deferidas e contempladas, enquanto o Campus III não apresentou nenhuma. Em 2017, Areia apresentou um número total de 107 bolsas deferidas e contempladas, bem maior que o

campus de Bananeiras com 46 bolsas auxílios. No ano de 2018 o Campus III obteve um número maior de contemplados 379, enquanto o Campus II com 319 contemplados. No ano de 2019 em Areia destaca-se 210 bolsas deferidas e contempladas e em Bananeiras 126 bolsas auxílios deferidas e contempladas.

E diante o questionário aplicado apenas aos alunos que recebem algum auxílio nos campi, dos números descritos anteriormente e que se encontram no sistema no ano de 2019 dos 210 contemplados em Areia conseguiu-se 38 respondentes e, dos 126 contemplados em Bananeiras conseguiu-se 50 respondentes. Em que puderam expressar através das afirmativas seu nível de percepção quanto à eficácia dos auxílios no desempenho e permanência nos cursos de graduação que estão cursando. E estes destacaram a importância dos auxílios como um estímulo a mais para permanecerem na instituição, além de fazerem menção aos alunos serem mais participativos nos Campi, se envolvendo em atividade da pesquisa, ensino e extensão e este envolvimento acaba por desenvolver nesses estudantes o conhecimento, melhorando assim o desempenho acadêmico; que como consequência contribui no desenvolvimento dos respectivos cursos e Campus que estes estão inseridos.

## **2.2 PROJETO II – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NA UFPB E A COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE ACADÊMICA**

**Coordenador: Prof.Dr.José Mancinelli Lêdo do Nascimento**

**Bolsista:** Ruth Lima da Silva

**Professores colaboradores:** Francivaldo dos Santos Nascimento; Cleber Brito de Souza; Emiliano Rostand de Moraes Célio

**Discentes voluntários:** Iago dos Santos; Janaina Farias dos Santos; Joelson Soares dos Santos

### **1 Introdução**

Historicamente, pode-se afirmar que a comunicação organizacional, na forma em que se acha configurada na contemporaneidade, é fruto de sementes lançadas no período da Revolução Industrial e tem que ser entendida como parte inerente à natureza das organizações, uma vez que estas são constituídas por pessoas que se comunicam entre si, formando uma rede de relações formais do ponto de vista institucional e pessoal do ponto de vista individual (KUNSCH, 2006). Portanto,

O processo comunicativo que ocorre no âmbito organizacional onde se realizam as relações entre o sistema macro (estrutura social) e o sistema micro (organização) é condicionado a uma série de fatores ou variáveis. Esses fatores podem ser representados, por exemplo, pelos contextos sociais, políticos e econômicos, pelas culturas, visões de mundo dos integrantes em confluência com a cultura organizacional vigente, onde são compartilhados comportamentos e universos cognitivos diferentes (KUNSCH, 2006, p.167).

A comunicação interna vem sendo trabalhada com maior ênfase para a questão formativa, de maneira que as pessoas nos seus processos comunicacionais constroem a realidade organizacional e, como esta experiência, possibilitam que se identifiquem e encontrem sentido na sua atuação dentro do negócio da organização. Nesse sentido, a

Comunicação interna oportuniza a troca de informações via comunicação, contribuindo para a construção do conhecimento, o qual é expresso nas atitudes das pessoas. É fundamentalmente um processo que engloba a comunicação administrativa, fluxos, barreiras, veículos, redes formais e informais. Promove, portanto, a interação social e fomenta a credibilidade, agindo no sentido de manter viva a identidade de uma organização (MARCHIORI 2008b, p. 213-214).

Assim, a competência da comunicação interna é ampliar a visão da própria organização, requerendo um olhar sistêmico, para as diferenças estruturais, como também, é

procurar entender se seus processos estão claros para todos os envolvidos. É a partir desse ambiente que uma organização se faz, se identifica e se torna viva.

A multiplicidade de públicos para os quais as organizações estão voltadas, os objetivos que procuram atingir, além das variedades de mídias; exigem, sobretudo, um processo sistêmico e interativo entre as pessoas, departamentos, unidades institucionais como um todo. Entretanto, a comunicação interna nem sempre foi valorizada ou reconhecida como de vital importância para o desenvolvimento e sobrevivência dessas organizações. Mas, com a demanda nela surgida, de se apresentar relevante para a sociedade e seus usuários, a comunicação organizacional está sendo compreendida como um fator de diferenciação entre as organizações.

Nessa perspectiva, a comunicação organizacional é fundamental para o desenvolvimento das atividades administrativas e para o fortalecimento da imagem institucional, uma vez que bem utilizada, socializa informações relevantes, promove interação social, ajuda a mitigar conflitos e integra as pessoas nas decisões organizacionais (MEDEIROS e SANTOS, 2018). Portanto, um sistema de comunicação eficaz é fundamental para as organizações que buscam o desenvolvimento e o fortalecimento da cultura organizacional.

Nesse sentido, Jacomini (2011), afirmar que a comunicação interna é um processo de troca, como também, o próprio relacionamento dentro de uma organização. É através dela que se faz circular informação e conhecimento, sistematicamente, entre os níveis estratégicos e operacionais, como também, entre os mesmos níveis hierárquicos, com a finalidade de proporcionar a interação entre as várias áreas das organizações.

É necessário então, que às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) conheçam as características das várias formas de comunicação e modo de operá-las, pois cada uma influenciará de forma peculiar nos planos institucionais de comunicação e administrativos. Percebe-se, portanto, a necessidade da gestão da comunicação ser institucionalizada, compreendendo que os atores sociais envolvidos devem assegurar um processo informativo amplo e efetivo das ações institucionais realizadas.

Por entender, que a institucionalização da Comissão Própria de Avaliação (CPA) deve ser efetivamente incorporada ao cotidiano da universidade e que a comunicação com a comunidade acadêmica seja um processo que integre a estrutura social ao sistema

organizacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o presente estudo procurou responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual o nível de conhecimento da Comunidade Acadêmica a respeito do papel das atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) no que diz respeito ao processo da avaliação institucional?**

### **Objetivo geral**

- ✓ Analisar a institucionalização da Comissão Própria de Avaliação (CPA), como estratégia para delinear as ações de compreensão do seu papel na universidade.

### **Objetivos específicos**

- ✓ Verificar a evolução das ações de avaliação e sua influência no estabelecimento das estratégias para as melhorias institucionais;
- ✓ Identificar a dinâmica do processo de efetivação da comunicação interna como instrumento de integração e melhoria nos processos avaliativos dos cursos e institucional;
- ✓ Verificar a compreensão dos instrumentos de avaliação proposto pelo MEC no contexto da UFPB; e
- ✓ Planejar estratégias de comunicação para divulgação das ações da CPA.

## **2. Procedimentos Metodológicos**

No projeto foram utilizadas várias abordagens de pesquisa existentes, de forma harmônica e caracterizada pela coerência com o projeto, problema formulado e com o objetivo do estudo proposto. Adotou-se, portanto, dois tipos de pesquisa: quanto aos fins; quanto aos meios.

Quanto aos fins, tomou-se como referência para o seu desenvolvimento os tipos exploratória, descritiva e aplicada, uma vez que o estudo requereu a descrição do fenômeno estudado e, ao mesmo tempo, a definição e delimitação através da metodologia proposta e solução de problemas concretos.

Quanto aos meios de investigação foram utilizados: pesquisa bibliográfica e de campo. Com a pesquisa bibliográfica buscou-se compreender o papel da comunicação no processo de gestão institucional através de leituras e discussões, que para Fonseca (2002, p.

32) “[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos”. Essa pesquisa viabilizou a fundamentação e construção das palestras.

A pesquisa de campo permitiu identificar a percepção da comunidade acadêmica em relação às atividades da CPA. Foi um dos meios que correspondeu a coleta, análise e interpretação dos dados obtidos na comunidade acadêmica.

O ambiente de estudo utilizado na pesquisa foi a Universidade Federal da Paraíba, Campus III, localizado na cidade de Bananeiras. Os sujeitos da pesquisa são as pessoas que participaram diretamente do estudo, fornecendo dados correspondentes às suas percepções, crenças e identidade acerca do tema proposto (VERGARA, 2011). Nesse sentido, os sujeitos da pesquisa foram os discentes, docentes e técnicos administrativos dos cursos presenciais de graduação do Campus III/UFPB na cidade de Bananeiras. De tal maneira que a população desejada é classificada da seguinte maneira, conforme a *Tabela 1*.

Tabela 1– Comunidade Acadêmica do CCHSA/UFPB (Universo Amostral).

Categoria	Quantidade
Discentes dos Cursos Presenciais	964
Docentes	142
Técnicos Administrativos	129
TOTAL	1.235

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFPB, 2019.

Com objetivo de mensurar o nível de conhecimento da comunidade acadêmica do Campus III, o processo amostral de coleta de dados, em que Gil (2009), diz que a amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo, foi caracterizado como uma amostragem não probabilística e de acessibilidade, em que o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam representar um universo, sendo definida devido o objetivo da pesquisa em análise. Sendo calculada pela seguinte fórmula:

Em relação à amostra, esta foi definida com base em cálculos estatísticos. Na *Figura 1* pode-se observar a fórmula utilizada para determinar a amostra estatística.

Figura 1 – Fórmula para cálculo de amostras para populações finitas.

$$n = \frac{z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N - 1) + z^2 \cdot p \cdot q}$$

Fonte: Baseado em Triola, 2008.

n= Tamanho da amostra;

z= nível de confiança escolhido (95%), expresso em número de desvio-padrão (1,96)

p= proporção populacional de sucessos da variável escolhida; (assumi-se 0,5 por não se ter informações anteriores sobre o sucesso – corresponde ao erro máximo)

q= 1-p

e= Erro amostral (margem de erro de 5 pontos percentuais)

N= Tamanho da população

Logo, de acordo com a pesquisa em estudo, temos:

$$n = \frac{2^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 1.235}{0,05^2 \times (1.235 - 1) + 1,96^2 \times 0,5 \times 0,5} \cong 293$$

A coleta de dados foi realizada utilizando como instrumento, um questionário estruturado disponível online e presencial (método *sanwuei*), apresentando questões relativas ao objetivo deste estudo, dividido em duas partes a primeira referente às alternativas de identificação do perfil dos respondentes da pesquisa, como demonstrado no *Quadro 1* e a segunda, contendo questões que abordam o objetivo do estudo constante no *Quadro 2*.

Quadro 1 – Variáveis Identificação do Perfil.

<b>Vínculo com a UFPB</b>	<b>Gênero</b>
Discentes	Feminino
Docentes	Masculino
Técnico Administrativo	Outros
<b>Tempo na instituição dos Discentes</b>	<b>Tempo na instituição dos Docentes e Técnicos Administrativos</b>

1° ou 2° período	1 ou 2 anos
3° ou 4° período	3 ou 4 anos
5° ou 6° período	5 ou 6 anos
7° ou 8° período	7 ou 8 anos
9° ou 10° período	9 ou 10 anos
11° ou mais períodos	11 ou mais anos
<b>Faixa Etária</b>	
17 até 23 anos	
24 até 29 anos	
30 até 35 anos	
36 até 41 anos	
Mais de 42 anos	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

As variáveis constantes no *Quadro 1* foram consideradas importantes para entender o perfil dos respondentes e auxiliar na análise dos resultados das variáveis objeto de estudo do projeto.

Quanto as variáveis do objeto de estudo do projeto constante no *Quadro 2*, foram preparadas com objetivo de compreender a percepção da comunidade acadêmica sobre as atividades da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Quadro 2 – Variáveis Objeto de Estudo do Projeto.

QUESTÕES
As ações de Autoavaliação Institucional são constantes na UFPB.
As ações de Autoavaliação Institucional são constantes no Centro.
As ações de Autoavaliação Institucional são constantes no seu Curso.
A articulação e coordenação da Avaliação Interna da Instituição.
A elaboração, coordenação e acompanhamento da execução do Programa de Avaliação Institucional.

A adequação dos procedimentos do Programa de Avaliação Institucional quando necessário, às recomendações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).
A elaboração dos relatórios para prestar as informações solicitadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) ao INEP.
A divulgar os relatórios e demais documentos relativos à avaliação institucional e ao SINAES em seus meios de comunicação.
A Constituição dos comitês especiais temporários, integrados por membros da comissão e especialistas, para realizarem estudos de interesse da CPA.
Ao acesso ao portal da UFPB.
Ao acesso da página da CPA no portal da UFPB.
Ao acesso das outras mídias institucionais da UFPB.
Ao acesso das outras mídias institucionais do Centro.
Ao acesso das outras mídias institucionais do Curso.
A existência do Núcleo de Projetos da CPA.
A oportunidade de submeter projetos referentes aos eixos avaliativos junto a CPA
Acesso às informações sobre os eventos da realizados pela CPA.
A contribuição das atividades desenvolvidas pela CPA, para a melhoria qualidade no ensino na UFPB.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Com o objetivo de permitir a mensuração das variáveis que compreendem o objeto de estudo do projeto, utilizou-se a escalar múltiplas escolhas de respostas em níveis de 1 a 5, constante na *Tabela 2*. Os dados foram tratados em uma planilha de Excel, utilizados modelos matemáticos de frequência absoluta e relativa.

Tabela 2– Escala de Mensuração.

<b>ESCALA NÚMERICA</b>	<b>ESCALA LINGUÍSTICA</b>
(1)	Desconheço
(2)	Ouvir falar
(3)	Baixo Conhecimento
(4)	Médio Conhecimento
(5)	Alto Conhecimento

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

### 3 Análise dos Resultados

O projeto “A Institucionalização da Comissão Própria de Avaliação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Comunicação com a Comunidade Acadêmica” norteado pelas diretrizes constantes no eixo 3 – Políticas Acadêmicas, da nota técnica nº 14/2014, emitida pelo CGACGIES/DAES/INEP/MEC, que dispõe sobre instrumento de avaliação institucional externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e, que correspondem as políticas para o ensino, pesquisa e extensão; comunicação com a sociedade e políticas de atendimento ao discente, procurou analisar a institucionalização da Comissão Própria de Avaliação (CPA), como estratégia para delinear as ações de compreensão do seu papel na universidade. Esse objetivo foi dividido em três etapas: **pesquisa bibliográfica; palestras para as turmas de ingressantes nos cursos de graduação dos Campi de Areia e Bananeiras; e, pesquisa de campo sobre as atividades da CPA no Campus III, em Bananeiras.**

#### 3.1 Pesquisa Bibliográfica

A primeira etapa foi construir um marco teórico sobre a comunicação organizacional e correlacioná-lo à temática proposta no projeto, resultando nos seguintes encaminhamentos:

- **Que a comunicação institucional da CPA/UFPB, busque criar um reconhecimento junto às demais mídias institucionais;**
- **Procurar posicionar a imagem da CPA/UFPB junto à comunidade acadêmica;**
- **Estabelecer uma comunicação efetiva para tornar professores e técnicos administrativos participantes do processo de autoavaliação institucional;**
- **Criar mecanismo de divulgação das finalidades institucionais da CPA/UFPB, junto ao corpo discente.**

O resultado aponta para diretrizes que a CPA/UFPB deve estabelecer em um plano de comunicação efetivo junto à comunidade acadêmica, apresentando-se eficazmente como agente norteadora da autoavaliação e avaliação; interagindo com os atores de coalizão

interna para assegurar uma imagem forte e relevante junto à comunidade acadêmica. Pois, a comunicação organizacional:

[...] é aquela que dentro de um sistema econômico, político, social ou cultural se dá à tarefa de resgatar a contribuição ativa de todas as pessoas que operativa e tangencialmente buscam abrir espaços para a discussão dos problemas da empresa ou instituição, esforçando-se por lograr soluções coletivas que beneficiam ao sistema e que o tornam mais produtivo (REBEIL CORELLA, 2000, p. 177).

### **3.2 Palestras para as turmas de ingressantes nos cursos de graduação dos campi de Areia e Bananeiras**

A segunda etapa do projeto compreendeu as atividades das palestras ministradas para as turmas de ingressantes nos cursos de graduação dos Campi de Areia e Bananeiras, conforme *Tabela 3*.

Tabela 3 – Demonstrativo do número de turmas envolvidas nas palestras.

<b>Períodos</b>	<b>Campus</b>	<b>Nº Turmas</b>
<b>2018.2</b>	Areia (II)	6
	Bananeiras (III)	3
<b>2019.1</b>	Areia (II)	-
	Bananeiras (III)	5

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2019.

Para a realização dos eventos foram feitos agendamentos prévios e definição dos locais, com os coordenadores dos cursos de graduação dos Campi. No Campus de Areia o evento aconteceu no Auditório Central, com a presença de todos os cursos, enquanto no Campus de Bananeiras as palestras foram realizadas por curso, utilizando as salas, as quais são ministradas as aulas.

As palestras tinham objetivo de apresentar a importância da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na UFPB, a necessidade de se compreender o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) como um processo e a importância no envolvimento das atividades. O evento foi norteado pelos seguintes tópicos:

- **Contexto histórico da Avaliação**
- **Aspectos legais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);**
- **Tipos de Avaliação;**
- **Dimensões norteadoras da avaliação e autoavaliação para as Instituições de Ensino Superior (IES);**

- **Finalidades da Comissão Própria de Avaliação (CPA);**
- **Composição da CPA – UFPB.**

Nas palestras procurou-se contextualizar o trabalho da CPA, em uma visão abrangente dentro dos processos avaliativos, partindo do princípio da busca pela melhoria do ensino, pesquisa e extensão, especialmente no âmbito da UFPB.

Nas Figuras 2, 3, 4, 5, 6 e 7 contém o registro de parte dos eventos realizados nos Campi, nos períodos letivos de 2018.2 e 2019.1.

Figura 2 – Palestra Campus II da cidade Areia/PB no período 2018.2.



Fonte: Acervo fotográfico do projeto, 2019.

Figura 3– Palestra Campus II da cidade Areia/PB no período 2018.2



Fonte: Acervo fotográfico do projeto, 2019.

Figura 4– Palestra Campus III da cidade de Bananeiras/PB no período 2018.2



Fonte: Acervo fotográfico do projeto, 2019.

Figura 5 – Palestra Campus III da cidade de Bananeiras/PB no período 2018.2



Fonte: Acervo fotográfico do projeto, 2019.

Figura 6 – Palestra Campus III da cidade de Bananeiras/PB no período 2019.1



Fonte: Acervo fotográfico do projeto, 2019.

Figura 7 – Palestra Campus III da cidade de Bananeiras/PB no período 2019.1



Fonte: Acervo fotográfico do projeto, 2019.

### **3.3 Pesquisa campo sobre as atividades da CPA**

Quanto à terceira etapa do projeto, caracterizou por uma pesquisa de campo, que resultou em duas perspectivas: dados demográficos e funcionais, além de um diagnóstico situacional sobre a percepção da comunidade acadêmica em relação as atividades desenvolvidas pela CPA/UFPB.

#### **Dados demográficos e funcionais**

Foram coletados 317 questionários que abordavam questões sobre vínculo do respondente com a instituição, seu gênero, seu tempo na instituição e a faixa etária. A seguir, na Tabela 4 são demonstradas as variáveis pré-definidas no instrumento de coleta de dados.

Os dados constantes na Tabela 4 permitiram a sistematização das informações demográficas sobre o perfil dos respondentes. Na análise da variável VÍNCULO, constata-se uma presença significativa 79,18% discentes como respondente da pesquisa, seguido de 14,20% de docentes e 6,62% de técnicos administrativos.

Tabela 4 – Análise das Variáveis Demográficas

<b>Vínculo com a UFPB</b>		<b>Gênero</b>	
Categoria	Percentual	Categoria	Percentual
Discentes	79,18%	Feminino	53,00%
Docentes	14,20%	Masculino	46,37%
Técnico Administrativo	6,62%	Outros	0,63%
<b>Tempo na instituição dos Discentes</b>		<b>Tempo na instituição dos Docentes e Técnicos Administrativos</b>	
Categoria	Percentual*	Categoria	Percentual**
1º ou 2º período	33,47%	1 ou 2 anos	13,64%
3º ou 4º período	28,29%	3 ou 4 anos	11,12%
5º ou 6º período	19,92%	5 ou 6 anos	24,24%
7º ou 8º período	12,35%	7 ou 8 anos	9,09%
9º ou 10º período	5,18%	9 ou 10 anos	7,58%
11º ou mais períodos	0,80%	11 ou mais anos	33,33%
<b>Faixa Etária</b>			
<b>Categoria</b>		<b>Percentual</b>	
17 até 23 anos		52,68%	
24 até 29 anos		19,24%	
30 até 35 anos		13,25%	
36 até 41 anos		7,26%	
Mais de 42 anos		7,57%	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019. \* percentual em relação ao total de discentes; \*\* percentual em relação ao total de servidores.

Quanto a variável GÊNERO, os dados apontam que dos respondentes dos gêneros, 53,00% se declaram pertencentes ao gênero feminino e, 46,37% ao gênero masculino. Já 0,63% se declaram Transgêneros.

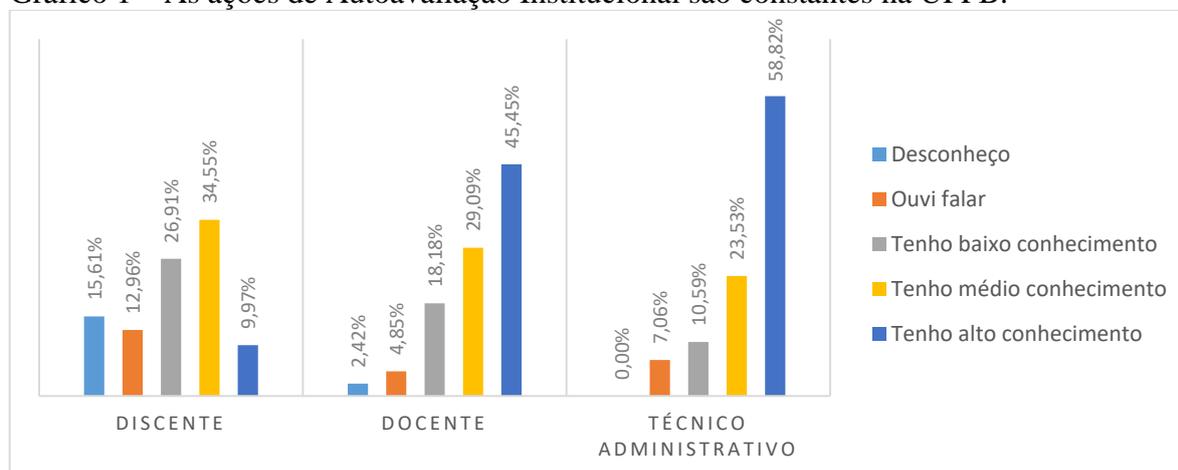
Quando se analisou a variável TEMPO NA INSTITUIÇÃO, em relação aos períodos letivos aos quais os discentes se encontravam no curso, foi possível se chegar as seguintes informações: 33,47% destes ingressaram recentemente nos respectivos cursos e estão no 1º ou 2º períodos; 28,29% indicaram que estão entre o 3º ou 4º períodos, em seguida, 19,92% afirmam que cursam o 5º ou 6º períodos; 12,35% pertencem ao 7º e 8º períodos. Quanto aos discentes dos últimos períodos, 5,18% estão no 9º ou 10º períodos; por fim, os discentes que se encontram no 11º período ou mais representam apenas 0,80%.

Em relação aos servidores do CCHSA/UFPB que participaram da pesquisa (Docentes e Técnicos Administrativos) constatou-se que 13,64% ingressaram há menos de 2 anos no serviço público; 11,12% estão no cargo há 3 ou 4 anos; 24,24% deles entre 5 e 6 anos; 9,09% até 8 anos; 7,58% entre 9 e 10 anos e; a grande maioria, 33,33%, efetivaram há 11 anos ou mais.

### 3.4 Diagnóstico situacional

No *Gráfico 1*, contém os resultados da percepção dos respondentes em relação às ações da autoavaliação desenvolvida pela CPA no âmbito da UFPB, segmentado por categoria.

Gráfico 1 – As ações de Autoavaliação Institucional são constantes na UFPB.

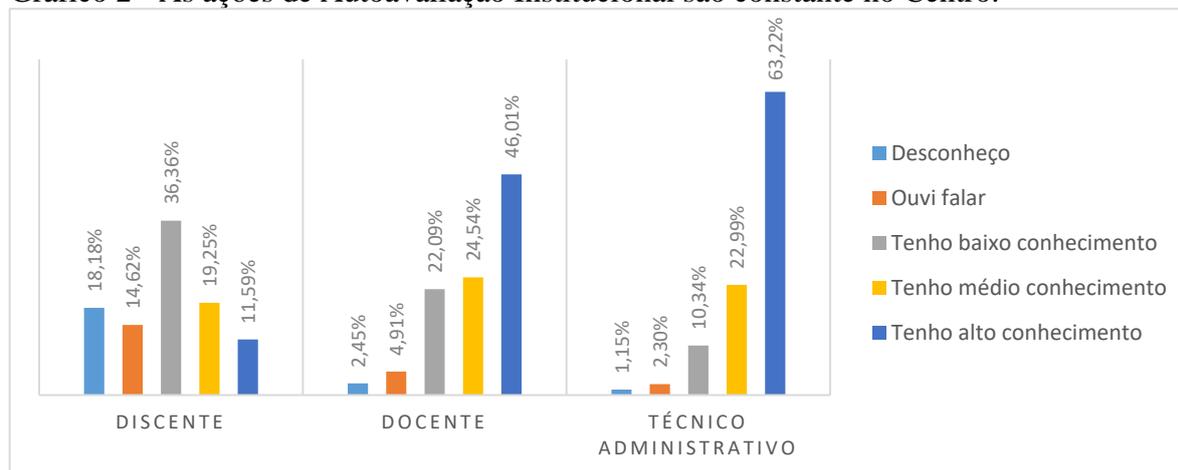


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Analisando o *Gráfico 1*, que trata da questão “*As ações de Autoavaliação Institucional são constantes na UFPB*”, observa-se no seguimento DISCENTE que 55,48% dos respondentes têm um nível muito baixo de conhecimento sobre as ações de autoavaliação promovida pela CPA/UFPB. Isso é bastante preocupante, pois esse segmento é o que mais depende dos serviços da instituição e, em desconhecendo estes mecanismos de autoavaliação institucional não poderão dar um feedback adequado sobre as suas expectativas/necessidades e, como não sabem da dinâmica de seus processos não geram expectativas positivas, como também, não auditam as ações corretivas de possíveis erros. Já nos seguimentos DOCENTE e TÉCNICO ADMINISTRATIVO é possível notar que 74,55% e 82,35% têm conhecimento de mediano a alto de tais ações e de sua continuidade, respectivamente. Apesar de representar uma parcela significativa nestes seguimentos, evidencia-se necessária uma maior divulgação das campanhas de autoavaliação e de seus resultados para toda à comunidade acadêmica.

No *Gráfico 2*, são visualizados os resultados em que se buscou identificar o grau de conhecimento da comunidade acadêmica sobre as ações de autoavaliação institucional e sua respectiva constância, desenvolvidas pela CPA/UFPB, focadas no Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA).

Gráfico 2 - As ações de Autoavaliação Institucional são constante no Centro.

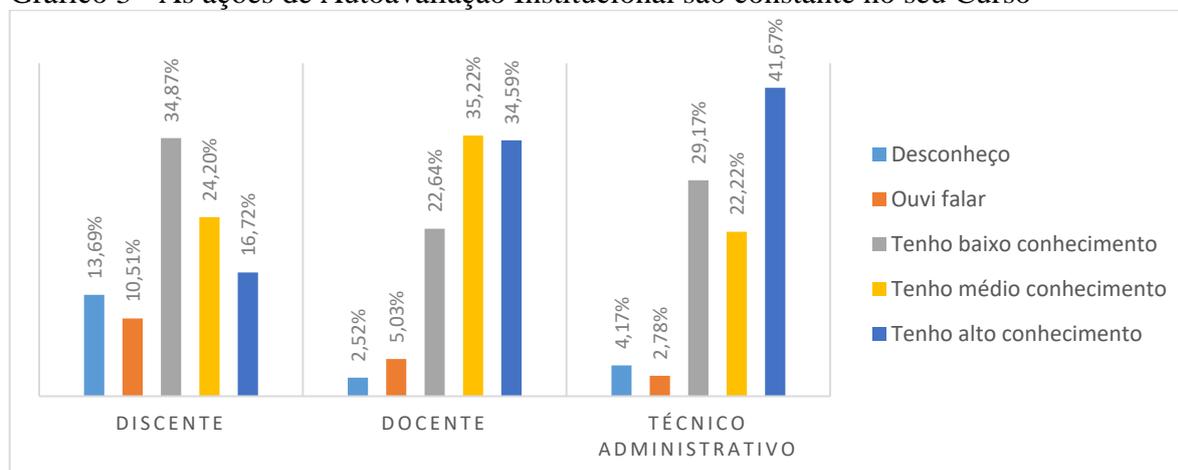


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Na análise do *Gráfico 2*, ficou evidente que no seguimento DISCENTE, 69,16% dos respondentes da pesquisa desconhecem as ações de autoavaliação institucional focadas para o Centro de Ensino. Já no seguimento DOCENTE, 70,55% apresentam conhecimento significativo sobre tais ações e, seguindo essa tendência, 86,21% do seguimento TÉCNICO ADMINISTRATIVO, também apresentam tal conhecimento.

O *Gráfico 3*, apresenta os resultados sobre a percepção da comunidade acadêmica sobre as ações de autoavaliação institucional voltada aos cursos de graduação nos quais tais agentes estão diretamente envolvidos.

Gráfico 3 - As ações de Autoavaliação Institucional são constante no seu Curso

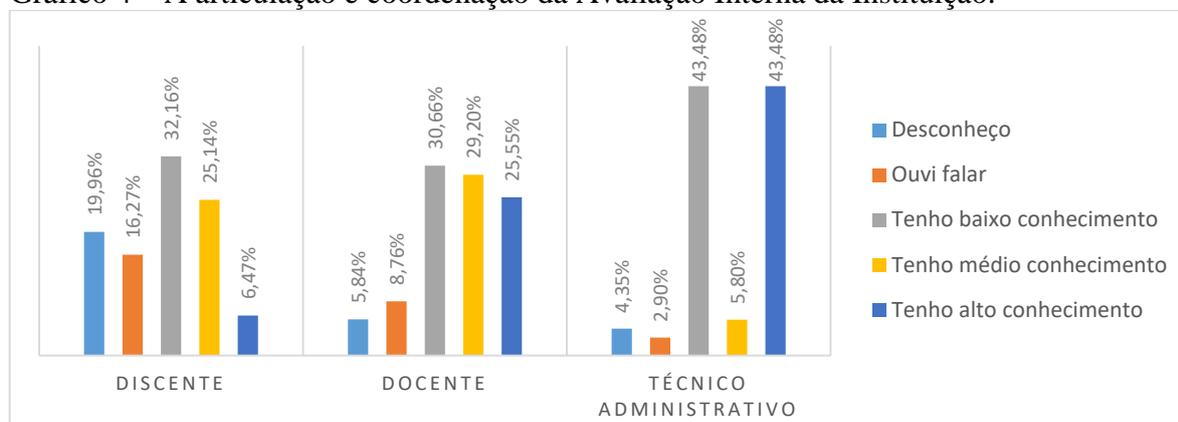


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

No *Gráfico 3*, ficou evidenciado que no seguimento DISCENTE, 58,09% desconhecem as ações de autoavaliação promovida pelo CPA/UFPB com foco nos cursos de graduação e, mais especificamente naquele ao qual o discente pertence. Já os seguimentos DOCENTE e TÉCNICO ADMINISTRATIVO apresentam, respectivamente, os percentuais de 69,81% e 63,89% referentes ao bom conhecimento de tais ações avaliativas.

No *Gráfico 4*, são apresentados os resultados em que se buscou identificar o grau de conhecimento da comunidade acadêmica sobre a “*A articulação e coordenação da Avaliação Interna da Instituição*”.

Gráfico 4 – A articulação e coordenação da Avaliação Interna da Instituição.

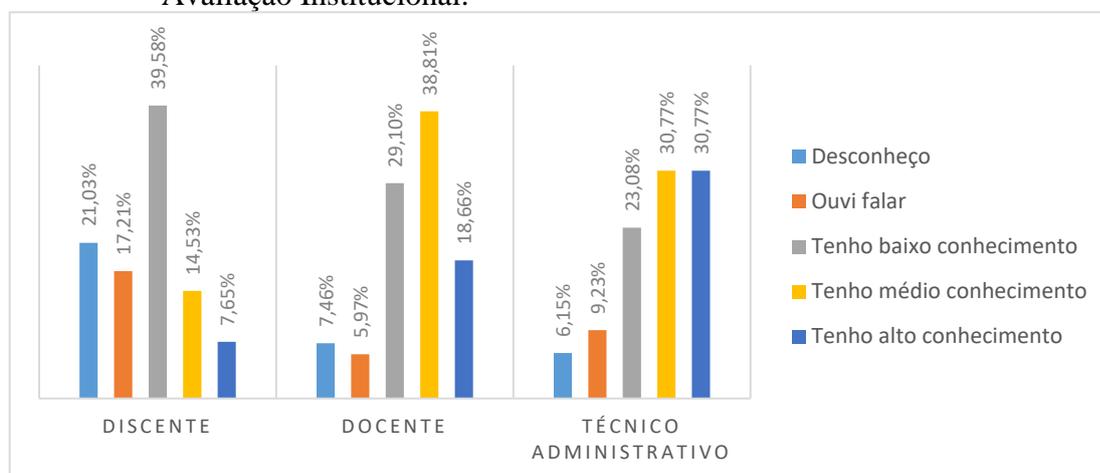


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Neste quesito buscou-se identificar qual o nível de entendimento dos seguimentos da comunidade acadêmica sobre as atividades desenvolvidas pela CPA/UFPB quando se trata da articulação e da coordenação das avaliações internas na instituição, sendo obtidos os seguintes resultados: para os seguimentos DISCENTE e TÉCNICO ADMINISTRATIVOS: 68,39% e 50,72%, respectivamente, afirmam desconhecer a responsabilidade da CPA/UFPB na articulação dos processos avaliativos. Apenas o seguimento DOCENTE apresentou uma pequena maioria de 54,74% que afirmaram reconhecer a CPA/UFPB como principal agente interno na articulação das avaliações institucionais. Estes resultados apontam a necessidade de um melhor esclarecimento a respeito das funções da CPA/UFPB, bem como de sua responsabilidade sobre as avaliações e autoavaliações institucionais.

No *Gráfico 5*, contém os resultados da questão “A elaboração, coordenação e acompanhamento da execução do Programa de Avaliação Institucional” em que se identificou a percepção dos docentes, discentes e técnicos administrativos sobre questão proposta.

Gráfico 5 – A elaboração, coordenação e acompanhamento da execução do Programa de Avaliação Institucional.



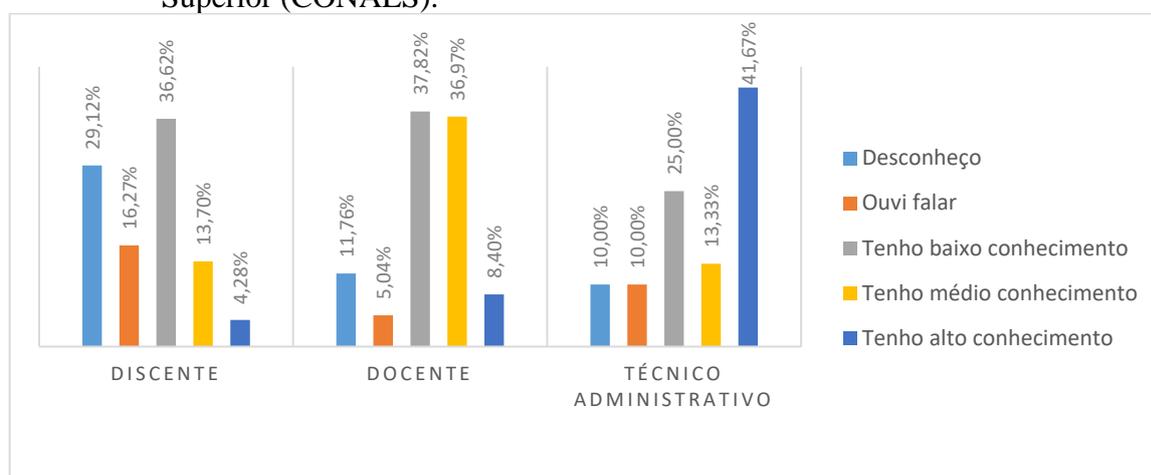
Fonte: dados da pesquisa, 2019.

No que se refere ao conhecimento da comunidade acadêmica sobre a atribuição da CPA/UFPB em relação à elaboração, coordenação e acompanhamento da execução do programa de avaliação institucional, o seguimento DISCENTE apresentou uma parcela significativa, correspondente a 77,82% dos seus respondentes que desconhecem tal atribuição legada a CPA/UFPB. Na contramão, os seguimentos DOCENTE e TÉCNICO

ADMINISTRATIVO apresentam que 57,46% e 61,54%, respectivamente, têm consciência das atribuições da CPA/UFPB, neste quesito.

No *Gráfico 6*, são apresentados os resultados sobre o questionamento “A adequação dos procedimentos do Programa de Avaliação Institucional quando necessário, às recomendações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES)”, em que se buscou compreender a percepção da comunidade acadêmica sobre esta ótica.

Gráfico 6 – A adequação dos procedimentos do Programa de Avaliação Institucional quando necessário, às recomendações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).



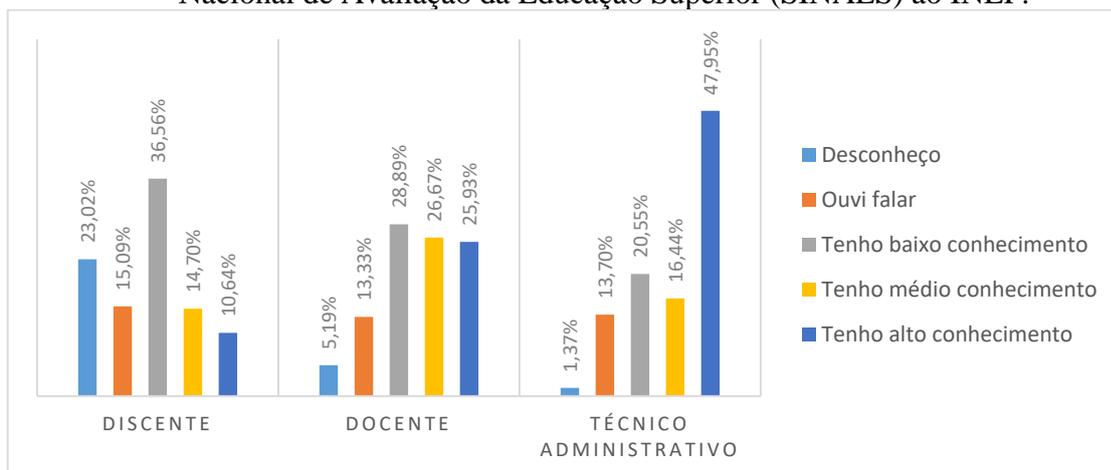
Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Nesta questão buscou-se identificar qual o nível de conhecimento da comunidade acadêmica a respeito que a CPA e sua responsabilidade pela adequação dos procedimentos do programa de avaliação institucional quando necessário, às recomendações da educação superior (CONAES). Dentro desta concepção foi possível obter os seguintes resultados: nos seguimentos DISCENTE e DOCENTE, 82,01% e 54, 62%, respectivamente, desconhecem que essa atribuição é de dever da CPA. Já o seguimento TÉCNICO ADMINISTRATIVO mostrou que 55,00% dos seus respondentes compreendem que de responsabilidade da CPA/UFPB promover tais adequações quando necessárias.

No *Gráfico 7*, são dispostos os resultados em que se buscou identificar dos docentes, discentes e técnicos administrativos com relação ao conhecimento sobre “A elaboração dos relatórios para prestar as informações solicitadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) ao INEP”.

Gráfico 7 – A elaboração dos relatórios para prestar as informações solicitadas pelo Sistema

## Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) ao INEP.

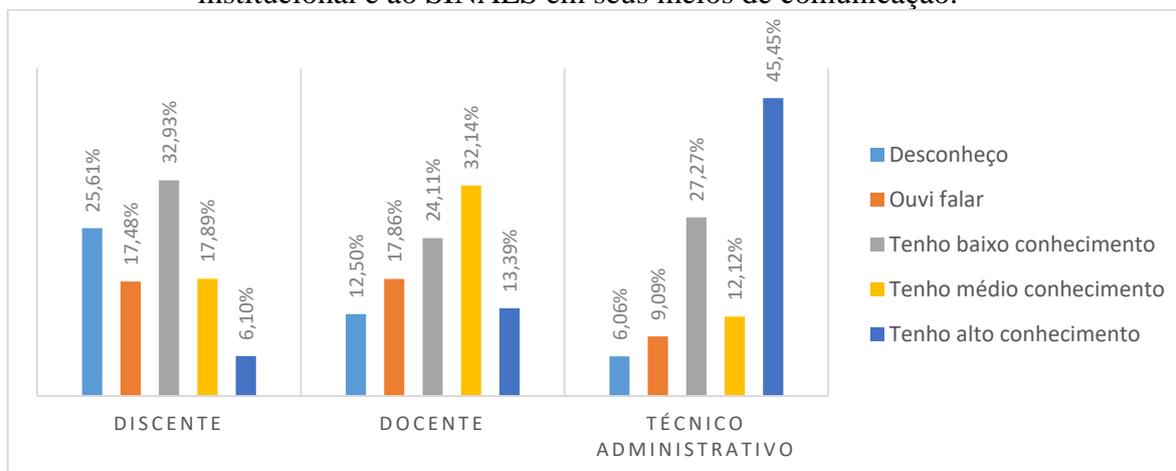


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Tendo em visto que no processo de Autoavaliação Interna a CPA/UFPB tem por obrigação de gerar relatórios para serem disponibilizados quando da visita dos avaliadores externos, constou-se que no seguimento DISCENTE 74,66% apontam desconhecer esses relatórios e, inclusive, seu processo formativo. Nos seguimentos DOCENTE e TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 52,59% e 64,38%, respectivamente, afirmam ter conhecimento sobre a responsabilidade da CPA/UFPB de gerar relatórios institucionais das autoavaliações.

No *Gráfico 8*, consta os resultados da percepção dos docentes, discentes e técnicos administrativos, sobre a ação de divulgação dos relatórios e demais documentos relativos à avaliação institucional e ao SINAES em seus meios de comunicação.

Gráfico 8 – A Divulgação os relatórios e demais documentos relativos à avaliação institucional e ao SINAES em seus meios de comunicação.

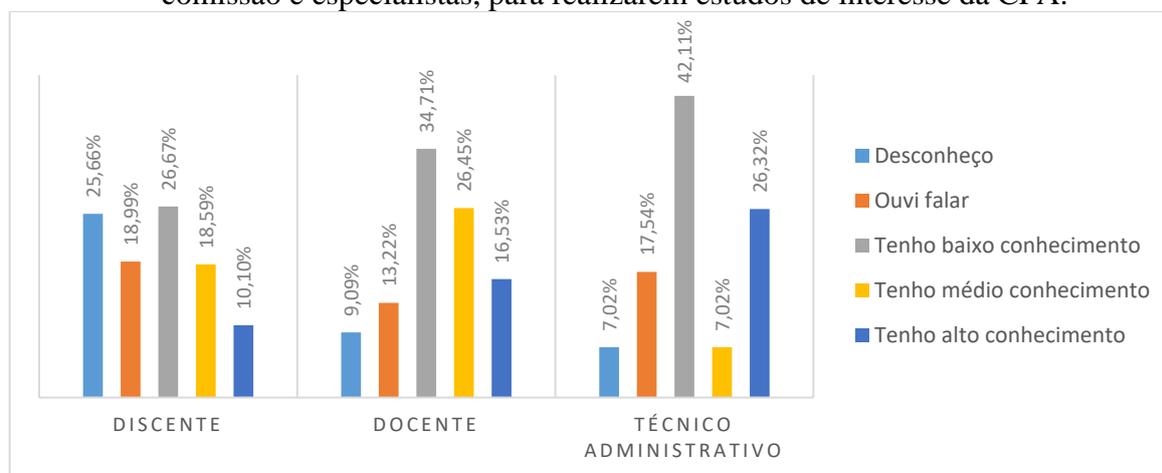


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Na concepção de que a CPA/UFPB tem o dever de divulgar os relatórios e os demais documentos relativos à avaliação institucional e ao SINAES em seus meios de comunicação, o devido estudo buscou-se compreender o nível de conhecimento que a comunidade acadêmica tem em relação a esta ação. Assim foi possível obter os seguintes resultados: 76,02% dos DICENTES e 54,46% dos DOCENTES não sabiam que a CPA/UFPB disponibilizava os relatórios de suas avaliações. O seguimento TÉCNICO ADMINISTRATIVO expressou que 57,58% dos seus respondentes estão cientes da divulgação, pela CPA/UFPB, dos relatórios parciais e/ou finais de suas ações nos meios de comunicação da UFPB.

No *Gráfico 9*, são demonstrados os resultados em que se buscou identificar o grau de conhecimento dos docentes, discentes e técnicos administrativos sobre “A Constituição dos comitês especiais temporários, integrados por membros da comissão e especialistas, para realizarem estudos de interesse da CPA”

**Gráfico 9 – A Constituição dos comitês especiais temporários, integrados por membros da comissão e especialistas, para realizarem estudos de interesse da CPA.**

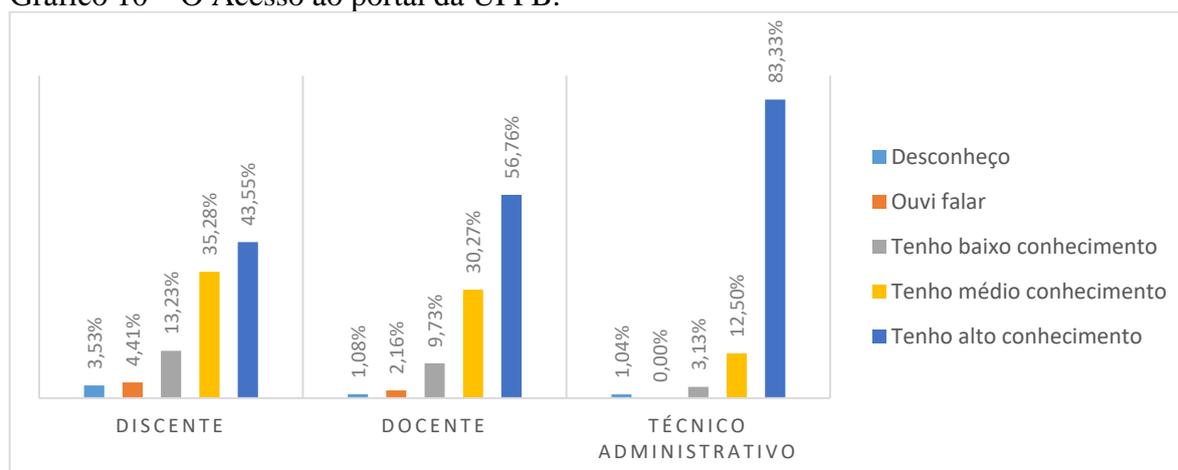


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

No que refere ao conhecimento da comunidade acadêmica sobre a constituição dos comitês especiais temporários, integrados por membros da comissão e especialistas, para realizarem estudos de interesse da CPA/UFPB, foram obtidos os seguintes resultados. Todos os três seguimentos afirmaram desconhecer essa função da CPA/UFPB. Proporcionalmente, no seguimento DISCENTE, 73,31%; no DOCENTE, 57,02% e, por fim, o seguimento TÉCNICO ADMINISTRATIVO com 66,67% dos seus respondentes.

No *Gráfico 10*, são apresentados os resultados obtidos sobre a percepção dos docentes, discentes e técnicos administrativos, sobre o acesso ao portal da UFPB.

Gráfico 10 – O Acesso ao portal da UFPB.

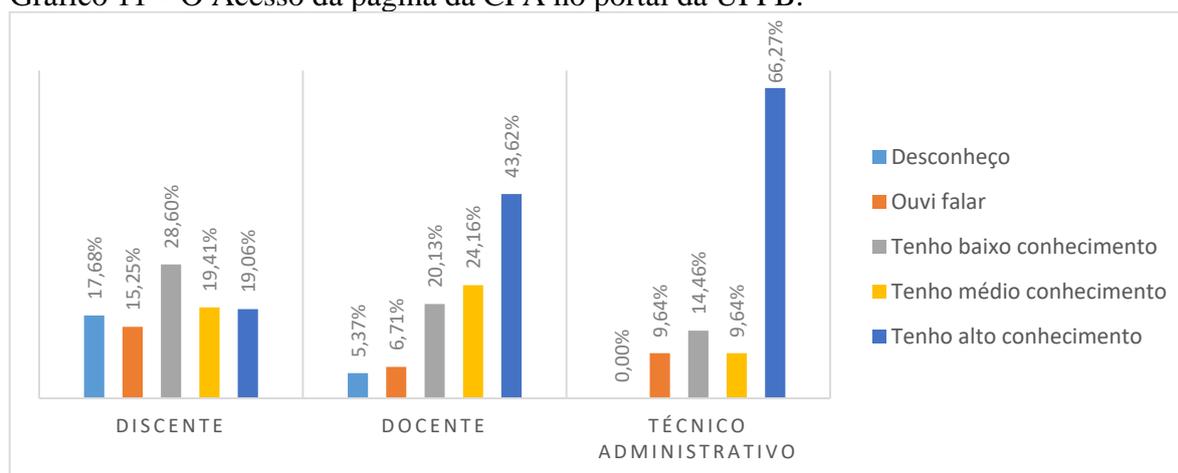


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Ao serem questionados sobre o acesso ao portal WEB da UFPB todos os seguimentos da comunidade acadêmica apresentaram bons resultados. No seguimento DISCENTE, 78,83%; no DOCENTE, 87,03% e, no seguimento TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 95,83% afirmam apresentar um bom conhecimento sobre o portal WEB da UFPB.

O Gráfico 11, traz os resultados da questão referente ao acesso da página da CPA no portal WEB da UFPB, apontando a percepção dos seguimentos da comunidade acadêmica.

Gráfico 11 – O Acesso da página da CPA no portal da UFPB.



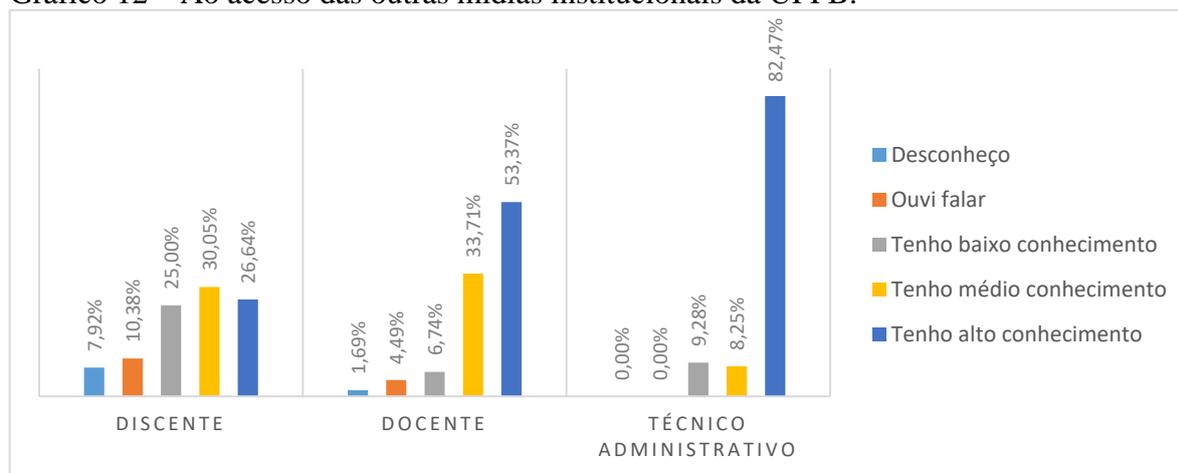
Fonte: dados da pesquisa, 2019.

As respostas contidas no Gráfico 11, referente ao acesso à página da CPA no portal da UFPB, apresentam os seguintes resultados: no seguimento DISCENTE, 61,53%

dos respondentes desconhecem a página da CPA/UFPB. Nos seguimentos DOCENTE e TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 67,79% e 75,90%, respectivamente, indicaram que conhecem a página da CPA no portal WEB da UFPB.

No *Gráfico 12*, são visualizados os resultados da questão referente “Ao acesso das outras mídias institucionais da UFPB” na percepção os docentes, discentes e técnicos administrativos.

Gráfico 12 – Ao acesso das outras mídias institucionais da UFPB.

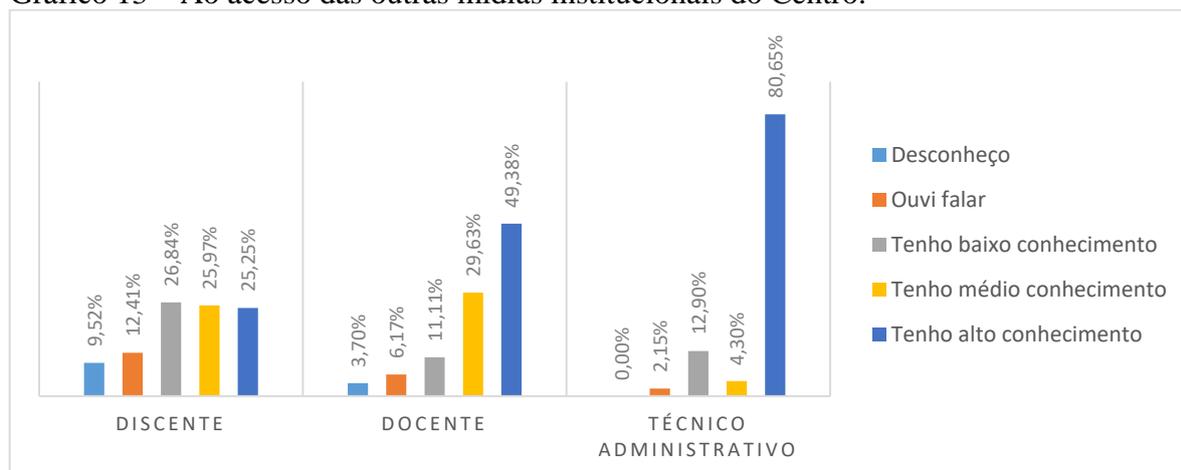


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Ao analisar as informações obtidas da comunidade acadêmica sobre o acesso a outras mídias institucionais da UFPB, obtiveram-se os seguintes resultados. Todos os seguimentos apresentaram bom desempenho em relação ao acesso aos diversos mecanismos institucionais de comunicação. No seguimento DISCENTE, 56,69%, no DOCENTE, 87,08% e; por fim no seguimento TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 90,72% dos respondentes afirmaram ter conhecimentos entre médio a alto sobre os meios de acesso a outras mídias institucionais.

No *Gráfico 13*, são encontrados os resultados identificados na pesquisa sobre o grau de conhecimento dos docentes, discentes e técnicos administrativos sobre o acesso à outras mídias institucionais do CCHSA/UFPB.

Gráfico 13 – Ao acesso das outras mídias institucionais do Centro.

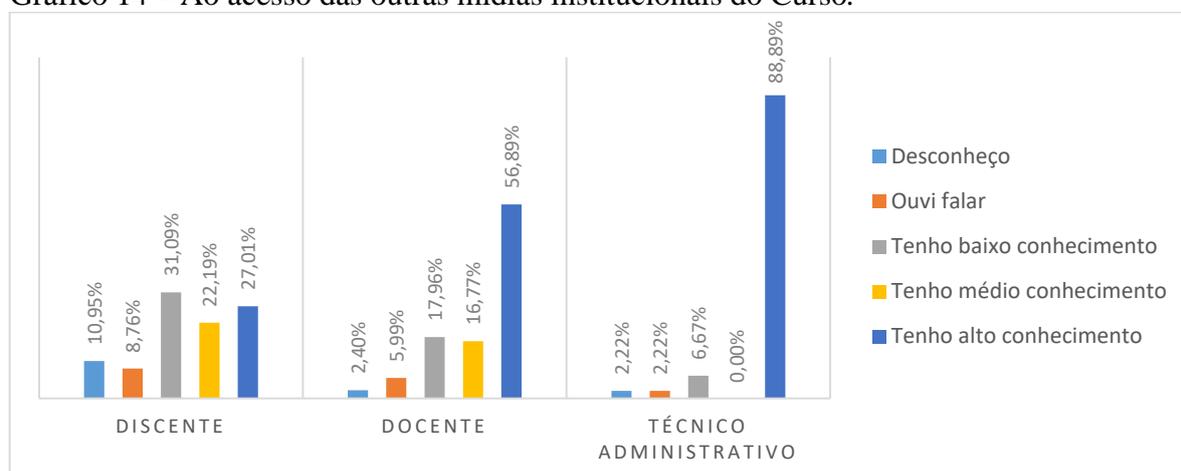


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Na verificação dos dados da pesquisa foi encontrado qual o nível de conhecimento da comunidade acadêmica sobre o acesso das outras mídias institucionais produzidas ou disponibilizadas pelo Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Seguindo a tendência do quesito anterior, todos os seguimentos da comunidade acadêmica apresentaram facilidade no acesso às mídias institucionais do CCHSA/UFPB. No seguimento DISCENTE, 51,23%; no DOCENTE, 79,01% e; no seguimento TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 84,95% afirmaram ter conhecimento entre médio a alto sobre o acesso a tais mídias institucionais.

No *Gráfico 14*, são demonstrados os resultados da verificação sobre a percepção dos docentes, discentes e técnicos referente “Ao acesso das outras mídias institucionais do Curso”.

Gráfico 14 – Ao acesso das outras mídias institucionais do Curso.



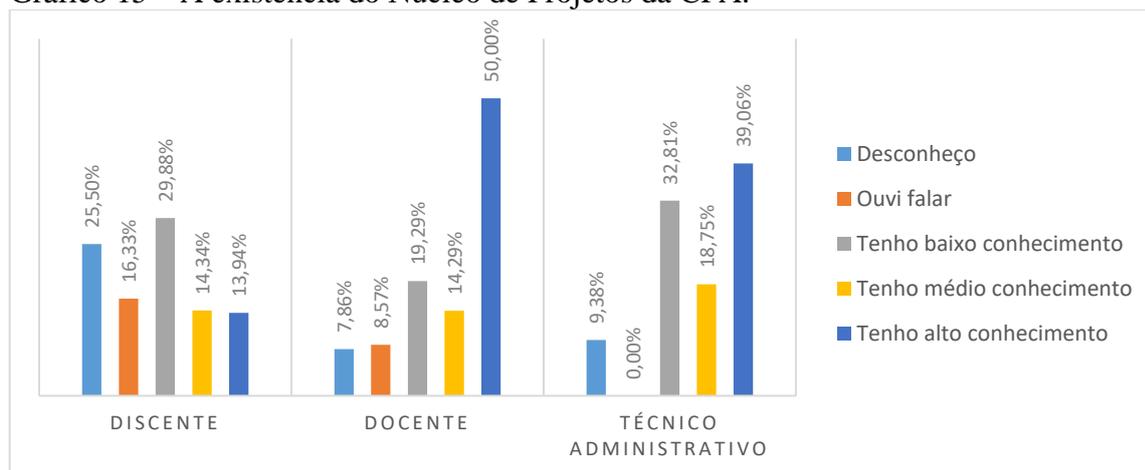
Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Ao analisar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre o acesso a outras mídias institucionais referentes ao curso de graduação ao qual pertencem, foram apresentados os seguintes resultados.

No seguimento DISCENTE, 50,80% dos respondentes afirmam desconhecer os meios de acesso a tais informações. Já os seguimentos DOCENTE e TÉCNICO ADMINISTRATIVO afirmam que 73,65% e 88,89% dos seus respondentes, respectivamente, têm bons conhecimentos sobre os meios para acessar tais mídias.

O resultado da questão que trata do nível conhecimento sobre existência do Núcleo de Projetos da CPA é apresentado no *Gráfico 15*, no qual foram pesquisados docentes, discentes e técnicos administrativos da comunidade acadêmica do CCHSA/UFPB.

Gráfico 15 – A existência do Núcleo de Projetos da CPA.



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

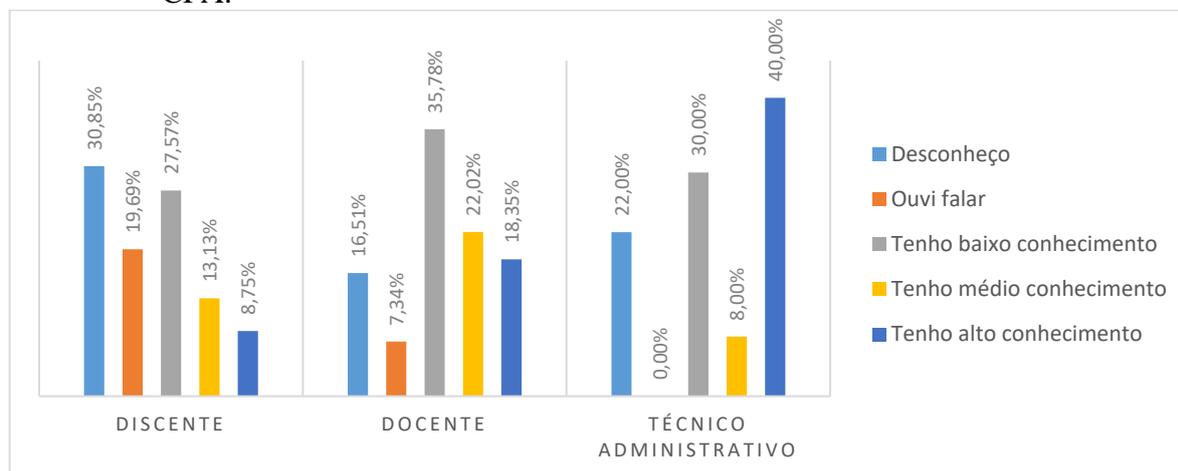
Ao serem indagados sobre a existência do núcleo de projetos da CPA, os seguimentos da comunidade acadêmica apresentaram os seguintes resultados:

No seguimento DISCENTE, 71,71% afirmam desconhecer a existência do núcleo. Nos seguimentos referentes aos servidores, DOCENTE e TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 64,29% e 57,81%, respectivamente, afirmam se enquadrar no intervalo de médio a alto conhecimento sobre tal núcleo de projetos.

O *Gráfico 16*, apresenta os resultados sobre a oportunidade de submeter projetos referentes aos eixos avaliativos junto ao Núcleo de Projetos da CPA/UFPB, nela os discentes,

docentes e técnicos administrativos expressaram o seu nível de conhecimento, conforme consta abaixo.

Gráfico 16 – A oportunidade de submeter projetos referentes aos eixos avaliativos junto a CPA.

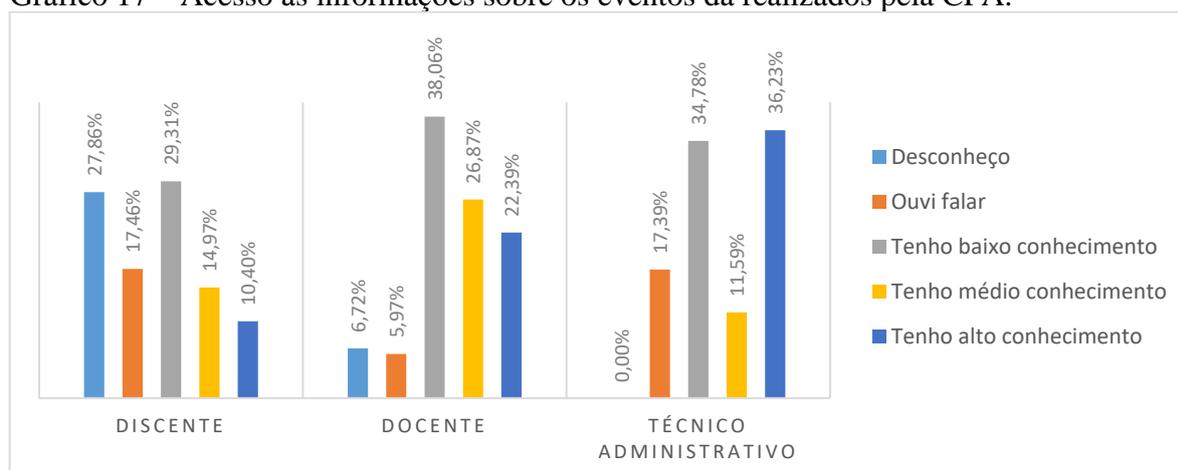


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

As respostas sobre a oportunidade de submeter projetos referentes aos eixos avaliativos junto a CPA/UFPB mostram que todos os três segmentos da comunidade acadêmica possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre os editais para a submissão de projetos junto a CPA/UFPB. Os seguimentos DISCENTE, DOCENTE e TÉCNICOS ADMINISTRATIVO apresentaram os seguintes percentuais, 78,12%, 59,63% e 52,00%, respectivamente.

O Gráfico 17, representa os resultados em que se buscou entender se os docentes, discentes e técnicos administrativos tinham conhecimento sobre o acesso às informações sobre os eventos da realizados pela CPA/UFPB.

Gráfico 17 – Acesso às informações sobre os eventos da realizados pela CPA.

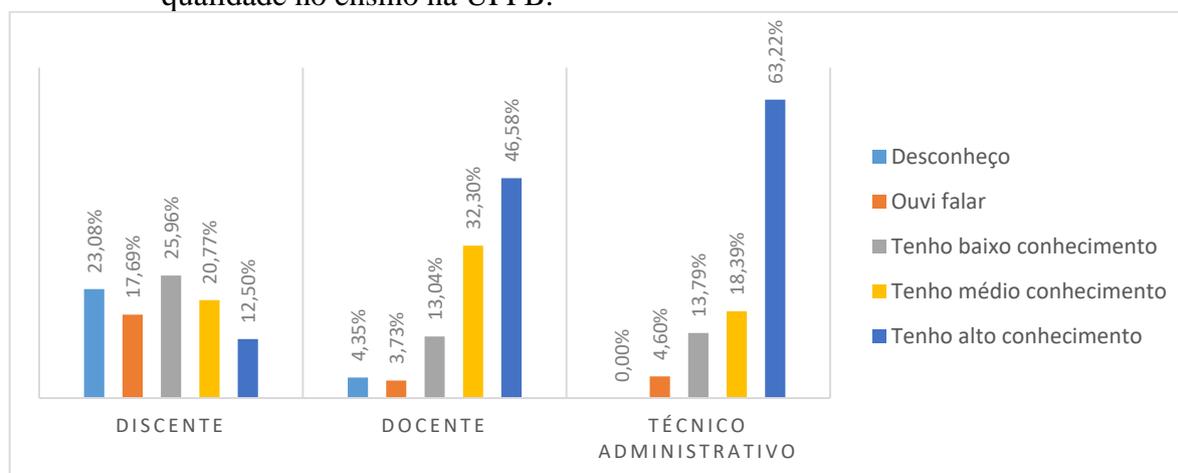


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Quanto ao acesso às informações sobre os eventos da realizados pela CPA/UFPB, acompanhado a tendência do quesito anterior, todos os três setores da comunidade acadêmica apresentaram resultados que indicam que grande maioria dos respondentes desconhecem essas informações. No seguimento DISCENTE, 74,64%; no DOCENTE, 50,75% e; no seguimento TÉCNICO ADMINISTRATIVO 52,17% afirmaram que têm pouco ou nenhum conhecimento da divulgação de tais eventos.

O Gráfico 18, representa os resultados em que se buscou entender se a comunidade acadêmica tinha conhecimento sobre a contribuição das atividades desenvolvidas pela CPA, para a melhoria qualidade no ensino na UFPB.

Gráfico 18 – A contribuição das atividades desenvolvidas pela CPA, para a melhoria da qualidade no ensino na UFPB.



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

O seguimento DISCENTE apresentou 66,73% dos seus respondentes com um total desconhecimento sobre o impacto que as ações da CPA/UFPB tiveram sobre a melhoria da qualidade de ensino nos cursos de graduação aos quais estes pertenciam. Já nos seguimentos DOCENTE e TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 78,88% e 81,61%, respectivamente, indicaram ciência sobre tais impactos significativos daquelas ações sobre o ensino nos cursos de graduação no Campus.

#### **4 Considerações**

Ações desenvolvidas no âmbito do projeto “A institucionalização da comissão própria de avaliação na UFPB e a comunicação com a comunidade acadêmica”, apontou para a necessidade da adoção, por parte Comissão Própria de Avaliação (CPA), de uma filosofia da comunicação integrada em relação aos objetivos que se pretendem estabelecer com os membros da comunidade acadêmica.

A compreensão da importância da comunicação organizacional é essencial no contexto da CPA, pois, o seu significado permite implementar um plano de comunicação que supere as expectativas dos envolvidos, tomando como base a participação dos atores institucionais no direcionamento das estratégias comunicativas.

Sabe-se que a geração de práticas comunicativas organizacionais deve ser resultado de um processo institucional integrativo que forneça uma visão geral da universidade e reconheça o significado da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na sua função particular da promover a autoavaliação do ambiente acadêmico,

## **2.3 PROJETO III - ENSINO JURÍDICO NA UFPB**

**Coordenadoras:** Prof<sup>a</sup> Dra. Marcia Glebyane Maciel Quirino

Prof<sup>a</sup> Dr. Raquel Moraes de Lima

**Bolsista:** Daniel Kennedy Santana Lustosa

### **1 Introdução**

Este projeto, intitulado "Ensino Jurídico na UFPB" e coordenado pelas professoras doutoras Marcia Glebyane Maciel Quirino e Raquel Moraes de Lima, faz parte do programa do Núcleo de Projetos da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), estruturado com base nas políticas de avaliação institucional propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que visa assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O referido projeto tem como objetivo principal elaborar instrumentos de pesquisa que possam servir para coletar dados para os processos de avaliação interna da UFPB, abarcando o eixo 3 da Nota Técnica 14/2014 CGACGIES/DAES/INEP/MEC, que contempla questões pertinentes às políticas para o ensino, pesquisa e extensão; comunicação com a sociedade e políticas de atendimento ao discente.

Nas últimas décadas, o ensino superior vem passando por um processo de expansão mundial, fomentado pelas reestruturações produtivas da vida contemporânea. Particularmente no Brasil, a grande expansão teve início no final do século XX e começo do século XXI, tanto no ensino superior público como no privado. Em 1995, quando o Censo da Educação Superior passou a ser realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o número total de matrículas (presenciais e a distância) era de 1.759.703. Em 2018, esse número chegou a 8.45 milhões, representando um aumento de cerca de 480% em pouco mais de duas décadas.

A explosão de matrículas que ocorreu nas universidades trouxe, também, a necessidade de implementação de novos processos de avaliação. Na década de 1990, o modelo de avaliação foi estruturado para responder às expectativas de eficiência e produtividade no ensino superior. Por sua vez, os anos 2000 trouxeram novas propostas de avaliação voltadas para uma dimensão mais global e integrativa das instituições, com o

intuito de fornecer subsídios para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade, eficiência e fortalecimento do ensino superior (DIAS; Horiguela; Marchelli; 2006; Batista; Paula; Oliveira, Almeida, 2013).

Especificamente em relação aos cursos de graduação em Direito, a necessidade de investigar a satisfação acadêmica dos discentes se mostra reforçada pelos últimos índices divulgados pelo INEP. De acordo com o instituto, das 2.066 universidades, faculdades e centros universitários existentes no Brasil no ano de 2018, apenas 35 (1,6%) conseguiram atingir o conceito máximo (nota 5) do Índice Geral de Cursos. Ademais, 278 instituições (13,45%) ficaram com conceito abaixo do limite de qualidade estabelecido pelo SINAES.

Dentre os diversos fatores que influenciam a qualidade do ensino no contexto educacional, a satisfação discente com a experiência acadêmica tem sido diretamente relacionada com o processo de ensino/aprendizagem, uma vez que as satisfações e insatisfações dos estudantes expõem as convergências e divergências entre as expectativas construídas pelos indivíduos e aquilo que realmente é ofertado pelas instituições. O desequilíbrio entre as expectativas dos estudantes e a vivência institucional pode influenciar na qualidade da formação discente, resultando em diminuição no processo de integração com a vida universitária, insucesso profissional e abandono do curso. Sendo assim, investigar a satisfação com a experiência acadêmica parece ser útil para o estabelecimento dos procedimentos de gestão, planejamento dos cursos e das estratégias de intervenção, no sentido de promover ações que possam conduzir à promoção de melhorias institucionais (Schleich; Polydoro; Santos, 2006; Finelli; Alckmin; SENA, 2017; Silva; Rocha; Finelli, 2015).

Nesse sentido, diversos instrumentos têm sido empregados na avaliação da satisfação acadêmica. Tomando por base modelos genéricos de avaliação de qualidade de serviços em diferentes contextos, Firdaus (2005) propôs uma medida de satisfação com a qualidade dos serviços educacionais no ensino superior denominada HEdPERF (medida de satisfação de clientes no ensino superior). Segundo Brito (2017), que realizou um estudo específico acerca dos principais atributos para avaliar a qualidade dos serviços educacionais, a escala HEdPERF permite uma adequada mensuração dos atributos e dimensões que compõem a avaliação da qualidade no ambiente educacional, podendo ser adaptada para pesquisar diferentes contextos educativos de acordo com os interesses institucionais.

O modelo HEdPERF indica que há seis aspectos determinantes na análise da problemática da qualidade de serviço: (1) **aspectos não acadêmicos** (este fator contém variáveis que são essenciais para permitir aos estudantes cumprir as obrigações de estudo e

as relações entre deveres e responsabilidade do pessoal não acadêmico); (2) **aspectos acadêmicos** (este fator representa as responsabilidades de comunicação, possibilitando discussões suficientes e estando apto a fornecer uma avaliação regular); (3) **reputação** (este fator é obtido com itens que sugerem a importância das IES em projetar uma imagem profissional); (4) **acesso** (este fator consiste de itens que relacionam questões como proximidade, facilidade de contato, viabilidade e conveniência); (5) **conteúdos programáticos** (este fator enfatiza a importância de oferecer uma gama extensiva e respeitável de programas/especializações acadêmicas com estrutura e conteúdos flexíveis); (6) **compreensão** (envolve itens relacionados com a compreensão das necessidades específicas dos estudantes em termos de aconselhamentos e informação).

A fim de obter informações que possam auxiliar na implementação de estratégias voltadas para o aperfeiçoamento do processo educacional na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o presente projeto investigou a satisfação com a experiência acadêmica de estudantes do curso de Direito do Campus I, através da identificação dos fatores percebidos como geradores de satisfação e insatisfação. Espera-se contribuir, também, com os docentes e a coordenação do curso nos esforços para a busca de mais efetividade no ambiente institucional.

## **2 Procedimentos Metodológicos**

A presente pesquisa consistiu em uma investigação qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, através de um levantamento de campo, realizado no semestre letivo 2019.1, por meio da aplicação de questionários baseados no método de avaliação de ensino HEdPERF (FIRDAUS, 2005).

Participaram do estudo 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) discentes do curso de graduação em Direito da UFPB, Campus I, localizado na cidade de João Pessoa, sendo 248 (56%) alunos matriculados no turno da manhã e 196 (44%) no turno da noite, distribuídos entre o 1º e o 9º períodos. Os discentes apresentaram idade média de 23 anos ( $DP = 6,5$ ), variando entre 17 e 66 anos, sendo 49,3% do sexo masculino, 49,8% do sexo feminino e 0,9% não declarantes.

O instrumento de coleta de dados foi composto por dois blocos. O primeiro com perguntas sobre as características pessoais dos estudantes, tais como gênero, estado civil, idade, semestre que estava matriculado, se trabalhava, dentre outros aspectos. O segundo bloco foi constituído por questões desenvolvidas a partir do modelo de Firdaus (2005),

englobando suas seis dimensões. No total, o instrumento de pesquisa (questionário) foi disposto em 48 itens, dentre os quais 35 estão ligadas e aplicadas direta e especificamente ao modelo e 13 referem-se a dados descritivos das características gerais dos respondentes. Ademais, cumpre-se elencar que as questões deveriam ser respondidas de acordo com a escala do tipo *Likert*, com pontuações variando de 1 (insatisfeito) a 5 (muito satisfeito).

A coleta de dados foi realizada coletivamente, em ambiente de sala de aula, em horário cedido pelos professores, tendo os discentes utilizado aproximadamente 12 minutos para responder às questões.

### 3 Análise dos Dados, Resultados e Discussão

Neste estudo, os dados obtidos foram analisados por meio dos testes de *Kolmogorov-Sminov* e *Shapiro Wilk* de normalidade, o de *Kendall's* e *Sperman's*, além de fazer uso da estatística da *Anova* de uma via e da análise multivariada, utilizando-se do programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 23, que dispõe, dentre outras ferramentas, de interface integrada para executar estatísticas descritivas, regressão, estatísticas avançadas, comparações entre dados cruzados, confiabilidade na mensuração, bem como de tomada de decisão em relação aos resultados obtidos (IBM SPSS STATISTICS, 2019).

Os 444 questionários coletados foram subdivididos em três categorias em consonância com o trajeto para conclusão da graduação: início (1° ao 3° período); meio (4° ao 6° período); e final (7° ao 9° período), conforme tabela a seguir:

		Questionários Respondidos	Porcentagem	Percentual Cumulativo
Grupos	1	152	34,2	34,2
	2	146	32,9	67,1
	3	146	32,9	100,0
	Total	444	100,0	

No que se refere aos dados descritivos da amostra, pode-se afirmar que, dentre os respondentes, foi evidenciada uma maior concentração de alunos matriculados no período

matutino (56%), com preponderância no 3º período do curso (15,5%). A maioria é oriunda da capital (62,4%), possui renda familiar acima de 4 salários mínimos (67%), participa ou participou de algum programa institucional (55,2%), tais como pesquisa, monitoria e extensão. Ademais, 57,7% não fez (ou não faz) estágio extra-curricular, 88,1% não recebe auxílio da instituição, 67,7% não foi discente de outra graduação, 84,7% almeja fazer pós-graduação, 68,5% não trabalha, 86,4% frequenta mais de um espaço da universidade, tais como bibliotecas, diretório acadêmico e lanchonetes.

No que tange às dimensões de satisfação acadêmica, as assertivas foram agrupadas, de acordo com o modelo proposto por Firdaus (2005), da seguinte maneira:

<b>DISPOSIÇÃO DOS ITENS CONFORME DIMENSÕES DO MODELO HEdPERF (FIRDAUS, 2005)</b>	
<b>DIMENSÕES</b>	<b>ITENS</b>
ASPECTOS ACADÊMICOS	1, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 24, 25
ASPECTOS NÃO ACADÊMICOS	28, 29, 31, 32
REPUTAÇÃO	4, 5, 6, 33
ACESSO	12, 15, 16, 17, 18, 26, 30
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	2, 3, 13, 21, 22, 23, 27, 34, 35,
COMPREENSÃO	19, 20

Através do teste de comparação entre médias, verificou-se que os discentes demonstram menos satisfação com as dimensões *acesso* e *conteúdo* do que, por exemplo, com a *reputação*, conforme tabela a seguir:

<b>Dimensões</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Acesso	3,07	,643
Conteúdo	3,09	,669
Aspectos não acadêmicos	3,32	,729
Aspectos acadêmicos	3,41	,589
Compreensão	3,55	,899

Reputação	3,59	,615
-----------	------	------

Uma análise correlacional realizada através do teste de *Kendall* demonstrou significância na correlação negativa entre as variáveis período do curso e satisfação acadêmica em geral ( $\rho = -,074$ ;  $p < 0,05$ ). Os dados demonstram que quanto mais se aproxima do final do curso, menos satisfeitos estão os alunos.

		Correlação de <i>Sperman</i>	Período do Curso
Satisfação	Coefficiente de correlação	1,000	-,074
	Nível de significância		,032

Através de uma análise de variância de uma via (uma variável dependente), o teste de *Levene* comprovou efeito significativo do período do curso sobre a satisfação acadêmica geral dos alunos [ $F(2,432) = 4,701$ ,  $p = .01$ ].

Por último, mediante as análises estatísticas, foi possível perceber que alguns itens vieram a demonstrar maior significância aos resultados obtidos (3,8,13,15,17,23,26,39 e 33). Estas informações demonstraram que, de acordo com o avanço no curso, o aluno se sente menos satisfeito de modo geral, sendo fatores determinantes para esse resultado o grau de satisfação com os itens 3,8,13,15,17,23,26,39 e 33 do instrumento de coleta, respectivamente: currículo do curso, conhecimento e experiência dos professores, adequação do conteúdo para a formação, acervo da biblioteca setorial, infraestrutura da instituição, divulgação de projetos de monitoria, comportamento dos professores para com os discentes, conveniência do horário de funcionamento do curso e imagem da instituição.

#### 4 Considerações Finais

A presente pesquisa buscou avaliar o curso de graduação em Direito do Campus I da UFPB, na modalidade presencial, nos turnos matutino e noturno, por meio dos fatores de satisfação e insatisfação manifestados por seus discentes. Para tanto, foram levantadas as opiniões dos mesmos sobre diferentes aspectos da vida acadêmica.

A partir da análise estatística dos dados fornecidos via resolução dos questionários, verificou-se que as dimensões *acesso* e *conteúdo* demonstraram ser as mais influentes quanto ao índice de satisfação dos estudantes com o curso, revelando, em linhas gerais, que existe

significativa correlação entre o período do curso em que o aluno está matriculado e a sua satisfação acadêmica geral. Quanto mais os alunos se aproximam do final do curso, menos satisfeitos eles estão.

É importante observar que alguns fatores foram determinantes na análise do nível de satisfação geral dos discentes para com o curso de graduação em Direito, dentre eles: currículo do curso, conhecimento e experiência dos professores, adequação do conteúdo para a formação, acervo da biblioteca setorial, infraestrutura da instituição, divulgação de projetos de monitoria, comportamento dos professores para com os discentes, conveniência do horário de funcionamento do curso e imagem da instituição. Esse resultado solidifica o caráter complexo da avaliação, que, na seara educacional, refere-se a fenômenos humanos e sociais, articulando múltiplas referências e perspectivas (DIAS SOBRINHO, 2008).

Ressalte-se que os resultados que indicam uma relação direta entre as atitudes dos professores para com os discentes e o interesse dos discentes pelo curso com a satisfação acadêmica geral convergem com a pesquisa realizada por Vieira, Milach e Huppés (2008), demonstrando que o envolvimento do professor detém de especial e direta influência no interesse do estudante e vice-versa, levando-se em consideração que o professor pode instigar o discente ou, de certa maneira, diminuir o nível de interesse deste em relação ao curso.

Por fim, conclui-se que o presente estudo atingiu os seus objetivos previamente elencados, indicando a necessidade de futuras pesquisas complementares, não só com o corpo discente ativo, mas também com os egressos do curso de graduação em Direito do Campus I da UFPB.

## **2.4 PROJETO IV – PERFIL E ESTADO DE SAÚDE DOS ACADÊMICOS D CCS-UFPB**

**Coordenadora:** Profa. Dra. Ana Lúcia Basilio Carneiro

**Bolsista:** Priscila Barbosa Lins Falcão

### **1 Introdução**

A presente pesquisa intitulada como “Perfil, estado de saúde dos acadêmicos do CCS/UFPB”, se enquadra no Eixo 3 (Políticas acadêmicas) e abrange as dimensões de Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão, Comunicação com a sociedade e Políticas de atendimento aos Discentes.

Nesse sentido, teve como local o Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, mais especificamente no Departamento de Morfologia, nas disciplinas de Anatomia e Neuroanatomia. O público que foi atingido foram os acadêmicos dos cursos de Terapia Ocupacional (n=125), Fonoaudiologia (n=119), Odontologia (n=32), Educação Física (n=15), Ciências Biológicas (n=6), Enfermagem (n=2), Fisioterapia (n=2) e Farmácia (n=1), totalizando 302 discentes. O serviço desse estágio foi baseado em seu principal objetivo, verificar o perfil, preferências didáticas e estado de saúde, principalmente das doenças neuropsiquiátricas entre acadêmicos matriculados nas disciplinas de Anatomia e Neuroanatomia.

Isso envolveu desde a mensuração de dados até o planejamento de possíveis intervenções através da parceria com ações de extensão, como por exemplo com o Projeto de Extensão “NeuroConexões: Saúde, Bem-estar e Práticas Integrativas para você aprender, ensinar e cuidar”, também coordenado pela professora Dr. Ana Lúcia Basilio Carneiro. Os materiais utilizados foram um questionário sociodemográfico atrelado aos inventários Beck de Depressão, Ansiedade e Desesperança. O espaço físico de aplicação dos questionários variou de acordo com o curso envolvido, variando desde os departamentos dos próprios cursos até o Departamento de Morfologia.

A equipe era formada pela professora coordenadora, profissionais colaboradores e por discentes de Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Odontologia. Os membros da equipe tinham função de aplicar os questionários e coletar os dados, como também discutir sobre possíveis intervenções diante dos resultados.

## 2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa com caráter transversal, descritivo e abordagem quantitativa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (parecer n° 2.784.383; CAAE 92087118.6.0000.5188).

Em todas as etapas do estudo foram respeitados os princípios éticos contidos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que reporta sobre os aspectos éticos e legais de pesquisa envolvendo seres humanos. Todos os voluntários foram informados sobre os objetivos da pesquisa e o anonimato do questionário, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) quando optaram pela participação.

A amostra foi constituída por acadêmicos ativos voluntários dos cursos de graduação da área da saúde do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I em João Pessoa-PB.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, foram aplicados 302 questionários. A maioria dos respondentes eram do gênero feminino, com idade entre 18 e 53 anos, média  $22,5 \pm 5,5$  anos. O instrumento metodológico foi constituído por quatro questionários autoaplicáveis divididos em quatro eixos, permitindo coletar:

1. Dados pessoais + histórico de saúde: um questionário para coleta de dados sociodemográficos e história de saúde vivenciada, no presente ou passado, ou com diagnóstico médico;

2. Inventário de Depressão Beck (*Beck Depression Inventory* - BDI): O BDI é uma escala psicométrica de auto relato com 21 itens, cada um com quatro alternativas relacionados a depressão, que permite mensurar sentimentos subjetivos e de auto percepção. Os itens contemplam, por exemplo, tristeza, pessimismo, sentimento de fracasso, insatisfação, culpa, punição, auto aversão e ideias suicidas. Esse instrumento é útil para medir a intensidade de depressão, pois o escore total que pode variar entre de 0 e 63 pontos permite a classificação da depressão em níveis. Os pontos de corte sugeridos para avaliar a intensidade de depressão variam de 0-9 para depressão mínima e 30-63 para depressão severa<sup>1</sup>;

3. Inventário de Ansiedade Beck (*Beck Anxiety Inventory*- BAI): O BAI é constituído por 21 itens, cada um com uma série escalar de 0 a 3 pontos, com afirmações relacionadas a sintomas de ansiedade. O escore total é o resultado da soma dos escores dos

itens individuais e pode variar entre 0 e 63 pontos. Os escores entre 0 e 7 são classificados como nível mínimo, enquanto escores entre 26 e 63 são considerados graves<sup>1</sup>.

Para a tabulação e análise dos dados foi utilizado o *software Epi Info*®, voltado para área da saúde em específico a epidemiologia; O software possibilita o gerenciamento e análise de dados de maneira individualizada e a realização de comparações e correlações da amostra.

O teste Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) foi utilizado para analisar a significância estatística das variáveis qualitativas e o teste *t* de student ou ANOVA para comparar variáveis numérica e categórica.

O presente estudo calculou as médias dos escores obtidos nas escalas Beck e na análise estatística utilizou-se teste *t* (para dois grupos) e Análise de Variância (ANOVA) ou o Teste de Kruskal-Wallis.

Valores de  $p < 0,05$  foram consideradas estatisticamente significantes.

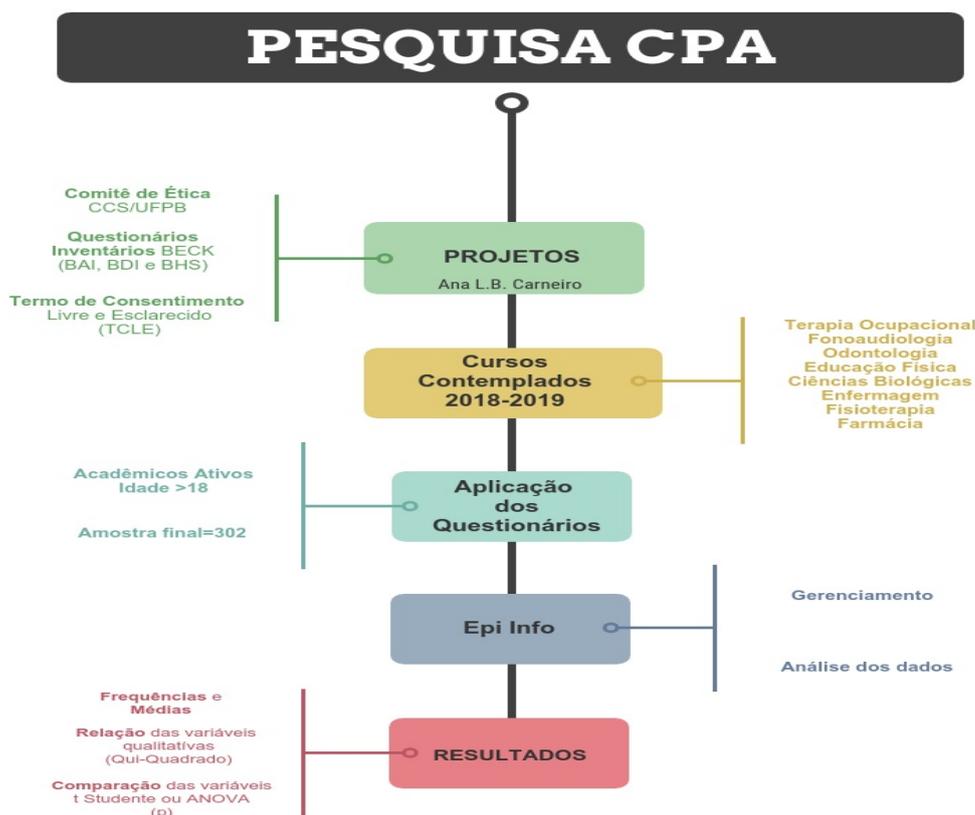


Figura 8. Resumo das etapas envolvidas na pesquisa.

### 3 Resultados e Discussões

Participaram da pesquisa 302 graduandos regularmente matriculados em cursos da área da saúde do Centro de Ciências da Saúde (CCS), UFPB, com idade entre 18 e 53 anos, média geral de  $22,5 \pm 5,5$  anos (Tabela 1). Observou-se uma maior concentração de estudantes (50,4%) na faixa etária entre 19 e 21 anos. Foram excluídos da pesquisa os acadêmicos com idade inferior a 18 anos, comum nas turmas do primeiro período, não encontrados em sala de aula ou não voluntários.

Tabela 5. Distribuição dos voluntários de acordo com o curso.

<b>CURSOS</b>	<b>AMOSTRA (N)</b>	<b>%</b>
1. <b>Terapia Ocupacional</b>	125	41,4%
2. <b>Fonoaudiologia</b>	119	39,4%
3. <b>Odontologia</b>	32	10,6%
4. <b>Educação Física</b>	15	5,0%
5. <b>Ciências Biológicas</b>	6	2,0%
6. <b>Enfermagem</b>	2	0,7%
7. <b>Fisioterapia</b>	2	0,7%
8. <b>Farmácia</b>	1	0,3%
<b>TOTAL</b>	302	100,0%

Quanto caracterização sociodemográfica dos participantes, os dados revelaram predominância de estudantes do gênero feminino (79,9%), paraibanos (66,8%) e solteiros (88,7%). Para mais detalhes veja a Tabela 2 e a Figura 2. Os resultados apresentados corroboram com outras pesquisas que apontaram maior prevalência de jovens, solteiros e do sexo feminino na área da saúde<sup>2; 3; 4; 5</sup>.

Tabela 6. Distribuição das variáveis sociodemográficas dos acadêmicos da saúde da UFPB, João Pessoa (PB).

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>CATEGORIAS</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Gênero</b>	Feminino	240	79,7
	Masculino	60	19,9
	Fluido	1	0,3
<b>Estado Civil</b>	Solteiro	268	88,7

	Casado	22	7,3
	Outros	9	3,0
	Divorciado	2	0,7
	NR	1	0,3

<b>Religião</b>	Católica	117	38,7
	Cristã	53	17,5
	NR	50	16,6
	Evangélica	39	12,9
	Nenhuma	18	6,0
	Espírita	12	4,0
	Agnóstico	7	2,3
	Ateu	2	0,7
	Candomblé	1	0,3
	Holístico	1	0,3
	Deísta	1	0,3
	Budismo	1	0,3

<b>Período</b>	1º	86	28,5
	2º	41	13,6
	3º	31	10,3
	4º	33	10,9
	5º	10	3,3
	6º	34	11,3
	7º	39	12,9
	8º	28	9,3

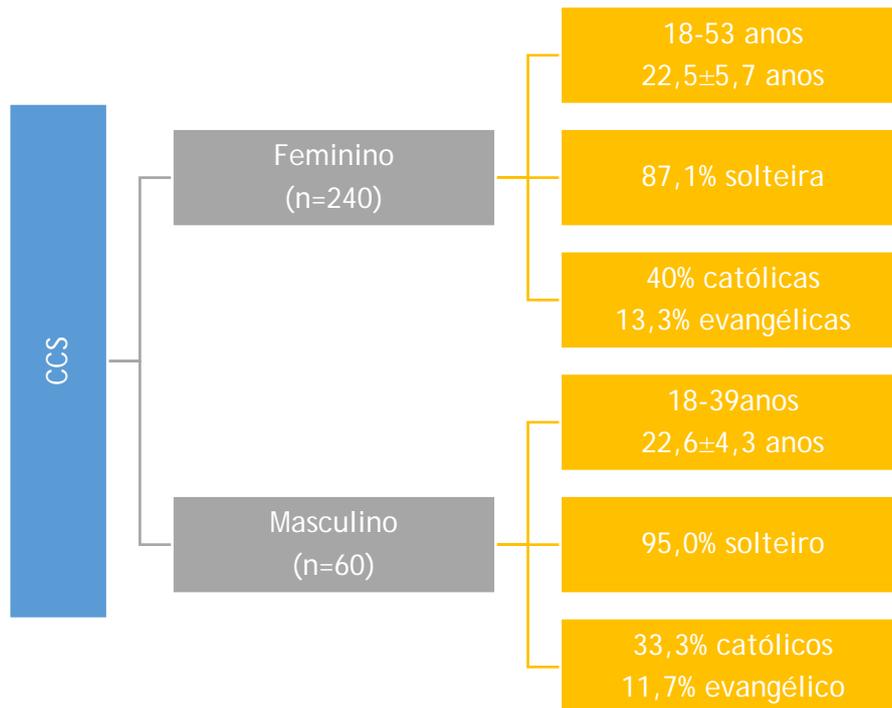


Figura 9. Organograma da distribuição dos acadêmicos do CCS/UFPB por gênero e suas respectivas idade, estado civil e preferência religiosa.

### 3.1 Perfil de Saúde

Na análise do perfil de saúde, a maior parte dos acadêmicos declarou não fumar (93,0%), não beber (59,6%), não praticar atividade física (61,6%) e não possuir plano de saúde (69,5%) (Tabela 4).

Quanto aos aspectos relacionados a saúde, a maioria dos acadêmicos tem uma percepção positiva da própria saúde, enquanto outros se sentem doentes (35,8%) e ou relataram sentir dor todos os dias (29,1%) (Tabela 3 e Figura 3). Observou-se além da carência de atividade física entre os voluntários a ausência de informações sobre a Pressão Arterial (PA), pois a maioria não respondeu (52,0%) o item ou afirmou não saber sua PA (5,3%).

Tabela 7. Perfil de saúde dos acadêmicos do CCS/UFPB.

VARIÁVEIS	CATEGORIAS	N	%
Percepção da própria saúde	Boa	126	41,7%
	Regular	80	26,5%
	Muito boa	58	19,2%

	Ruim	14	4,6%
	Excelente	12	4,0%
	NR	10	3,3%
	Muito Ruim	2	0,7%
Prática de atividade física	Não	186	61,6
	Sim	115	38,1
	NR	01	0,3
Possui Plano de saúde	Não	210	69,5%
	Sim	90	29,8%
	NR	2	0,7%
Tabagismo	Não	281	93,0
	Sim	19	6,3
	NR	2	0,7
Etilismo (Você bebe?)	Não	180	59,6
	Sim	118	39,1
	NR	4	1,3
Sente dor todo dia	Não	211	69,9%
	Sim	88	29,1%
	NR	3	1,0%
Você se sente doente?	Não	189	62,6%
	Sim	108	35,8%
	NR	5	1,7%
Fez tratamento Psiquiátrico	Não	262	86,8%
	Sim	39	12,9%
	NR	1	0,3%
Fez tratamento Psicológico	Não	202	66,9%
	Sim	98	32,5%
	NR	2	0,7%
Fez tratamento Neurológico	Não	272	90,1%
	Sim	27	8,9%
	NR	3	1,0%

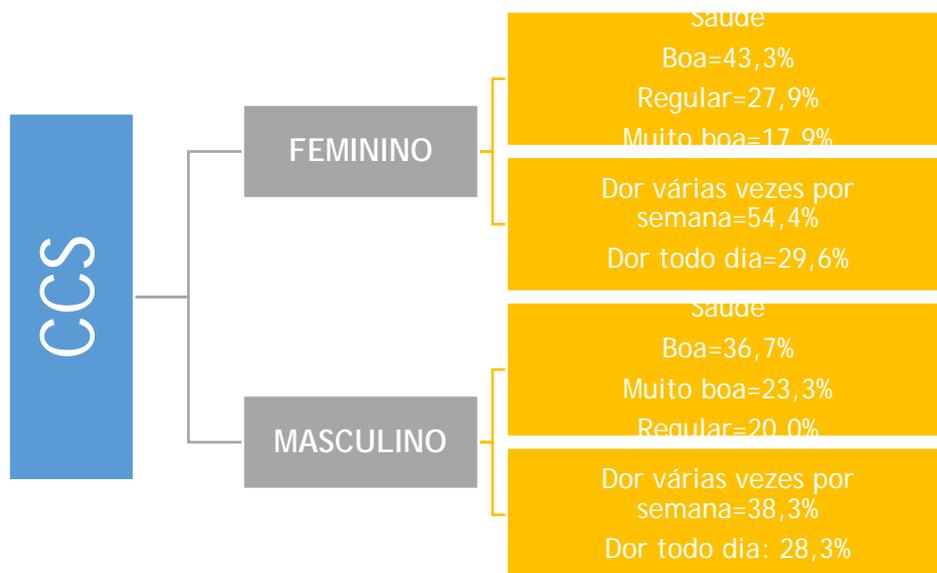


Figura 10. Organograma com dados sobre percepção de saúde e dor entre acadêmicos do CCS/UFPB de acordo com o gênero declarado.



Figura 11. Resumo do perfil dos acadêmicos do CCS/UFPB, 2019.

No Inventário de Ansiedade Beck-BAI, a média geral dos escores de ansiedade foi  $14,2 \pm 10,6$ . O nível de ansiedade foi significativamente maior no gênero feminino ( $15,1 \pm 10,5$ ;  $p=0,0026$ ) e nos acadêmicos do curso de Ciências Biológicas. A média do BAI foi maior entre acadêmicos do terceiro ( $18,0 \pm 12,8$ ) e quinto ( $18,9 \pm 9,1$ ) períodos dos cursos avaliados (Tabela 4).

Tabela 8. Estatística descritiva dos níveis de ansiedade, depressão e desesperança por gênero, curso e período.

VARIÁVEIS		ANSIEDADE BAI	DEPRESSÃO BDI	DESESPERANÇA BHS
GÊNERO	Feminino	$15,1 \pm 10,5$	$14,5 \pm 9,6$	$5,3 \pm 4,3$
	Masculino	$11,0 \pm 10,2$	$12,0 \pm 9,6$	$5,1 \pm 4,6$

	Fluido	26,0	31,0	9,0
	Valor p	p=0,003	p=0,032	p=0,38
CURSO	Ciências Biológicas	18,8 ± 15,2	17,3 ± 15,7	5,8 ± 6,5
	Terapia Ocupacional	16,6 ± 11,7	15,6 ± 10,0	6,0 ± 4,8
	Enfermagem	15,0 ± 4,2	15,0 ± 4,2	9,0 ± 2,8
	Fonoaudiologia	13,6 ± 9,6	13,4 ± 9,6	4,8 ± 3,8
	Farmácia	12,0 ± 0,0	15,0 ± 0,0	1,0 ± 0,0
	Fisioterapia	10,5 ± 3,5	13,5 ± 3,5	4,5 ± 2,1
	Odontologia	10,1 ± 7,0	13,4 ± 9,6	4,7 ± 3,9
	Educação Física	7,7 ± 8,4	7,9 ± 9,0	4,6 ± 4,3
	Valor p	p=0,014*	p=0,049*	p=0,266*
	PERÍODO	1º	12,0 ± 8,7	11,6 ± 8,3
2º		14,6 ± 11,2	13,2 ± 8,4	4,6 ± 3,9
3º		18,0 ± 12,8	17,0 ± 11,9	6,3 ± 5,3
4º		13,1 ± 10,2	12,8 ± 8,3	4,4 ± 2,8
5º		18,9 ± 9,1	18,2 ± 8,6	8,3 ± 6,2
6º		15,9 ± 9,8	18,6 ± 12,2	7,4 ± 5,9
7º		13,9 ± 11,6	13,4 ± 9,3	4,8 ± 3,8
8º		14,5 ± 11,4	14,4 ± 9,1	5,1 ± 3,9
Valor p		P= 0,137**	P=0,007**	P=0,189*

Kruskal-Wallis H\*; ANOVA \*\*

A média do BAI foi significativamente maior ( $p < 0,05$ ) entre acadêmicos com relato de transtorno de ansiedade, tontura, insônia, sinusite, enxaqueca, pesadelos, rinite alérgica, vertigem, problemas digestivos, depressão clínica, transtorno alimentar e fibromialgia (Tabela 5).

Tabela 9. História de saúde auto relatada e sua comparação com as médias de idade e BAI, João Pessoa, PB, 2019 (N=302).

HISTÓRIA DE SAÚDE VARIÁVEIS	N	%	MÉDIA DE IDADE	ANSIEDADE (MÉDIA DO BAI)
Cefaleia	208	68,9	22,6 ± 5,9	15,5 ± 10,5
Tristeza	163	54,0	22,5 ± 5,8	17,9 ± 11,0
Alergia	140	46,4	22,6 ± 5,5	16,2 ± 11,3
Transtorno de Ansiedade	123	40,7	22,7 ± 5,2	19,6 ± 10,9*
Tontura	123	40,7	21,9 ± 4,9	18,5 ± 11,3*
Insônia	120	39,7	22,8 ± 6,0	18,4 ± 11,2*
Sinusite	116	38,4	23,4 ± 6,6	16,4 ± 10,8*

Enxaqueca	111	36,8	22,9 ± 6,4	16,9 ± 10,6*
Pesadelos	111	36,8	21,7 ± 4,6**	18,2 ± 10,9*
Rinite alérgica	100	33,1	22,9 ± 5,7	16,4 ± 10,8*
Vertigem	75	24,8	22,7 ± 5,6	19,8 ± 11,1*
Problemas digestivos	73	24,2	23,6 ± 5,6	20,2 ± 11,6*
Parestesia	63	20,9	23,6 ± 6,9	17,8 ± 12,5*
Síndrome pré-menstrual	59	19,5	22,4 ± 5,0	16,3 ± 11,4
Depressão Clínica	37	12,3	24,4 ± 5,6*	23,9 ± 11,7*
Bruxismo	37	12,3	22,2 ± 5,7	16,8 ± 10,7
Transtorno alimentar e obesidade	35	11,6	23,6 ± 7,7	20,5 ± 9,8*
DTM	34	11,3	21,9 ± 5,1	14,3 ± 10,2
Sonambulismo	30	9,9	20,7 ± 3,2	14,8 ± 10,6
Transtorno obsessivo compulsivo (TOC)	20	6,6	20,2 ± 2,1**	17,9 ± 10,5
Hipertensão	13	4,3	28,5 ± 7,7*	17,2 ± 12,1
Psoríase	07	2,3	27,4 ± 6,7*	22,7 ± 14,6*
Fibromialgia	05	1,7	30,6 ± 8,6*	29,2 ± 14,4*
Diabetes	03	1,0	28,3 ± 9,2	21,0 ± 12,0
Câncer	01	0,3	34,0	19,0

\*Análise de Variância; \*\*Kruskal-Wallis.

No BDI, medida de auto avaliação de depressão, registrou-se média geral de 14,0±9,6. No score ambulatorial verificou-se prevalência de 30,4% de sintomas de depressão na população avaliada, distribuídos entre depressão moderada (22,5%) e severa (7,9%). A maioria dos voluntários, segundo BDI, experimenta graus variáveis de tristeza (53,5%) e pessimismo (39,2%) (Figura 5). A prevalência de ideia suicida foi de 22,9% (Tabela 6).

Tabela 10. Ideias suicidas entre acadêmicos da saúde, UFPB, João Pessoa, PB.

<b>IDEIAS SUICIDAS</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>0 - Não tenho quaisquer ideias de me matar</b>	232	77,1
<b>1-Tenho ideias de me matar</b>	60	19,9
<b>2-Gostaria de me matar</b>	2	0,7
<b>3-Eu me mataria se tivesse oportunidade</b>	7	2,3
<b>Total</b>	301	100,0

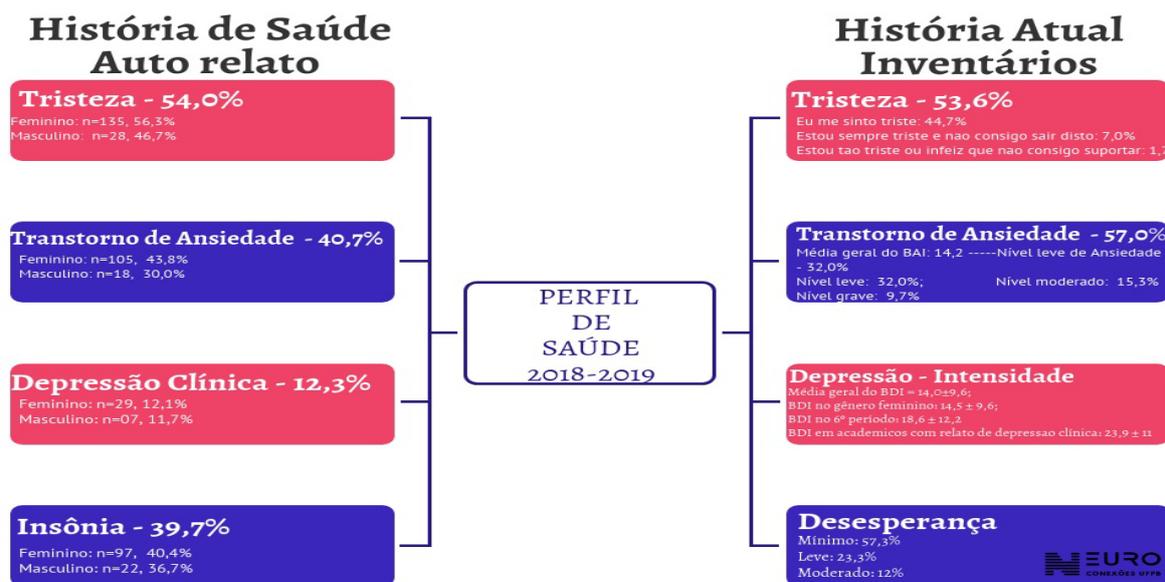


Figura 12. Comparação entre história de saúde relatada pelos acadêmicos e dados coletados nos inventários Beck.

Em adultos, a prevalência de auto relato de diagnóstico de depressão no Brasil, em 2013, foi maior entre as mulheres (10,9%) e indivíduos com idade entre 60-64 anos<sup>6</sup>. Portanto, maior prevalência de auto relato de depressão clínica entre mulheres é comum na literatura.

Outras pesquisas <sup>7; 8</sup> utilizando os inventários Beck (BAI e BDI) em estudantes universitários verificaram escores inferiores aos descritos agora para os acadêmicos do CCS/UFPB. Brandtner e Bardagi (2009) aplicaram os inventários Beck em 200 estudantes de uma universidade privada do Rio Grande do Sul e obtiveram uma média geral de  $9,4 \pm 7,32$  para o BAI e  $12,3 \pm 9,52$  para o BDI<sup>7</sup>.

Estudo realizado no Ceará em 2018<sup>9</sup>, com alunos do primeiro ano dos cursos da saúde (Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Odontologia), observou alta prevalência de ansiedade e depressão entre os estudantes, muito superiores às da população em geral. O curso com resultados mais altos foi o de Fisioterapia<sup>9</sup>.

A depressão é um transtorno do humor comum, crônico e recorrente<sup>10</sup>, tem alta prevalência e acarreta muitos prejuízos, pessoal, familiar, social e econômico. É considerado um problema de saúde pública e pode levar a morte<sup>11</sup>. Apesar de sua gravidade é ainda subdiagnosticado e subtratado<sup>10</sup>.

A morte por suicídio em 2015, segundo a OMS, foi a segunda principal causa de morte entre 15-29 anos<sup>12</sup>.

A prevalência ansiedade, depressão, tristeza, pessimismo e ideação suicida e suas correlações, associado ao impacto individual, social e potencial de risco dessas queixas, permitem inferir desdobramentos negativos na saúde mental e no cotidiano do acadêmico.

#### **4 Conclusão**

Os dados obtidos através das escalas psicométricas, indicam alta prevalência de transtornos neurológicos e psiquiátricos entre os acadêmicos, sem diagnóstico ou tratamento adequados. Os resultados confirmam o movimento crescente dos transtornos mentais e buscam alertar a instituição para a premência de implantação de programas de acolhimento, prevenção e tratamento que visem à saúde mental e bem-estar dos acadêmicos, assim, evitando mais prejuízos psicossociais e educacionais.

## **2.5 PROJETO V – AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/UFPB: Uma observação das práticas formativas**

**Coordenadora:** Profa.Dra Janine Marta Coelho Rodrigues

**Bolsista:** Israel Dias da Silva Filho

**Voluntária:** Marynara Alves Gabriel

### **1 INTRODUÇÃO**

A avaliação institucional acontece de forma contínua, tendo como principal finalidade apoiar, orientar, reforçar e corrigir os aspectos avaliados (CPA da Instituição Moura Lacerda), proporcionando melhorias no ensino e na sua efetividade social. Buscando compreender o conjunto das suas atividades, bem como divergências entre as propostas teóricas e práticas para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior valor social, a avaliação institucional ganhou maior ênfase na década de 90, quando foi instituído o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB) tornando-se mais abrangente através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

O objetivo central da presente pesquisa foi levantar alguns dados acerca das políticas acadêmicas, temática do eixo 3, cujas dimensões envolvem: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (segunda dimensão), Comunicação com a Sociedade (quarta dimensão) e Políticas de Atendimento aos Discentes (nona dimensão); associando esses pilares com os conceitos de acessibilidade e inclusão frente ao processo formativo, tendo em vista que estes englobam vários aspectos que representam as áreas profissional, da saúde, da educação, da reabilitação e do espaço urbano (SANTOS et al., 2005).

A acessibilidade, conceituada pela Lei 10.098 como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, refere-se a dois aspectos, que embora tenham características distintas, estão sujeitos a problemas semelhantes, no que diz respeito à existência de barreiras que são interpostas às pessoas com necessidades especiais: o espaço físico e o espaço digital (TAVARES FILHO et al., 2002).

A inclusão é um movimento educacional, social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade

de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade. Nos últimos anos, os princípios ligados à educação inclusiva assumiram, como consequência da sua incorporação em diferentes documentos internacionais, proporções hegemônicas na educação (FREIRE, S. 1998).

Para o estabelecimento desta pesquisa, o grupo de estudo empreendeu reuniões quinzenais, pelo qual, as propostas eram discutidas em pautas previamente direcionadas pela coordenação do projeto, com a abordagem de temáticas relevantes para o meio acadêmico. Nesse sentido, os discentes participantes demonstraram em comum consenso, a necessidade de se trabalhar a abordagem dos assuntos da acessibilidade e da inclusão frente ao processo formativo.

Nessa perspectiva, essa pesquisa tem como foco perceber a dimensão dos pilares e conceitos de acessibilidade e inclusão trabalhados durante os cursos e formação profissional, particularmente do Centro de Educação (CE), do Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB, sendo obtidos dados inicialmente nos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Pedagogia e Psicologia, com discentes a partir do quinto período de graduação. Assim, para se traçar uma relação entre a presença da abordagem sobre a temática da inclusão associada à acessibilidade nas ementas curriculares das disciplinas dos cursos específicos avaliados, assim como a efetividade do repasse destes conhecimentos e apreensão por parte dos discentes, com a sua devida aplicabilidade na prática profissional, empreendeu-se esta pesquisa no sentido de entender o impacto destes saberes no decorrer da trajetória destes diferentes profissionais em processo de formação.

Foi elaborado e aplicado um questionário pelo discente do sétimo período do Curso de Pedagogia, Israel Dias da Silva Filho, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Janine Marta Coelho Rodrigues, com os discentes dos referidos cursos a fim de compreender como constroem os conceitos de acessibilidade e inclusão.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

A avaliação institucional interna (autoavaliação) está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 tem, entre suas finalidades, a melhoria da qualidade da educação superior, a expansão da sua oferta (Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N° 065) e o objetivo

de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Conforme nos informa o site do Ministério da Educação, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, tendo como algumas de suas atribuições propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, bem como estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, formulando propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior e articulando-se com os sistemas estaduais de ensino.

Também é esse órgão o responsável por expor anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos cujos discentes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O processo de avaliação institucional apresenta as seguintes diretrizes: atividade pertencente ao processo de planejamento, sendo um processo contínuo, geral, específico, buscando integrar ações; elaborar críticas às suas ações e aos resultados obtidos; buscar conhecer e registrar as limitações e possibilidades do trabalho avaliado; é um processo democrático, apresentando, em princípio, os aspectos a serem avaliados envolvendo a participação dos sujeitos; é um processo transparente e ético em relação a seus fundamentos, enfoque e, principalmente, no que se refere à utilização e divulgação de seus resultados (CPA da Instituição Moura Lacerda).

A respeito da avaliação institucional Muller (2001) expressa:

“É um instrumento valioso que uma instituição educacional pode construir e implantar para produzir um conhecimento do desejável e do indesejável do interior da organização, (...), com o objetivo de subsidiar qualquer planejamento para melhorar a qualidade dessa organização” (MULLER, 2001, p7).

Na primeira proposta da pesquisa no ano de 2018, que corresponde aos períodos letivos de 2018.1 e início de 2018.2, o processo de avaliação institucional do Eixo 3 (que trata sobre Políticas voltadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão) possuiu um diferencial das propostas das pesquisas anteriores, por abranger outros centros de ensino, não se restringindo apenas ao Centro de Educação (CE), mas incluindo o Centro de Ciências da Saúde (CCS) e o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA). Para tanto, objetivando aperfeiçoar os resultados, foi realizado um levantamento prévio dos dados, em cursos específicos de cada área do conhecimento, já mencionados anteriormente.

Na pesquisa atual 2019 os questionários aplicados voltaram-se aos discentes (v. anexo 1), objetivando exatamente perceber a vivência e domínio de conteúdo em relação a acessibilidade e inclusão, durante seus processos formativos.

### **3 METODOLOGIA**

Dentre as diversas formas de alcançar as metas propostas pelas Comissões Próprias de Avaliação Institucional, para a avaliação das políticas acadêmicas foi aplicado um questionário. Percebemos que as dificuldades de compreensão das questões presentes nos questionários do semestre anterior e visando obter uma maior adesão e melhores resultados, foram feitas alterações no enunciado das questões apresentadas, bem como a estipulação da especificidade do público-alvo para a obtenção dos dados iniciais da pesquisa.

O atual questionário é composto por cinco questões subjetivas, direcionadas nesta segunda proposta aos discentes ativos na rede regular de ensino de graduação da UFPB, sendo este aplicado aos cursistas do Centro de Educação (CE), Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), em específico aos Cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Pedagogia e Psicologia.

As questões foram estruturadas e direcionadas para a obtenção de informações relacionadas à compreensão e definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão, a relevância da abordagem das temáticas frente a formação profissional e sua importância para a grade curricular dos cursos pesquisados, bem como, em que momento as temáticas foram abordadas e se os discentes se consideram preparados para atender pessoas com deficiência em sua área de atuação profissional, referente as temáticas da acessibilidade e da inclusão da competência de associar e aplicar estes conhecimentos adquiridos no processo formativo na sua práxis profissional.

### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste capítulo serão apresentados os resultados de cada período e curso investigados, bem como a discussão destes.

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE ENFERMAGEM 5º PERÍODO

Os discentes do 5º período de Enfermagem em sua maioria compreendem a definição de acessibilidade e inclusão considerando a sua abordagem em sua formação de extrema importância. Em relação a presença da temática na grade curricular os discentes consideram relevante sua presença, mesmo só tendo contato com os conceitos apenas no final do curso de forma superficial.

Os discentes do 5º período não se consideram preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência. De acordo com a pesquisa é visível a compreensão e interesse dos discentes em formação pela temática, mas de acordo com as respostas, o Curso de Enfermagem precisa incluir a temática em seu currículo.

19/08/2019 08:30:33	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 8 (oito) discentes.	6 (seis) participantes da pesquisa responderam (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos). e 2 (dois) participantes responderam (2. Compreendo a definição do conceito acessibilidade, mas não compreendo o da acessibilidade).	7 (sete) responderam (1. Extremamente importante) e 1 (uma) que é (2. Muito importante).	6 (seis) responderam (1. Extremamente importante) e 2 (dois) que era (2. Muito importante).	2 (dois) responderam ( 4. No (s) último (s) período (s)). e 6 (seis) que era (5. Abordagem superficial).	1 (um) que respondeu que esta (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) ) e 7 (sete) que (3. Não me considero preparado (a)/apto (a) ).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE ENFERMAGEM 6º PERÍODO

Os discentes do 6º período de Enfermagem responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial, a maioria dos discentes se consideram aptos para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

21/08/2019 8:40:26	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 09 (nove) discentes.	09 participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	6 (seis) responderam (1. Extremamente importante) e 3 (três) (2. Muito importante).	(treze) responderam (1. Extremamente importante) e 2 (duas) (2. Muito importante) e 1 (uma) (3. Importante).	1 (uma) responderam ( 1. Durante todo o curso); 8 (oito) afirmaram que a (5. Abordagem superficial).	2 (dois) responderam (1. Me considero preparado (a)/apto (a)); 3 (três) que esta (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) ) e 4 (quatro) responderam (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE ENFERMAGEM 7º PERÍODO

Os discentes do 7º período de Enfermagem em sua maioria responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão considerando sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. Os discentes não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

02/09/2019 9:09:26	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 13 (treze) discentes.	12 (doze) participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos) e 1 (uma) compreende a definição do conceito de acessibilidade, mas não compreende o da inclusão.	11 (onze) responderam (1. Extremamente importante) e 2 (duas) (2. Muito importante).	7 (sete) responderam (1. Extremamente importante) e 3 (três) (2. Muito importante) e 3 (três) (3. Importante).	2 (dois) responderam ( 1. Durante todo o curso); 2 (dois) que foi (2. Em uma disciplina específica); 6 (seis) afirmaram que a (5. Abordagem superficial) e 3 (três) (8. Não foi abordado).	3 (três) que esta (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) ) e 10 (dez) responderam (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE ENFERMAGEM 8º PERÍODO

Os discentes do 8º período de Enfermagem responderam em sua maioria que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. Os discentes em sua maioria não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

02/09/2019 09:33:26	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 10 (dez) discentes.	10 participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	9 (nove) responderam (1. Extremamente importante) e 1 (uma) (2. Muito importante).	5 (cinco) responderam (1. Extremamente importante) e 5 (cinco) (2. Muito importante).	2 (duas) responderam (2. Em uma disciplina específica); 1 (uma) (3. No(s) primeiro (s) período (s)); 1 (uma) (4. No (s) último (s) período (s)); 4 (quatro); afirmaram que a (5. Abordagem superficial); e 2 (duas) responderam (8. Não foi abordado).	3 (três) responderam (1. Me considero preparado (a)/apto (a)); 2 (dois) que esta (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a)); e 5 (cinco) responderam (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE ENFERMAGEM 9º PERÍODO

Os discentes do 9º período de Enfermagem responderam que compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. Os discentes em sua maioria, não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

09/09/2019 7:44:28	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 12 (doze) discentes.	12 participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos)	9 (nove) responderam (1. Extremamente importante) e 3 (três) (2. Muito importante).	6 (seis) responderam (1. Extremamente importante); 5 (cinco) (2. Muito importante) e 1 (uma) (3. Importante).	4 (quatro) responderam (1. Durante todo o curso); 2 (duas) responderam (2. Em uma disciplina específica) e 6 (seis) (5. Abordagem superficial).	3 (três) responderam (1. Me considero preparado (a)/apto (a)) e 9 (nove) (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE ENFERMAGEM 10º PERÍODO

Os discentes do 10º período de Enfermagem em sua maioria responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância. A maioria afirma que as temáticas não foram abordadas. Os discentes em sua maioria, estão se capacitando por meio de outros recursos não inclusos na graduação para que se sintam preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

23/09/2019 8:00:28	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 11 (onze) discentes.	10 participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos) e apenas 1 (um) (4. Não compreendo a definição do conceito de nenhum dos dois conceitos).	10 (dez) responderam (1. Extremamente importante) e apenas 1 (um) (2. Muito importante).	9 (nove) responderam (1. Extremamente importante) e 2 (dois) (2. Muito importante).	1 (um) responderam (3. No (s) primeiro (s) período (s); 3 (três) (5. Abordagem superficial) e 7 (sete) (8. Não foi abordado).	1 (um) respondeu (1. Me considero preparado (a)/apto (a)); 5 (cinco) (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) e 3 (três) responderam (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE FISIOTERAPIA 5º PERÍODO

07/08/2019 08:23:51	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 7 (sete) discentes.	7 (sete) participantes da pesquisa responderam (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	6 (seis) responderam (1. Extremamente importante) e 1 (uma) que é (2. Muito importante).	5 (cinco) responderam (1. Extremamente importante) e 2 (dois) que era (2. Muito importante).	4 (quatro) responderam ( 4. No(s) último(s) período(s)). e 2 (duas) que era (5. Abordagem superficial).	4 (quatro) responderam (1. Me considero preparado (a)/apto (a)); 2 (duas) que esta (2. Estou me capacitando com recurso(s) extra(s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) ) e 1 (uma) que (3. Não me considero preparado (a)/apto (a) )

Os discentes do 5º período de Fisioterapia responderam que compreendem a definição de acessibilidade e inclusão e a maioria considera a sua abordagem em sua formação docente de extrema importância. Em relação a presença da temática na grade curricular os discentes consideram relevante sua presença, mesmo só tendo contato com os conceitos apenas no final do curso de forma superficial, mesmo assim, se sentem aptos para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência. De acordo com a pesquisa é visível a compreensão e interesse dos discentes em relação a temática, talvez uma limitação que o Curso de Fisioterapia apresente seja trabalhar os conceitos apenas nos últimos períodos e de forma pontual como aponta o estudo.

### **QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE FISIOTERAPIA 6º PERÍODO**

Os discentes do 6º período de Fisioterapia responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial, os discentes se sentem aptos para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

<b>14/08/2019 9 9:09:26</b>	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 20 (vinte) discentes.	20 participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	19 (dezenove) responderam (1. Extremamente importante) e 1 (uma) (2. Muito importante).	12 (doze) responderam (1. Extremamente importante) e 6 (seis) (2. Muito importante) e 2 (duas) (3. Importante).	2 (duas) responderam (1. Durante todo o curso); 7 (sete) que foi (2. Em uma disciplina específica); 2 (duas) foi (4. No (s) último (s) período (s); 6 (seis) afirmaram que a (5. Abordagem superficial) e 3 (três) (8. Não foi abordado).	7 (sete) responderam (1. Me considero preparado (a)/apto (a)); 3 (três) que esta (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) ) e 10 (dez) responderam (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

### QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE FISIOTERAPIA 7º PERÍODO

<b>14/08/2019 8:12:26</b>	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 17 (dezesete) discentes.	17 participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	15(quinze) responderam (1. Extremamente importante) e 2 (duas) (2. Muito importante).	13 (treze) responderam (1. Extremamente importante) e 2 (duas) (2. Muito importante) e 1 (uma) (3. Importante).	4 (quatro) responderam (1. Durante todo o curso); 3 (três) que foi (2. Em uma disciplina específica); 9 (nove) afirmaram que a (5. Abordagem superficial) e 1 (um) (8. Não foi abordado).	6 (seis) responderam (1. Me considero preparado (a)/apto (a)); 1 (uma) que esta (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) ) e 10 (dez) responderam (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

Os discentes do 7º período de Fisioterapia responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na

grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial, os discentes não se sentem preparados para mediarem um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

### QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE FISIOTERAPIA 8º PERÍODO

Os discentes do 8º período de Fisioterapia responderam em sua maioria que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. Os discentes em sua maioria não se sentem preparados para mediarem um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

<b>18/08/2019 07:33:26</b>	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 25 (vinte e cinco) discentes.	24 participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos) e 1 (um) respondeu que (2. Compreendo a definição do conceito de acessibilidade, mas não compreendo o da inclusão).	20 (vinte) responderam (1. Extremamente importante) e 5 (cinco) (2. Muito importante).	15 (quinze) responderam (1. Extremamente importante) e 8 (oito) (2. Muito importante) e 2 (duas) (3. Importante).	3 (três) responderam (1. Durante todo o curso); 4 (quatro) que foi (2. Em uma disciplina específica); 16 (dezesesseis) afirmaram que a (5. Abordagem superficial); 1 (uma) respondeu (7. Se abordou apenas a temática da acessibilidade e não da inclusão) e 1 (uma) respondeu (4. No (s) último (s) períodos (s) ).	5 (cinco) responderam (1. Me considero preparado (a)/apto (a)); 10 (dez) que esta (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) ); e 10 (dez) responderam (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

### QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE FISIOTERAPIA 9º PERÍODO

O discente do 9º período de Fisioterapia respondeu que compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na

grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. O discente se sente preparado para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

### QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE FISIOTERAPIA 10º PERÍODO

18/08/2019 7:44:28	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade e especial?
Total de participantes da pesquisa 01 (um) discente.	01 participante respondeu que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	01 (um) respondeu (1. Extremamente importante).	01 (um) respondeu (1. Extremamente importante).	01 (um) respondeu (5. Abordagem superficial)	01 (um) respondeu (1. Me considero preparado (a)/apto (a)).

Os discentes do 10º período de Fisioterapia responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. O discente se sente preparado para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

18/08/2019 7:44:28	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade e especial?
Total de participantes da pesquisa 12 (doze) discentes.	12 participantes respondeu que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	09 (nove) responderam (1. Extremamente importante); 2 (duas) (2. Muito importante) e 1 (uma) (3. Importante).	06 (três) responderam (1. Extremamente importante); 1 (uma) (2. Muito importante) e 3 (três) (3. Importante).	02 (duas) respondeu ( 1. Durante todo o curso); 01 (um) que foi (2. Em uma disciplina específica); 08 (oito) respondeu (5. Abordagem superficial) e 01 (um) ((8. Não foi abordado)	08 (oito) responderam (1. Me considero preparado (a)/apto (a) e 04 (quatro) que (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não inclusos na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) )

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE PEDAGOGIA 5º PERÍODO

Os discentes do 5º período de Pedagogia responderam que compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância e que sua abordagem aparecerem em todo curso por meio de uma disciplina específica. Os discentes se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

11/11/2019 8:00:22	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 02 (dois) discente.	02 (dois) participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	02 (dois) responderam (1. Extremamente importante).	02 (dois) responderam (1. Extremamente importante).	01 (um) respondeu (2. Em uma disciplina específica) e 01 (um) (4. No (s) ultimo (s) periodo (s)).	01 (um) respondeu (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não inclusos na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) ) e 01 (uma) respondeu que (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE PEDAGOGIA 6º PERÍODO

Os discentes do 6º período de Pedagogia responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, afirmando que os conteúdos foram abordados no curso por meio de disciplina específica, no início e durante todo o curso. Portanto, mesmo com abordagem da temática, os discentes não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

11/11/2019 9:30:28	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade e especial?
Total de participantes da pesquisa 14 (quatorze) discentes.	14 (quatorze) participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	13 (treze) responderam (1. Extremamente importante) e 01 (uma) respondeu (3. Importante).	11 (onze) responderam (1. Extremamente importante); 1 (uma) respondeu (2. Muito importante) e 01 (uma) respondeu (3. Importante).	01 (uma) respondeu (1. Durante todo o curso; 07 (sete) responderam que foi (2. Em uma disciplina específica); 06 (seis) responderam que foi (3. No (s) primeiro (s) período (s);	03 (três) responderam que (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) e 11 responderam que (3. Não me considero preparado (a)/apto (a).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE PEDAGOGIA 7º PERÍODO

Os discentes do 7º período de Pedagogia responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, afirmando que os conteúdos foram abordados no curso por meio de uma disciplina específica. Por meio de capacitação além da graduação, os discentes estão se capacitando para se sentirem aptos (as) para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

<b>11/11/2019</b> <b>10:00:20</b>	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 08 (oito) discentes.	07 (sete) participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	07 (sete) responderam (1. Extremamente importante).	07 (sete) responderam (1. Extremamente importante).	07 (sete) responderam (2. Em uma disciplina específica).	06 (seis) responderam que (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) e 01 (uma) respondeu que (3. Não me considero preparado (a)/apto (a).

### QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE PEDAGOGIA 8º PERÍODO

O discente do 8º período de Pedagogia respondeu que compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é importante, afirmando que os conteúdos foram abordados no curso por meio de disciplina específica. Portanto, mesmo com abordagem da temática, não se sente preparado para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

<b>11/11/2019</b> <b>10:30:33</b>	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 01 (um) discentes.	01 (um) participante respondeu que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	01 (um) respondeu (2. Muito importante).	01 (uma) respondeu (3. Importante).	01 (uma) respondeu (2. Em uma disciplina específica).	01 (uma) respondeu que (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE PEDAGOGIA 9º PERÍODO

O discente do 9º período de Pedagogia respondeu que compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, afirmando que os conteúdos foram abordados no curso por meio de disciplina específica e busca aprofundar-se por meio de outros recursos não inclusos na grade curricular do curso de Pedagogia para se preparar e mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

11/11/2019 10:40:00	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 01 (um) discentes.	01 (um) participante respondeu que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	01 (um) respondeu (1. Extremamente importante).	01 (um) respondeu (1. Extremamente importante).	01 (uma) respondeu (2. Em uma disciplina específica).	01 (uma) respondeu que (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não inclusos na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE PSICOLOGIA 5º PERÍODO

Os discentes do 5º período de Pedagogia responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, em sua maioria afirmaram que os conteúdos foram abordados de forma superficial e que não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

<b>28/10/2019 07:30:33</b>	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 15 (dezoito) discentes.	14 (quatorze) participantes da pesquisa responderam (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos); 01 (um) participante respondeu (4. Não compreendo a definição de nenhum dos dois conceitos).	12 (doze) responderam (1. Extremamente importante) e 03 (três) que é (2. Muito Importante).	13 (treze) responderam (1. Extremamente importante) 02 (dois) responderam que é (2. Muito importante).	01 (um) respondeu (1. Durante todo curso); 03 (três) responderam (2. Uma disciplina específica); 09 (nove) responderam que foram a partir de uma (5. Abordagem superficial). 02 (duas) responderam (8. Não foi abordado).	01 (um) respondeu (1. Me considero preparado (a)/apto (a)); 02 (dois) responderam que (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) e 12 (doze) responderam (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE PSICOLOGIA 6º PERÍODO

Os discentes do 6º período de Psicologia compreendem a definição de acessibilidade e inclusão considerando a sua abordagem em sua formação de extrema importância. Em relação a presença da temática na grade curricular os discentes consideram relevante sua presença, mesmo só tendo contato com os conceitos apenas de forma superficial. Os discentes do 1º período em sua maioria não se consideram preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência

<b>28/10/2019 07:30:33</b>	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 18 (dezoito) discentes.	18 (dezoito) participantes da pesquisa responderam (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos); 01 (um) participante respondeu (2. Compreendo a definição do conceito acessibilidade, mas não compreendo o da inclusão).	16 (dezesseis) responderam (1. Extremamente importante) e 02 (dois) que é (2. Extremamente Importante).	14 (quatorze) responderam (1. Extremamente importante) 03 (três) responderam que é (2. Muito importante) e 01 (uma) respondeu que é (4. Pouco Importante).	05 (cinco) responderam (2. Uma disciplina específica); 10 (dez) responderam que foram a partir de uma (5. Abordagem superficial). 02 (duas) (6. Se abordou apenas a temática da inclusão e não da acessibilidade) e 01 (uma) (8. Não foi abordado).	01 (um) respondeu me considero preparado (a)/apto (a); 05 (cinco) responderam que (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) e 12 (doze) responderam (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE PSICOLOGIA 7º PERÍODO

Os discentes do 7º período de Psicologia responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos discentes em sua maioria afirmarem que a abordagem das temáticas em sua graduação se dar de forma superficial e que não se sentem aptos para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

30/10/2019 8:40:26	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 04 (quatro) discentes.	04 (quatro) participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	04 (quatro) responderam (1. Extremamente importante).	04 (quatro) responderam (1. Extremamente importante).	01 (uma) respondeu (2. Em uma disciplina específica); 03 (três) responderam que a (5. Abordagem superficial).	01 (um) respondeu (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) ) e 03 (três) responderam (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE PSICOLOGIA 8º PERÍODO (respostas)

Os discentes do 8º período de Psicologia responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, os discentes responderam que sua abordagem se dar por meio de uma disciplina específica do curso. A maioria respondeu que se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

<b>04/11/2019 9:09:25</b>	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
Total de participantes da pesquisa 04 (quatro) discentes.	04 (quatro) participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	04 (quatro) responderam (1. Extremamente importante).	03 (três) responderam (1. Extremamente importante) e 01 (uma) (2. Muito importante).	04 (quatro) responderam ( 2. Em uma disciplina específica).	01 (um) respondeu (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não incluso na graduação (congressos, cursos, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) e 03 (três) responderam (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE PSICOLOGIA 9º PERÍODO

Os discentes do 9º período de Psicologia responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância. Os conteúdos são abordados por meio de uma disciplina específica do curso, com relação a mediação no atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência os discentes em sua maioria se consideram preparados ou se capacitando para se sentirem aptos(a) para atender pessoas que apresentam alguma deficiência ou necessidade especial.

<b>11/11/2019 07:33:26</b>	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade especial?
----------------------------	--	---	---	---	---

Total de participantes da pesquisa 03 (três) discentes.	03 (três) participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	03(três) responderam (1. Extremamente importante).	07 (sete) responderam (1. Extremamente importante).	03 (três) responderam que foi (2. Em uma disciplina específica).	01 (uma) respondeu (1. Me considero preparado (a)/apto (a)); 01 (uma) que esta (2. Estou me capacitando com recurso (s) extra (s), não inclusos na graduação (Congressos, cursos, especializações, leituras e estudos) para me considerar preparado (a)/apto (a) ); e 01 (uma) respondeu (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).
---	--	--	---	--	--

## QUESTIONÁRIO CPA CURSO DE PSICOLOGIA 10º PERÍODO

Os discentes do 10º período de Psicologia responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância e a maioria responderam que sua abordagem no curso por meio de uma disciplina específica. Os discentes não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

	<b>Questão I:</b> Você compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e/ou inclusão?	<b>Questão II:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância da abordagem destas temáticas frente à sua formação profissional?	<b>Questão III:</b> (Se você respondeu a primeira questão do item 1 ao 3): Como você classificaria a importância destas temáticas estarem presentes na grade curricular do seu curso, para serem abordadas em sala de aula?	<b>Questão IV:</b> Em que momento do seu curso se trabalhou as temáticas da inclusão e/ou acessibilidade?	<b>Questão V:</b> Você se considera preparado (a)/apto (a) para empreender um atendimento afetivo, dentro da sua área de atuação, com pessoas que apresentam alguma deficiência/necessidade e especial?
<b>11/11/2019 8:00:22</b>					
Total de participantes da pesquisa 04 (quatro) discentes.	04 (quatro) participantes responderam que (1. Sim, compreende a definição dos dois conceitos).	04 (quatro) responderam (1. Extremamente importante).	02 (dois) responderam (1. Extremamente importante).	01 (um) respondeu (1. Durante todo o curso); 02 (dois) responderam (2. Em uma disciplina específica) e 01 (um) respondeu (6. Se abordou apenas a temática da inclusão e não da acessibilidade).	04 (quatro) responderam que (3. Não me considero preparado (a)/apto (a)).

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

### 5.1 Curso de Enfermagem

Foram aplicados com discentes do 5º ao 10º período, 63 questionários. Os discentes do 5º período de Enfermagem (v. anexo 2) em sua maioria compreendem a definição de acessibilidade e inclusão considerando a sua abordagem em sua formação de extrema importância. Em relação a presença da temática na grade curricular os discentes consideram relevante sua presença, mesmo só tendo contato com os conceitos apenas no final do curso de forma superficial. Os discentes do 5º período não se consideram preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 6º período de Enfermagem (v. anexo 2) responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial, a maioria dos discentes se consideram aptos para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 7º período de Enfermagem (v. anexo 2) em sua maioria responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão considerando sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. Os discentes não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 8º período de Enfermagem (v. anexo 2) responderam em sua maioria que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. Os discentes em sua maioria não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 9º período de Enfermagem (v. anexo 2) responderam que compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. Os discentes em sua maioria, não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 10º período de Enfermagem (v. anexo 2) em sua maioria responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância. A maioria afirma que as temáticas não foram abordadas. Os discentes em sua maioria, estão se capacitando por meio de outros recursos não inclusos na graduação para que se sintam preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

## 5.2 Curso de Fisioterapia

Foram aplicados do 5º ao 10º período 82 questionários. Os discentes do 5º período de Fisioterapia (v. anexo 3) responderam que compreendem a definição de acessibilidade e inclusão e a maioria considera a sua abordagem em sua formação docente de extrema importância. Em relação a presença da temática na grade curricular os discentes consideram relevante sua presença, mesmo só tendo contato com os conceitos apenas no final do curso de forma superficial, mesmo assim, se sentem aptos para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 6º período de Fisioterapia (v. anexo 3) responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial, os discentes se sentem aptos para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 7º período de Fisioterapia (v. anexo 3) responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial, os discentes não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 8º período de Fisioterapia (v. anexo 3) responderam em sua maioria que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. Os discentes em sua maioria não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

O discente do 9º período de Fisioterapia (v. anexo 3) respondeu que compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. O discente se sente preparado para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 10º período de Fisioterapia (v. anexo 3) responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos conteúdos só aparecerem de forma superficial. O discente se sente preparado para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

De acordo com a pesquisa é visível a compreensão e interesse dos discentes em relação a temática, talvez uma limitação que o Curso de Fisioterapia apresente seja trabalhar os conceitos apenas nos últimos períodos e de forma pontual como aponta o estudo.

### **5.3 No Curso de Pedagogia**

Foram aplicados do 5º ao 9º períodos 26 questionários. Os discentes do 5º período de Pedagogia (v. anexo 4) responderam que compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância e que sua abordagem aparecerem em todo curso por meio de uma disciplina específica. Os discentes se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 6º período de Pedagogia (v. anexo 4) responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, afirmando que os conteúdos foram abordados no curso por meio de disciplina específica, no início e durante todo o curso. Portanto, mesmo com abordagem da temática, os discentes não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 7º período de Pedagogia (v. anexo 4) responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, afirmando que os conteúdos foram abordados no curso por meio de uma disciplina específica. Por meio de capacitação além da graduação, os discentes estão se capacitando para se sentirem aptos (as) para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

O discente do 8º período de Pedagogia (v. anexo 4) respondeu que compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é importante, afirmando que os conteúdos foram abordados no curso por meio de disciplina específica. Portanto, mesmo com abordagem da temática, não se sente preparado para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

O discente do 9º período de Pedagogia (v. anexo 4) respondeu que compreende a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, afirmando que os conteúdos foram abordados no curso por meio de disciplina específica e busca aprofundar-se por meio de

outros recursos não inclusos na grade curricular do curso de Pedagogia para se preparar e mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

#### **5.4 Curso de Psicologia**

Foram aplicados do 5º ao 10º períodos 48 questionários. Os discentes do 5º período de Psicologia (v. anexo 5) em sua maioria compreendem a definição de acessibilidade e inclusão considerando a sua abordagem em sua formação de extrema importância. Em relação as temáticas na grade curricular os cursistas consideram relevante sua presença, mesmo só tendo contato com os conceitos apenas no final do curso de forma superficial. Os discentes não se consideram preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com deficiência.

Os discentes do 6º período de Psicologia (v. anexo 5) compreendem a definição de acessibilidade e inclusão considerando a sua abordagem em sua formação de extrema importância. Em relação as temáticas na grade curricular os discentes consideram relevante sua presença, mesmo só tendo contato com os conceitos apenas de forma superficial. Os discentes do 6º período em sua maioria não se consideram preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 7º período de Psicologia (v. anexo 5) responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, apesar dos discentes em sua maioria afirmarem que a abordagem das temáticas em sua graduação se dar de forma superficial e que não se sentem aptos para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 8º período de Psicologia (v. anexo 5) responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância, os discentes responderam que sua abordagem se dar por meio de uma disciplina específica do curso. A maioria responderam que se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Os discentes do 9º período de Psicologia (v. anexo 5) responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância. Os conteúdos são abordados por meio de uma disciplina específica do curso, com relação a mediação no atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência os discentes em sua maioria se consideram preparados

ou se capacitando para se sentirem aptos(a) para atender pessoas que apresentam alguma deficiência ou necessidade especial.

Os discentes do 10º período de Psicologia (v. anexo 5) responderam que compreendem a definição dos conceitos de acessibilidade e inclusão e que sua abordagem na formação e sua presença na grade curricular é de extrema importância e a maioria responderam que sua abordagem no curso por meio de uma disciplina específica. Os discentes não se sentem preparados para mediar um atendimento afetivo com pessoas com algum tipo de deficiência.

Enfim constatamos que as respostas dos discentes convergiram nos cursos de modo geral a fragilidade da construção dos conceitos de acessibilidade e inclusão, principalmente em se tratando de cursos na área da saúde e educação.

Como se constatou nas respostas obtidas nos questionários, é necessário uma maior atenção por parte dos projetos pedagógicos dos cursos pesquisados, no sentido de oportunizar aos discentes exercitar uma prática inclusiva ainda enquanto cursistas tendo a certeza de que, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, 13146/16, que garante a matrícula obrigatória à escolarização e prioridade nos atendimentos da pessoa com deficiência, esses discentes terão em sua clientela a especificidade desses alunos que tem acessibilidade e a inclusão legalmente garantida.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atingindo o objetivo dessa pesquisa, envolvendo 4 (quatro) cursos nas áreas da saúde e educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB percebemos as fragilidades na formação dos discentes em relação as temáticas de inclusão e diversidade.

Pelos dados coletados nesta pesquisa esses temas são tratados de modo pontual, constatamos que em um universo de 219 (duzentos e dezenove ) discentes, apenas algumas respostas expressaram uma compreensão nos processos inclusivos. Não existe nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, uma disciplina específica que favoreça no futuro profissional uma preparação adequada que atenda os desafios do atendimento e a complexidade dos processos inclusivos para discentes e para os próprios profissionais.

Quanto ao processo de avaliação, baseado nos Projetos do CPA, entende-se que a avaliação institucional busca proporcionar informações acerca do desenvolvimento de um processo de ensino, com a intuito de reorientar a prática pedagógica dos envolvidos nos cursos, docentes e discentes aprimorando a qualidade dos cursos através das ações pedagógicas desenvolvidas tanto na teoria como na prática, daí a importância da continuidade

de projetos dessa natureza, sobretudo a divulgação dos resultados no sentido de permitir discussões e oferecer alternativas didático pedagógicas capazes de suprir algumas dessas fragilidades.

Pesquisas dessa natureza uma vez divulgadas, auxiliam os docentes e discentes no sentido de buscarem complementos formativos facilitadores de suas práticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DA CPA

A Comissão Própria de Avaliação da UFPB realizou ações ao longo de todo ano de 2019 para fomentar a cultura de avaliação na instituição de modo a conscientizar a comunidade da importância da sua participação nos processos avaliativos, bem como estimular os cursos a realizarem a sua autoavaliação de forma contínua e sistematizada. Para tanto a CPA/UFPB tem realizado Seminários de Avaliação, a partir da proposta da CPA em Movimento, que objetiva fomentar a autoavaliação e a importância desta para os processos de planejamento e desenvolvimento das ações.

A CPA/UFPB participou ativamente na construção do novo PDI da UFPB, em parceria com a Pró-Reitoria de Planejamento, reforçando a sua importância para o planejamento e execução das ações institucionais. Também no transcorrer de 2019 foi iniciado a construção de instrumentos de autoavaliação da Pós-Graduação da UFPB, em conjunto com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e após a sua finalização os instrumentos serão disponibilizados para a comunidade acadêmica pela CPA em abril de 2020.

O instrumento de avaliação institucional aplicado pela CPA em novembro de 2019 para avaliar as Políticas de Gestão (Eixo 4) tendo sido o instrumento denominado de **AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO NA UFPB**: políticas de pessoal; organização e gestão da instituição e sustentabilidade financeira. Como foi possível observar ao longo das discussões dos resultados a participação da comunidade ativa no SIGAA foi bastante representativa, demonstrando que já está havendo um maior reconhecimento do processo de avaliação como instrumento importante para a instituição. Foi também verificado que existe uma compreensão bastante satisfatória de algumas políticas de gestão principalmente por parte dos servidores docentes e técnico-administrativos, mas que as informações precisam ser melhor publicizadas principalmente para a comunidade discente.

Os resultados obtidos na presente avaliação serão compartilhados com a Gestão da UFPB envolvidas diretamente com as políticas de gestão a exemplo da Reitoria, Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Administração (PRA), bem como será repassado para todos os quatro Campi da UFPB através das Direções de Centro. Nos Seminários de Avaliação também serão apresentados os resultados para que as discussões dos mesmos resultem no retorno à comunidade acadêmica.

Após a apresentação dos resultados do instrumento aplicado pela CPA, foram apresentados ao longo do relatório os resultados obtidos por cada projeto participante do Núcleo de Projetos da CPA/UFPB.

Dando início a apresentação dos resultados do Núcleo de Projetos da CPA/UFPB foi apresentado a discussão o projeto o professor Francivaldo que concluiu, dentre outras coisas, que a UFPB possui público diversificado e discentes considerados em situação de vulnerabilidade e, as políticas de assistência a esses estudantes dão apoio e influenciam na permanência e desempenho na instituição e por conseguinte têm uma relação de contribuição nos indicadores de avaliação dos cursos de graduação dos campi II e III, que inclusive apresentaram no ano de 2018 Conceitos Preliminares de Curso (CPC) entre BOM e EXCELENTE.

Entretanto, como esse estudo foi pautado único e exclusivamente pelo SIGAA, recomendação da própria COAPE/PRAPE indicando que poder-se-ia conseguir os resultados dos auxílios e os contemplados em cada processo seletivo, faz-se necessário uma constatação dos números com o órgão responsável (no caso a PRAPE), ato que não foi conseguido nesse período devido à dificuldade burocrática apresentada pela Coordenação de Assistência e Promoção Estudantes – COAPE.

Além dessa constatação para fins de revisão dos números de alunos contemplados com bolsas auxílio por ano, destacam-se as seguintes perspectivas de pesquisas futuras: ampliar a pesquisa das políticas de assistência para o Centro de Ciências Aplicadas e Educação – Campus IV – Rio Tinto e Mamanguape, na microrregião Litoral Norte; e realizar uma pesquisa de campo com um número maior de discentes que são atendidos por esses auxílios, buscando avaliar, de maneira mais profunda, a eficácia dos auxílios nos Campi do Brejo Paraibano, analisando assim o desenvolvimento desses bolsistas nos cursos de graduação.

Os resultados do presente projeto serão compartilhados pela CPA/UFPB com a gestão superior, Reitoria, Pró-Reitoria de Assistência e Promoção do Estudante (PRAPE), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e Direções de Centros, a fim de que possam ter um conhecimento ainda maior da realidade dos campi avaliados e assim planejar ações que possam vir atender às necessidades mais prementes das regiões avaliadas

A proposta do projeto II desenvolvido pelo prof.Mancinelli de verificar o nível de conhecimento da comunidade acadêmica sobre as ações desenvolvidas pela CPA/UFPB permitiu identificar os aspectos críticos no processo de comunicação, bem como o fornecer subsídios para elaboração de um plano de comunicação de forma concreta. Dessa forma,

estabelecer melhores estratégias a partir do conhecimento da percepção da comunidade acadêmica.

Observou-se que as questões que tratavam do acesso ao portal da UFPB e do acesso as outras mídias institucionais da UFPB, apresentaram melhores percentuais do estudo, embora se verifique que ainda precisam ser melhores desenvolvidas.

Embora o projeto acima tenha verificado que há ainda um longo caminho a percorrer no sentido da CPA ser amplamente conhecida por todos na instituição, principalmente no que diz respeito ao corpo discente, devido a sua alta rotatividade, tem sido realizadas ações desde 2016 a exemplo do projeto CPA em Movimento que visa ir a cada Centro debater com o corpo docente, discente e técnico-administrativos a importância da avaliação institucional. Ampliou-se também a comunicação através das mídias sociais a exemplo da página oficial da CPA no site da UFPB, Facebook e Instagram.

Em 2018 também foram formadas as Comissões Executivas Internas em vários Centros do Campi de João Pessoa e de Rio Tinto/Mamanguape e Bananeiras (à princípio) implantado um cronograma de seminários, a fim de que os mesmos tenham um acesso maior ao Sistema Nacional de Avaliação e aos objetivos e ações da CPA.

As metas da CPA propostas no novo PDI da UFPB e realizar ações em todos os Campi e cursos da UFPB para que até o final de 2021 todos tenham realizado a sua autoavaliação, independente de avaliação *in loco* do MEC

Um outro fator a impulsionar o conhecimento da comunidade a respeito das Comissões Próprias de Avaliação é a exigência, com o novo instrumento de avaliação, já no preenchimento do formulário para visita em loco, de um projeto de autoavaliação dos cursos. Para as autoavaliações dos cursos a CPA/UFPB já disponibiliza um Modelo de projeto de autoavaliação de cursos, bem como desde 2016 disponibiliza em sua página instrumentos de avaliação para os três segmentos (docentes, discentes e técnicos-administrativos) a serem aplicados pelos cursos, estes instrumentos são revisados e reformulados periodicamente.

Certamente outro fator que impulsionará o conhecimento da CPA/UFPB nos quatro campi é a participação da CPA no processo de autoavaliação da Pós-Graduação da UFPB, tendo em vista a exigência da CAPES de que também a Pós-Graduação no Brasil também realize a sua autoavaliação institucional. Tendo inclusive a CPA da UFPB já criado e irá aplicar no mês de março os instrumentos a serem respondidos pelos docentes, discentes e técnicos-administrativos da Pós-Graduação da UFPB, pelo SIGADMIN.

Com todas estas ações a CPA da UFPB tem buscado implantar uma cultura de avaliação na instituição de forma contínua, até que a avaliação institucional e a autoavaliação dos cursos sejam ações permanentes e essenciais a cada um.

De acordo com o Projeto III desenvolvido pelas professoras Márcia e Raquel do curso de Direito verificou-se a necessidade de realizar avaliações com egressos do curso, sobretudo para trazer à tona uma contraposição entre as expectativas construídas durante a formação profissional e a experiência fática no mercado de trabalho após a conclusão da graduação, servindo de base para o aprimoramento da estrutura curricular, por exemplo.

Assim, os resultados deste projeto serão compartilhados pela CPA/UFPB, no mês e abril, com a gestão do curso (Diretores, Coordenadores de Graduação e Pós-Graduação, Chefe de Departamento e representantes estudantis) com a finalidade de refletir sobre o que pode ser melhorado e implementar de modo ainda mais sistematizado as ações que estão dando certo.

O projeto IV sob a coordenação da professora Ana Lúcia, traz à luz dados preocupantes relativos à saúde mental dos discentes na UFPB. Este problema tem sido observado nos mais variados cursos, em todas as áreas do conhecimento, exigindo da instituição, a partir dos resultados obtidos, ações de prevenção e intervenção junto à comunidade. Atualmente, existem setores da instituição que prestam auxílio tais como: a Clínica Escola de Psicologia, o Hospital Universitário e o CRAS, contudo, faz-se necessário uma discussão ampla em todos os Centros para que se possa agir, sobretudo na prevenção ao suicídio.

O projeto V, coordenado pela professora Janine Marta Coelho, demonstrou que se faz necessário aos cursos revisarem o seu Projeto Pedagógico de Curso no sentido de ofertar componentes que abordem a questão específica da inclusão das pessoas com deficiência. Esta Inserção favorecerá na formação humana e profissional dos discentes da UFPB.

Diante de todos os resultados apresentados pode-se observar que há um esforço compartilhado entre a Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFPB) e diversos setores da instituição para que a autoavaliação institucional seja um elemento *sine qua non* na busca de se fomentar ações e políticas institucionais que venham a contribuir com o desenvolvimento da Universidade Federal da Paraíba. Pois, através dos resultados obtidos e apresentados no presente relatório serão realizadas em 2020 ações de forma a divulgar e buscar maneiras de superar as limitações verificadas, bem como reforçar ainda mais as ações exitosas.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2018: NOTAS ESTATÍSTICAS.** Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf). Acesso em 15 novembro 2019. < <http://portal.mec.gov.br/componet/article=13082:apresentação-conaes> >. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

ASSIS, et al. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gual**, Forianópolis, v.6, n. 4 p. 125-146. Edição especial, 2013.

AVEIRO, M. O. Políticas acadêmicas em dos pensadores latino americanos: Darcy Ribeiro y Arturo Andrés Roig. **Revista: Roteiro**, Joçaba. Ed. Especial. P.89-108, 2013.

BATISTA, M. A.; PAULA, M. de F. F. de; OLIVEIRA, M. I. A. and ALMEIDA, E. E. **Avaliação institucional no ensino superior: construção de escalas para discentes e docentes.** *Avaliação (Campinas)* [online]. 2013, vol.18, n.1, pp.201-218. ISSN 1414-4077. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772013000100011>. Acesso em: 07 novembro 2019.

BONISENHA, C. N.; D'ANGELO, M. J.. O papel da cultura organizacional no desempenho operacional de uma instituição de ensino superior à luz dos indicadores de qualidade SINAES. **Revista BASE**. Vol.15 nº 4. Out./dez. 2018. P.307-327.

BRANDTNER, M.; BARDAGI, M. Sintomatologia de depressão e ansiedade em estudantes de uma universidade privada do Rio Grande do Sul.  *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 2, n. 2, p. 81-91, 2009. ISSN 1983-8220.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompila](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompila). Acesso em 10 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Brasileira de Inclusão 13.146/16.** Brasília - BRA. 2016.

COSTA, F. J. **Análise exploratória de dados: uma abordagem moderna** [Apostila da disciplina Análise exploratória de dados da I Escola de Métodos de Pesquisa em Administração da UFPB]. João Pessoa, 2012.

CUNHA, J. A. Manual da versão em português das Escalas Beck. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017.

DA VICTORIA, M. S. et al. Níveis de ansiedade e depressão em graduandos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *Encontro: Revista de Psicologia*, v. 16, n. 25, p. 163-175, 2015. ISSN 2178-6941.

DE PAULA, J. D. A. et al. Prevalence and factors associated with depression in medical students. *Journal of Human Growth and Development*, v. 24, n. 3, p. 274-281, 2014. ISSN 2175-3598.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação educativa: **produção de sentidos com valor de formação**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 193-207, 2008.

DIAS, C. L.; Horiguela, M. de L. M.; Marchelli, P. S.. **Políticas para avaliação da qualidade do Ensino Superior no Brasil: um balanço crítico**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022006000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000300002). Acesso em 05 novembro 2019.

DUTRA, N. G. dos R. & SANTOS, M. de F. S.. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Revista: Ensaio aval. pol. públ. Educ.** Rio de Janeiro: jan/mar. 2017. v. 25, n. 94, p. 148-181.

FELTRIN, A. E. **Inclusão social na escola**: quando a pedagogia se encontra com a diferença. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção pedagogia e educação).

FERREIRA, C. L. et al. Universidade, contexto ansiogênico? Avaliação de traço e estado de ansiedade em estudantes do ciclo básico. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 3, 2009. ISSN 1413-8123.

FINELLI, L. A. C.; ALKMIM, L. C. R.; SENA, L. de J.. **SATISFAÇÃO COM A EXPERIÊNCIA ACADÊMICA DE ESTUDANTES DO CURSO DE FARMÁCIA**. Disponível em: [http://www.revistahumanidades.com.br/arquivos\\_up/artigos/a152.pdf](http://www.revistahumanidades.com.br/arquivos_up/artigos/a152.pdf). Acesso em 06 novembro 2019.

FIRDAUS, A.. HEDPERF versus SERVPERF: **The quest for ideal measuring instrument of service quality in higher education sector**. *Quality Assurance in Education*, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 305-328, 2005.

FIRDAUS, A.. **The development of HEDPERF: a new measuring instrument of service quality for the higher education sector**. *International Journal of Consumer Studies*, Malden, v. 30, n. 6, p 569–581, nov. 2006.

FLECK, M. P. et al. Revisão das diretrizes da Associação Médica Brasileira para o tratamento da depressão (Versão integral). *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 31, n. suppl 1, p. S7-S17, 2009. ISSN 1516-4446.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, S. (2008). Um olhar sobre a Inclusão. **Revista da Educação**, XVI (1), 5-20.

GARRIDO, E. N.. **Assistência Estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual**. Seminário Universidade Sociedade – Semana Kirimurê, 31 de out a 01 de nov. 2012. Disponível em: [http://www.institutokirimure.pro.br/content/uploads/2012/11/GARRIDO\\_E.pdf](http://www.institutokirimure.pro.br/content/uploads/2012/11/GARRIDO_E.pdf). Acesso em 10 de julho de 2019.

GOMES, A. J. P.; LEITE, L. A.; PALTOT, M. D.; BRITO, F. de A. T. de. Novos Instrumentos de Avaliação Institucional, a nova perspectiva do INEP sobre o credenciamento e recredenciamento. In: **Avaliação do Ensino Superior: reflexões e práticas**. PALITOT, M. D.; BURITY, C. R. (Org.). Ebook no prelo. Editora UFPB: João Pessoa, PB. 2020.

HAIR et al. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Boockman, 2005.

IMPERATORI, T. K.. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

Inep- Sinaes. **Educação Superior**. Disponível em <http://inep.gov.br/sinaes> Acesso em 04 de novembro de 2019.

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Sinaes. Disponível em: < http://www.portal.inep.gov.br/superior-sinaes >. Acesso em 01 de dezembro de 2019.**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Nota Técnica N° 14 /2014. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)** Brasília: INEP, 2014.

Ipea. **Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios**. 2006, p.p 121 a 128. Disponível em: [http://ipea.gov.br/pdf/cap3\\_educacao](http://ipea.gov.br/pdf/cap3_educacao). Acesso em 13 de setembro de 2019.

JACOMINI, L. **O Papel da Comunicação nas Organizações**. Revista NPI – Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar. Vol. VI Número 6, p. 50-56, 2011.

KUNSCH, M. M.. K.. **Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas** In: MARCHIORI, Marlene. *Faces da cultura e da comunicação organizacional*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2006, pp.167-190.

LEÃO, A. M. et al. Prevalence and Factors Associated with Depression and Anxiety among University Students in the Field of Health in a Large Urban Center in the Northeast of Brazil. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 42, n. 4, p. 55-65, 2018. ISSN 0100-5502.

LIMA, W. A. S.; FERREIRA, L. C.. Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Revista Meta: avaliação**, Rio de Janeiro, v.8, n. 22, p. 116-148. Jan/abr. 2016.

MARCHIORI, M. **Cultura e comunicação organizacional**. São Caetano do Sul: Difusão, 2.ed., 2008.

MEDEIROS, J. W. M. S., G. M. C. **“ORGANON”:** a gestão da comunicação organizacional no cenário da Administração Pública na Paraíba. *Revista Principia*. vol.1 (41), pp.152-165, 2018.

MENEZES SÁ, A. N. de. Et al. **Inovação Organizacional na Gestão de Retenção e Evasão Discente: o caso do observatório de dados de graduação da UFPB**. In: OLIVEIRA, L. C.

& AMORIM, C. C.. Gestão do Ensino de graduação: acesso, permanência e êxito – políticas estratégicas no acompanhamento da formação discente. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/consulta-cadastro>. Acesso em 13 de dezembro de 2019.

**Ministério da Educação, Conaes. Disponível em:**

**MÜLLER, A.. Avaliação Institucional da gestão escolar na escola pública: a democracia no processo decisório. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.**

Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°065. **Disponível em:** <<http://www.cpa.ufscar.br/documentos/arquivos/pdf/regulamentacao-e-legislacao/nota-tecnica-inep-daes-conaes-065.2014>. >. **Acesso em 02 de dezembro de 2019.**

PERITO, M. E. S.; FORTUNATO, J. J. Marcadores biológicos da depressão: uma revisão sobre a expressão de fatores neurotróficos. *Rev Neurocienc*, v. 20, n. 4, p. 597-603, 2012.

PNAES. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto) Acesso em: 03 de abr. de 2019.

PRAPE – PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. Disponível em: <http://www.ufpb.br/prape>. Acesso em 11 de julho de 2019.

RAMOS, I. A. V.; RODRIGUES, J. M. C.. **Teorizando a prática e praticando a teoria: expressões de formação docente.** João Pessoa: Editora do CCTA. 2018.

RIGHI SCHLEICH, A. L.; JORGE POLYDORO, S. A.; ANGELI DOS SANTOS, A. A.. **ESCALA DE SATISFAÇÃO COM A EXPERIÊNCIA ACADÊMICA DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR.** Disponível em: [235743763\\_Escala\\_de\\_satisfacao\\_com\\_a\\_experiencia\\_academica\\_de\\_estudantes\\_do\\_ensino\\_superior](https://doi.org/10.235743763_Escala_de_satisfacao_com_a_experiencia_academica_de_estudantes_do_ensino_superior). Acesso em 20 fevereiro 2019.

SANTOS, C. P. C. dos S.; MARAFON, N. M.. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. **Revista Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 408 - 422, ago./dez. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br>.

SIGAA- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, situação dos bolsistas disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/sae/lista.jsf>.

SILVEIRA, M. M. da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social. Pelotas, 2012. Disponível em: <http://pos.ucpel.edu.br>.

SOARES, J. R.; BORDIN, R. & ROSA, R. dos S.. Indicadores de Gestão e de Qualidade nas Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras – 2009-2016. **Revista Eletrônica de Administração (REAd)**. Porto Alegre, vol. 25 n° 2. Maio/Agost. 2019, p. 215-239.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

STOPA, S. R. et al. Prevalência do autorrelato de depressão no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 18, n. suppl 2, p. 170-180, 2015. ISSN 1980-5497.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. 10. ed. São Paulo: LTC, 2008.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 10ª Ed, Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.

**Universidade Federal da Paraíba**, Comissão própria de avaliação (CPA). **Disponível em:** <<http://www.ufpb.br/cpa/>>. Acesso em **01 de dezembro de 2018**.

VERGARA, S. C.. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**.13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, K. M.; MILACH, F. T.; HUPPES, D. **Equações estruturais aplicadas à satisfação dos alunos: um estudo no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria**. *Revista Contabilidade & Finanças (Online)*, v. 19, p. 65-76. 2008.

WORLD HEALTH, O. Depression and other common mental disorders: global health estimates. 2017.



**APENDICE – CPA/UFPB**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)**

**INSTRUMENTO PARA AUTOAVALIAÇÃO**  
**QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES**

Esse instrumento de pesquisa, formulado pela **Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**, busca obter informações referente ao **eixo 4**, que aborda as **Políticas de Gestão**, conforme Nota Técnica N° 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC, bem como identificar junto à comunidade o grau de conhecimento sobre a política de gestão da UFPB. Diante disso, solicitamos a sua contribuição para responder este questionário utilizando a escala que melhor representa a sua compreensão:

ESCALA NÚMERICA	ESCALA LINQUÍSTICA
(0)	Não Respondeu
(1)	Desconheço
(2)	Ouvir falar
(3)	Baixo Conhecimento
(4)	Médio Conhecimento
(5)	Alto Conhecimento

• **POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE**

Item	Indicadores	ESCALA					
		0	1	2	3	4	5
1.1	A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais.						
1.2	A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em cursos de capacitação e desenvolvimento pessoal.						
1.3	A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.						
1.4	A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de pós-doutorado.						
1.5	A política de capacitação docente e formação continuada estimula a internacionalização.						

**2 – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Item	Indicadores	ESCALA					
		0	1	2	3	4	5
2.1	Os processos de gestão institucional consideram a <b>autonomia</b> e a <b>representatividade</b> dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada (quando exigido)						
2.2	Os processos de gestão institucional <b>regulamentam</b> o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados						
2.3	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões dos órgãos colegiados superiores (CONSEPE, CONSUNI e CONSELHO CURADOR)						

2.4	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões do órgão colegiado do Centro (Conselho de Centro)						
2.5	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões do órgão colegiado do Departamento (Reuniões Departamentais)						
2.6	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões do órgão colegiado do Curso (Colegiado do Curso)						

### 3 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Item	Indicadores	ESCALA					
		0	1	2	3	4	5
3.1	O orçamento é formulado a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)						
3.2	O orçamento prevê recursos que atendem as atividades de ensino						
3.3	O orçamento prevê recursos que atendem as atividades de extensão (recursos para o desenvolvimento do projeto e auxílios para os professores coordenadores de projetos)						
3.4	O orçamento prevê recursos que atendem as atividades de pesquisa (recursos para o desenvolvimento do projeto e auxílios para os professores coordenadores de projetos)						
3.5	O orçamento prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos						
3.6	O orçamento apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados.						
3.7	O orçamento considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas orientando a tomada de decisões internas.						

## INSTRUMENTO PARA AUTOAVALIAÇÃO QUESTIONÁRIO PARA OS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Esse instrumento de pesquisa, formulado pela **Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**, busca obter informações referente ao **eixo 4**, que aborda as **Políticas de Gestão**, conforme Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC, bem como identificar junto à comunidade o grau de conhecimento sobre a política de gestão da UFPB. Diante disso, solicitamos a sua contribuição para responder este questionário utilizando a escala que melhor representa a sua compreensão:

ESCALA NUMÉRICA	ESCALA LINQUÍSTICA
(0)	Não Respondeu
(1)	Desconheço
(2)	Ouvir falar
(3)	Baixo Conhecimento
(4)	Médio Conhecimento
(5)	Alto Conhecimento

### 1 - POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Item	Indicadores	ESCALA					
		0	1	2	3	4	5
2.1	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais						

2.2	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a participação em cursos de capacitação e desenvolvimento pessoal						
2.3	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado						
2.4	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de pós-doutorado						
2.5	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a internacionalização						

## 2 – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Item	Indicadores	ESCALA					
		0	1	2	3	4	5
2.1	Os processos de gestão institucional consideram a <b>autonomia</b> e a <b>representatividade</b> dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada (quando exigido)						
2.2	Os processos de gestão institucional <b>regulamentam</b> o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados						
2.3	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões dos órgãos colegiados superiores (CONSEPE, CONSUNI e CONSELHO CURADOR)						
2.4	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões do órgão colegiado do Centro (Conselho de Centro)						
2.5	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões do órgão colegiado do Departamento (Reuniões Departamentais)						
2.6	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões do órgão colegiado do Curso (Colegiado do Curso)						

## 3 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Item	Indicadores	ESCALA					
		0	1	2	3	4	5
3.1	O orçamento é formulado a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)						
3.2	O orçamento prevê recursos que atendem as atividades de ensino						
3.3	O orçamento prevê recursos que atendem as atividades de extensão						
3.4	O orçamento prevê recursos que atendem as atividades de pesquisa						
3.5	O orçamento prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos						
3.6	O orçamento apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados.						
3.7	O orçamento considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas orientando a tomada de decisões internas.						

## INSTRUMENTO PARA AUTOAVALIAÇÃO QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES

Esse instrumento de pesquisa, formulado pela **Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**, busca obter informações referente ao **eixo 4**, que aborda as **Políticas de Gestão**, conforme Nota Técnica N° 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC, bem como identificar junto à comunidade o grau de conhecimento sobre a política de gestão da UFPB. Diante disso, solicitamos a sua

contribuição para responder este questionário utilizando a escala que melhor representa a sua compreensão:

ESCALA NÚMÉRICA	ESCALA LINQUÍSTICA
(0)	Não Respondeu
(1)	Desconheço
(2)	Ouvir falar
(3)	Baixo Conhecimento
(4)	Médio Conhecimento
(5)	Alto Conhecimento

## **2 – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Item	Indicadores	ESCALA					
		0	1	2	3	4	5
2.1	Os processos de gestão institucional consideram a <b>autonomia</b> e a <b>representatividade</b> dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada (quando exigido)						
2.2	Os processos de gestão institucional <b>regulamentam</b> o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados (resoluções e portarias)						
2.3	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões dos órgãos colegiados superiores (CONSEPE, CONSUNI e CONSELHO CURADOR)						
2.4	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões do órgão colegiado do Centro (Conselho de Centro)						
2.5	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões do órgão colegiado do Departamento (Reuniões Departamentais)						
2.6	Os processos de gestão institucional sistematizam e <b>divulgam</b> as decisões do órgão colegiado do Curso (Colegiado do Curso)						

## **3 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA**

Item	Indicadores	ESCALA					
		0	1	2	3	4	5
3.1	O orçamento é formulado a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)						
3.2	O orçamento prevê recursos que atendem as atividades de ensino (bolsa permanência, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio alimentação, bolsa aluno apoiador, bolsa monitoria, bolsa Prolicen etc)						
3.3	O orçamento prevê recursos que atendem as atividades de extensão (bolsas de extensão)						
3.4	O orçamento prevê recursos que atendem as atividades de pesquisa (Bolsas PIBIC)						
3.5	O orçamento prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos						
3.6	O orçamento apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados.						
3.7	O orçamento considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas orientando a tomada de decisões internas.						

## APENDICE PROJETO II (Prof. Francivaldo)



### APÊNDICE



#### Questionário Aplicado Com Estudantes Que Recebem Algum Auxílio

**Universidade Federal da Paraíba - UFPB**  
**Comissão Própria de Avaliação – CPA**  
**Núcleo de Projetos da CPA**

**Prezado (a) estudante,**

Este questionário faz parte de uma pesquisa de um projeto da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPB e busca identificar a eficácia das políticas acadêmicas de atendimento estudantil na percepção dos discentes nos *campi* do brejo Paraibano.

Pedimos sua colaboração no sentido de respondê-la. Não é necessário identificar-se. A sua resposta será mantida sob sigilo e utilizada exclusivamente para fins acadêmicos. Não há resposta certa ou errada, o que importa é conhecer a sua opinião.

Agradecemos e nos colocamos à disposição para esclarecimentos.

Diana Oliveira – Aluna bolsista do núcleo de projetos CPA  
Francivaldo dos Santos Nascimento- Professor orientador do projeto CPA

<b>1- Gênero</b> ( ) Masculino ( ) Feminino	<b>2- Campus</b> Areia II ( ) Bananeiras ( ) III
---	--

#### **3- Faixa etária.**

( ) Até 20 anos ( ) Entre 21 e 25 anos ( ) Entre 26 e 30 anos ( ) Entre 31 e 35 anos ( ) Mais de 35 anos

#### **4- Auxílio(s) que já recebeu ou recebe atualmente da UFPB**

- a) Moradia ( )
- b) Alimentação ( )
- c) Transporte ( )
- d) Creche ( )
- e) Residência universitária ( )
- f) Restaurante universitário ( )
- g) Auxílio Desporto, Artístico e Inclusão Digital ( )
- h) Aluno apoiador ( )
- i) Auxílio financeiro PROMISAES ( )
- j) Outro (Especificar)\_\_\_\_\_

**5- Exprese seu grau de concordância ou discordância nas afirmativas a seguir, onde 0 significa o menor valor de concordância e 10 o maior valor de concordância.**

Sua percepção quanto à eficácia dos auxílios	Discordo totalmente ---Concordo totalmente										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Eu considero que os auxílios são importantes para os discentes.											
Eu considero que os auxílios contribuem para melhorar o desempenho dos discentes.											
Eu considero muito burocrático o processo para receber algum auxílio.											
Eu considero que os auxílios me apoiam no desenvolvimento acadêmico.											
Eu me sinto satisfeito com o auxílio que recebo.											
Eu considero que os auxílios contribuem para minha permanência no curso.											

**6- Agora gostaria de saber qual a sua opinião sobre o processo de seleção para ser contemplado com algum auxílio estudantil. Informe o quanto você CONCORDA ou DISCORDA das afirmativas abaixo.**

	Discordo totalmente---Concordo totalmente										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
O processo de seleção para ser contemplado com algum auxílio estudantil <b>é lento</b>											
O processo de seleção <b>é insatisfatório</b>											
O processo de seleção <b>atende todos os alunos que necessitam</b>											
O processo de seleção <b>poderia melhorar</b>											
O processo de seleção <b>não é bem divulgado</b>											
O processo para saber se foi selecionado <b>é muito demorado</b>											